



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE**



FRANCIELI APARECIDA ZENATTI

**AGRICULTURA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS:
PRODUÇÃO, TRABALHO, SABERES E RESISTÊNCIAS**

**Dourados
2022**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE



FRANCIELI APARECIDA ZENATTI

**AGRICULTURA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS:
PRODUÇÃO, TRABALHO, SABERES E RESISTÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito necessário para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Território e Sustentabilidade.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho

Dourados

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Z54a	<p>Zenatti, Francieli Aparecida. Agricultura camponesa no assentamento São Judas : produção, trabalho, saberes e resistências. / Francieli Aparecida Zenatti. – Dourados, MS : UFGD, 2022.</p> <p>Orientador: Prof. Rodrigo Simão Camacho Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Reforma agrária. 2. Assentamento São Judas. 3. Agricultura camponesa. 4. Saberes-fazeres. 5. Camponeses.. I. Título.</p>
------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA –FAIND
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



Francieli Aparecida Zenatti

*AGRICULTURA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS:
PRODUÇÃO, TRABALHO, SABERES E RESISTÊNCIAS.*

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade pela Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados, 31 de janeiro de 2021.

Prof. Dr. Eliel Benites

Diretor da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho
Orientador/PPGET/UFGD

Prof. Dr. André Luís Freitas da Silva Membro
externo/FAIND/UFGD

Prof^ª. Dr^ª. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel Membro
Interno /PPGET/UFGD

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Aldir Zenatti (*Im Memoriam*) e Neide Zenatti por servir de base e alicerce na minha vida, pela educação, carinho e dedicação que contribuiu com a pessoa que me tornei. Minha eterna gratidão e admiração. Além disso, sou grata a todos que contribuíram de alguma maneira para a realização do meu trabalho. Entre eles, destaco:

A minha família, meu companheiro Ezequiel Toscan e meus filhos Erik Zenatti Toscan e Vitor Hugo Zenatti Toscan, pela inspiração, equilíbrio e por serem sempre meu porto seguro. Meu amor por vocês é infinito.

A minha irmã Joziani Zenatti, por toda ajuda dedicação, incentivo durante toda minha vida, e também as minhas sobrinhas Letícia e Lavínia que são minhas meninas. Amo vocês.

A toda minha família em especial, os meus avôs Abel Zenatti e Alvina Zenatti pelo incentivo em todos os momentos da minha vida, e por nunca terem medido esforços para ajudar no que for preciso. Muito obrigada por tudo.

Ao meu orientador Rodrigo Simão Camacho, por ter acreditado e incentivado meu trabalho desde a época da Graduação.

Aos meus amigos/as, que são anjos que Deus colocou em meu caminho. Sempre se fizeram presentes na minha vida e estarão sempre em meu coração. Alguns distantes e outros próximos. Obrigada pelo companheirismo, apoio e amizade incondicional.

A todos os colegas da pós-graduação, pelo diálogo, incentivo cada um seguindo sem soltar a mão de ninguém.

A toda família LEDUC-FAIND, desde os colegas discentes até os docentes, administrativos que de alguma forma me ajudaram a trilhar esse caminho.

Aos colegas, amigos/as da Escola São Judas, que me incentivaram a seguir o caminho da pós-graduação. Gratidão!

A toda equipe da Escola Estadual Etalvíio Pereira Martins, que é minha segunda família. Gratidão!

A todas as famílias do Assentamento São Judas que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus vivo em primeiro lugar, pela minha vida, saúde e por todas as graças recebidas, por ser consolo, alimento e esperança, por segurar na minha mão e me conduzir sempre pelo melhor caminho.

Aos meus pais, Aldir Zenatti (*Im Memoriam*) e Neide Zenatti, pelo apoio e dedicação durante toda minha vida.

Aos meus filhos Erik Zenatti Toscan e Vitor Hugo Zenatti Toscan, que são minha inspiração e a razão pela qual eu tento ser cada dia melhor.

A minha irmã Joziani Zenatti, pelo incentivo, e pela presença amiga nos momentos mais difíceis da caminhada.

Ao meu companheiro Ezequiel Toscan, que nunca mediu esforços para me ajudar trilhar esse caminho da Universidade, sempre presente em todos os momentos.

Ao meu orientador Rodrigo Simão Camacho por ter me apoiado e acreditado no meu trabalho desde a época da graduação.

Agradecimento especial à banca de defesa de dissertação, Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel e André Luis Freitas da Silva, que estiveram comigo na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação e findam outra vez comigo esse momento especial, minha eterna gratidão.

Aos meus primos/as, em especial, Katia Zenatti Gomes e Diogo Zenatti Gomes, que sempre estiveram presentes na minha vida. Gratidão por tudo, amo vocês!

A toda minha família que esteve presente nos momentos de alegria e dificuldade, em especial as minhas sobrinhas Letícia e Lavínia, meus avós Abel e Alvina, minhas tias Marines e Marli.

As famílias camponesas do Assentamento São Judas pela colaboração com a minha pesquisa, por serem sempre receptivos e dividir comigo as memórias, histórias, experiências e vivências no Assentamento São Judas.

Agradecimento especial ao meu amigo João Lucas que conheci na faculdade, e me incentiva emocionalmente a prosseguir esse caminho da universidade, sempre presente na minha vida. Gratidão!

A minha amiga Cintia Rosa, minha amiga de todas as horas que esteve presente durante toda minha caminhada na pós-graduação, tornando essa caminhada mais alegre.

Aos amigos que se tornaram família; Augustinho e Enedina, dona Nadir, Aristeu e Lucia, Anésia e Lourenço, obrigada por sempre incentivar na caminhada.

Aos amigos/as da época da graduação; Vanusa, Natália, Suzeli, Andréia, Angélica, Everton, Gabriela, Adrielle, Mateus, Karina, Daiane, Erika, Ana Carla, Arlene, Valéria, mesmo com a distância vocês sempre estiveram presentes e me ajudaram durante o Mestrado, com um gesto de carinho ou uma palavra amiga. É muito bom saber que tenho vocês sempre comigo, meus bons e velhos amigos.

As minhas amigas confidentes; Lucia, Priscila, Cleicielen, Luzia e Adriana, que comemoraram comigo as alegrias e estiveram presentes em todos os momentos trazendo força e animo para essa caminhada.

A minha amiga Angélica que conheci no mestrado, Pessoa que eu aprendi a admirar pela determinação e compromisso com o que faz. Agradeço por estar sempre pronta a me ajudar e pela convivência agradável ao longo do mestrado. Tenho certeza que levarei para sempre na minha vida.

Ao meu amigo Wagner, que conheci na seletiva do mestrado e desde então vem me acompanhando, que tão bem representou nossa turma de 2019, pessoa admirável e um grande exemplo de dedicação. Realiza seu trabalho de forma brilhante, e ainda ajuda todos à sua volta. Agradeço do fundo do coração por todo tempo destinado a me ajudar, sempre com calma e atenção, por todas as vezes que você me escutou e estendeu a mão quando eu precisei. Axé!

Aos meus colegas do mestrado, em especial aqueles que dialogaram comigo e me incentivaram durante a caminhada, Alessandra, André, Leonice, Manuel, Waneide e Ronivon.

Aos professores/as da graduação e pós-graduação por todos os ensinamentos compartilhados, em especial; Ana Aline, Andréa, Carlos, Antônio, André, Regiane, Diane, Raquel e Jeanne, que são em grande parte responsáveis pela pessoa que me tornei na caminhada da graduação e do mestrado.

A toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET), principalmente Adriana Fiori pela disponibilidade, atenção e auxílio.

Aos colegas, amigos/as da Escola São Judas, que me incentivaram a seguir o caminho da pós-graduação, em especial Claudenice, Roni, Maurício e Rosana.

A todos os colegas da Escola Estadual Etalívio Pereira Martins, que é a primeira escola que leciono e onde já aprendi muita coisa. Gratidão sempre.

Caminhos alternativos

*Se plantar o arroz ali,
se plantar o milho a culá,
um jeito de produzir,
pra gente se alimentar.
Primeiro cantar do galo,
já se levanta da cama,
e o camponês se mistura
a terra que tanto ama.*

*Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.*

*Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.*

*Choro virou alegria,
a fome virou fartura,
e na festa da colheita,
viola em noite de lua.*

*Mutirão é harmonia,
com cheiro de natureza,
o sol se esconde na serra
e a gente ascende a fogueira.*

*Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.*

*Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.*

*Quando se envenena a terra,
a chuva leva PRO rio,
nossa poesia chora,
se a vida tá por um fio,
e ela é pra ser vivida,
com sonho, arte e beleza,
caminhos alternativos
e alimentação na mesa.*

*Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.*

*Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.*

Caminhos Alternativos- Zé Pinto.

ZENATTI, Francieli Aparecida. **Agricultura camponesa no assentamento São Judas: Produção, trabalho, saberes e resistências.** 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade). Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados- MS, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa de dissertação de mestrado teve como objetivo principal refletir acerca dos avanços e desafios da reprodução do campesinato no território do Assentamento de Reforma Agrária São Judas em sua multidimensionalidade material/imaterial. Foram analisadas as experiências produtivas dos camponeses, as relações de trabalho, as memórias, os saberes-fazer, as lutas e as formas de resistências para se manter no campo com dignidade. No decorrer do texto consegue-se analisar a reprodução da agricultura camponesa no assentamento São Judas a partir das seguintes abordagens: foram registrados o processo de conquistado território, por meio de relatos dos assentados que participaram da luta; analisamos as formas de trabalho e produção dos camponeses; refletimos acerca de mecanismos de fortalecimento/resistência da agricultura camponesa na disputa territorial com o modelo agrário/agrícola do agronegócio; e observamos as práticas tradicionais dos guardiões de sementes. A luta pela terra levou à conquista do território do assentamento São Judas em março de 1999. Esse assentamento, recorte espacial da nossa pesquisa, está localizado no município de Rio Brilhante-MS. Sua conquista teve a ação protagonista dos movimentos socioterritoriais camponeses, sobretudo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que participou ativamente na organização do acampamento, das reuniões para tomadas de decisões e da negociação com o INCRA da área destinada. Refletimos sobre o modo de vida camponês e suas relações de produção e trabalho não capitalistas. Tendo como centralidade o trabalho familiar e a produção de alimentos para autoconsumo familiar e a venda do excedente. Essa lógica a difere do modelo agrário/agrícola do agronegócio cuja centralidade é a produção de monocultura, a concentração fundiária, a exploração do trabalho, os cultivares transgênicos e o uso de agrotóxicos. Enfatizamos na pesquisa, a produção camponesa dentro do assentamento. Os camponeses produzem para o autoconsumo e comercializam o excedente para gerar renda para suprir as necessidades de compra dos produtos que não se obtém diretamente da produção no lote. Além da produção principal, encontramos também uma diversidade de cultivares: hortaliças, árvores frutíferas e criação de animais para o consumo da família. Para finalizar, foi feito um debate sobre os saberes-fazer camponeses, com considerações sobre a importância material e imaterial da prática dos guardiões de sementes. Verificou-se a importância da conservação de sementes crioulas, que está diretamente ligada ao modo de vida camponês, prática tradicional que vem sendo repassada de geração em geração. Cumprindo uma função material/econômica, de garantia de autoconsumo e renda obtida com a venda do excedente dos cultivares, e uma função imaterial/cultural, que trata da reprodução dos saberes-fazer práticos engendrados pela experiência do campesinato. Também, colabora com a construção de agroecossistemas complexos/sustentáveis, resistindo aos transgênicos.

Palavras chaves: Reforma Agrária; Assentamento São Judas, Agricultura Camponesa; Saberes-Fazer Camponeses; Resistência; Território Camponês.

ABSTRACT

The main objective of this master's dissertation research was to reflect on the advances and challenges of the reproduction of the peasantry in the territory of the São Judas Agrarian Reform Settlement in its material/immaterial multidimensionality. The productive experiences of peasants, work relationships, memories, know-how, struggles and forms of resistance to remain in the countryside with dignity were analyzed. In the course of the text, it is possible to analyze the reproduction of peasant agriculture in the São Judas settlement from the following approaches: the process of conquering territory was recorded, through reports of the settlers who participated in the struggle; we analyze the forms of work and production of peasants; we reflect on the mechanisms of strengthening/resistance of peasant agriculture in the territorial dispute with the agrarian/agricultural model of agribusiness; and we observe the traditional practices of the seed keepers. The struggle for land led to the conquest of the territory of the São Judas settlement in March 1999. This settlement, the spatial clipping of our research, is located in the municipality of Rio Brillhante-MS. Its conquest had the protagonist action of the peasant socio-territorial movements, above all, the Landless Rural Workers Movement (MST), which actively participated in the organization of the encampment, in the meetings for decision-making and in the negotiation with INCRA of the destined area. We reflect on the peasant way of life and its non-capitalist relations of production and work. Having family work and the production of food for family self-consumption and the sale of the surplus as central. This logic differs from the agrarian/agricultural model of agribusiness whose centrality is monoculture production, land concentration, labor exploitation, transgenic cultivars and the use of pesticides. In the research, we emphasize peasant production within the settlement. Peasants produce for self-consumption and sell the surplus to generate income to meet the purchase needs of products that are not obtained directly from the production on the lot. In addition to the main production, we also find a diversity of cultivars: vegetables, fruit trees and animal husbandry for family consumption. Finally, a debate was held on peasant know-how, with considerations on the material and immaterial importance of the practice of seed guardians. The importance of conservation of creole seeds was verified, which is directly linked to the peasant way of life, a traditional practice that has been passed on from generation to generation. Fulfilling a material/economic function, guaranteeing self-consumption and income obtained from the sale of surplus cultivars, and an immaterial/cultural function, which deals with the reproduction of practical know-how engendered by the experience of the peasantry. It also collaborates with the construction of complex/sustainable agroecosystems, resisting transgenics.

Keywords: Agrarian Reform; Assentamento are Judas; Peasant Agriculture; Peasant Knowledge-Doings; Resistance; Peasant Territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	26
1.1-A Questão Agrária no Brasil: luta pela terra e protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses na conquista dos assentamentos de Reforma Agrária	27
1.2- A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: entre a territorialização do capital/latifúndio e a recriação/resistência/reterritorialização camponesa	36
1.3-A Questão Agrária no Município de Rio Brilhante- MS	45
CAPÍTULO 2– A CONQUISTA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS DO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS	50
2.1- O Acampamento: espaço-tempo de luta coletiva que antecede à conquista do Território Camponês	51
2.2 – A gênese e desenvolvimento do território camponês do Assentamento São Judas: a resistência camponesa na superação dos desafios	61
CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO CAMPONÊS NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS	72
3.1 – Agricultura Camponesa e Relações de Trabalho no Assentamento São Judas	73
3.2 – Processos de Produção e Comercialização Camponesas no Assentamento São Judas	82
CAPÍTULO 4- SABERES-FAZERES CAMPONESES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRÁTICA MATERIAL E SIMBÓLICA DOS GUARDIÕES DE SEMENTES NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS	111
4.1 Saberes-Fazer sustentáveis dos camponeses versus a prática do agronegócio Produção e conservação de Sementes Crioulas pelos camponeses do Assentamento São Judas	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
APÊNDICE	137

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do Mato Grosso do Sul – ocupações de terras realizadas pelo MST – 2000-2014.....	43
Figura 02: Mapa do número de famílias envolvidas nas ocupações de terras realizadas pelo MST no Mato Grosso do Sul (2000 – 2014).....	44
Figura 03 – Localização do município de Rio Brilhante em MS.....	50
Figura 04: Pôr do Sol no Assentamento São Judas.....	51
Figuras 05 e 06: Reuniões organizadas pelos camponeses do MST.....	51
Figura 07: Assembleia no acampamento 8 de março.	54
Figura 08: Assembleia dos assentados.....	55
Figura 09: Distribuição de cestas básicas para os acampados	57
Figura 10: Saída de Novo Horizonte do Sul para o acampamento 8 de Março em Itaquiraí – MS.....	58
Figura 11: Acampamento 8 de Março 1997-1998.....	59
Figura 12 e 13: Famílias acampadas no início do Assentamento	60
Figura 14: Acampamento Ricardo Brandão, Aquidauana.....	61
Figura 15 – Imagem de Satélite da localização do município de Rio Brilhante e do Assentamento São Judas.....	63
Figura 16: Localização de três Assentamentos de Rio Brilhante – MS.....	64
Figura 17: A divisão dos lotes no Assentamento São Judas.....	65
Figura 18: Camponeses em seus lotes após o sorteio.....	67
Figura 19: Sorteio dos lotes no Assentamento São Judas dia 12 de março de 1999.	68
Figura 20 Gráfico de trabalho essencialmente familiar dos camponeses	80
Figura 21- Gráfico- Principal atividade produtiva nos lotes do Assentamento São Judas	83
Figura 22: Produção principal dos camponeses que participaram da pesquisa	84
Figura 23: Foto do manejo de pastagens das vacas leiteiras da família (Z).....	85
Figura 24: Foto das vacas leiteiras da família camponesa (EF).....	85
Figura 25 e 26: Imagens das vacas leiteiras das famílias camponesas (VM) e (AA) ...	86
Figura 27: Foto das vacas leiteiras da família camponesa (TR)	86
Figura 28: Fotos das vacas leiteiras da família (DM).....	87
Figura 29: Foto da entrada do território camponês da Família Z.....	88
Figura 30: Foto da pastagem da família camponesa (FS).....	88
Figura 31: Foto da pastagem dos entrevistados da família camponesa (AE).....	89
Figura 32: Plantação de capiaçu para tratar os animais da família camponesa (AE)	90
Figura 33: Foto da pastagem dos camponeses (AE).....	90
Figura 34 e 35: Foto da pastagem do lote da família (CR) em Maio de 2021 e Julho de 2021	91
Figuras 36 e 37: Produção de doce de leite da família (AV).....	92
Figuras 38 e 39: Criação de porcos para consumo da família e venda do excedente	93
Figura 40: Criação de galinhas caipiras para consumo da família (EF) e venda do excedente	93
Figura 41: Produção de ovos para o consumo e venda do excedente da família (Z).....	94
Figura 42: Criação de pato para o consumo da família (AA).....	94
Figuras 43: Plantio de mandioca no lote da camponesa (M) para consumo e venda do excedente	95

Figura 44: Plantação de amendoim para o consumo da família (EF)	95
Figura 45 e 46: Colheita de banana, abóboras para consumo das famílias (TR), (EF) e consumo dos animais	97
Figura 47: Horta para consumo da família (EF)	97
Figura 48: A diversidade do campesinato, o território camponês família (EF)	98
Figura 49: Produção de manga família (Z)	99
Figura 50: Poncã família (Z).....	100
Figura 51: Lichia família (EF).....	101
Figuras 52 e 53: Jabuticaba família (Z) e pitaya família (AJ)	101
Figura 54: Território preservado da família VM.....	102
Figura 55 e 56: Colheita de melancia família (AA) e plantio de alface Família (N).....	102
Figura 57: Plantação de cana-de-açúcar	106
Figura 58: Plantação de soja.....	106
Figura 59: Melancia prejudicada pelo uso de agrotóxicos no camponês (E).....	110
Figura 60: Sementes conservadas na propriedade da família (Z)	120
Figura 61: Milho e pipoca da propriedade	122
Figura 62: Colheita de amendoim	123
Figura 63: Feijão colhido pela família (M).....	125
Figura 64: Preparação para plantio de alho da família (M)	126
Figura 65: Plantio de feijão da família (E).....	127
Figura 66: Certificado de participação da oficina em Juti/MS.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Assentamentos em Rio Brilhante – MS.....	48
Quadro 2: Dados dos camponeses entrevistados.....	107

LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTAS 137

LISTA DE SIGLAS

AGRAER = Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.
CAND = Colônia Agrícola Nacional de Dourados.
CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPT = Comissão Pastoral da Terra.
CUT = Central Única dos Trabalhadores.
FETRAF = Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil.
INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
LEDUC = Licenciatura em Educação do Campo
FAIND = Faculdade Intercultural Indígena
UFGD = Universidade Federal da Grande Dourados
APM = Associação de Pais e Mestres
SED = Secretaria de Estado de Educação
MS = Mato Grosso do Sul
PNRA = Programa Nacional de Reforma Agrária
PNCF = Programa de crédito fundiário
PRO NAF = Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MT = Mato Grosso

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a escrita da dissertação, farei um breve relato sobre quais caminhos me trouxeram até o mestrado e que me fizeram escolher o tema de pesquisa, bem como foi andamento da mesma.

Sou filha e neta de camponeses, nasci, cresci e vivo na terra e da terra, tenho raízes fortes que me mantém nela... Nasci no estado de Mato Grosso (MT), onde minha família paterna cultivava a terra (dos outros), mas, infelizmente, por um golpe de Estado (o confisco da poupança), perderam todo o investimento que mantinham para poder ter sua própria terra. Então, o que era um sonho se esvaiu, de repente, e minha família sem mais perspectivas decidiu mudar para outro país, o “Paraguai”. Foi lá que vivi toda minha infância e parte da adolescência, porém, chegou a hora de voltar para casa, depois de doze anos em um país estrangeiro, minha família volta ao Brasil, amparados pelo sonho antigo de poder ter sua própria terra, porém, com poucos recursos financeiros, chegamos de maneira irregular ao Assentamento São Judas em Rio Brillhante – Mato Grosso do Sul-MS, no dia 17 de outubro de 2002.

Foi nesse momento que conseguimos criar raízes na “nossa” terra, e aqui no assentamento eu comecei ter contato direto com os desafios, perspectivas, e as experiências de resistência dos camponeses. Também, tive o encontro com a Educação do Campo. Durante os quatro primeiros anos no assentamento, dividia o tempo entre o estudo e o trabalho familiar camponês. Muitas eram as dificuldades, pois, no início, nós não tínhamos água, energia elétrica, nenhum automóvel, e até para o plantio no lote, precisávamos pegar ferramentas emprestadas.

No primeiro ano do ensino médio não havia transporte escolar dentro do assentamento para levar a cidade, pois eram poucos estudantes, então nós precisávamos andar cerca de 6 km de bicicleta para esperar o ônibus. Saíamos de casa às 04h00min horas da manhã e chegávamos em casa às 13h00min. Depois de muito diálogo com o prefeito, conseguimos um ônibus para levar até o ponto. Além disso, havia também a dificuldade de leitura e escrita, pois o Ensino Fundamental foi realizado todo no Paraguai.

Em 2005, concluí o ensino médio, e em 2006, casei com meu companheiro de vida e luta “Ezequiel Toscan”. No ano seguinte, comecei a trabalhar no escritório instalado no assentamento para realizar um projeto do governo com os assentados (rede de água, assistência técnica, adubação e assistente social). Neste mesmo ano, nos mudamos para o lote 134, onde moramos até hoje.

Trabalhei no escritório por dois anos, que foi o tempo que a empresa prestou serviço no assentamento. No ano de 2008, nasceu meu primogênito Erik Zenatti Toscan. Seguimos firmes na luta como família camponesa, cultivando a terra.

Em 2012, foi um momento de muita dor, com a perda repentina do meu pai, isso abalou toda nossa estrutura, ele era nossa base e o motivo por estarmos vivendo no assentamento, porém continuamos a nossa caminhada e, em 2013, nasce meu segundo filho, Vitor Hugo Zenatti Toscan. Então, anos depois (2014), surge a oportunidade de ingressar no Ensino Superior. Mãe camponesa, com muitos desafios a serem enfrentados, iniciei o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC), na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o que me mudaria como pessoa e me faria enxergar a realidade de forma diferente.

Dentro da Universidade, fiz a inscrição do vale universidade e fui selecionada para fazer estágio remunerado, esse estágio foi realizado na escola São Judas localizada no assentamento São Judas, foram seis meses de estágio e, após isso, assumi o concurso de auxiliar de serviços gerais na mesma escola, onde trabalhei durante três anos (2017-2019). Nesse período, fui eleita pela Associação de Pais e Mestres (APM) da escola como presidente da APM, assumi esse compromisso por dois anos.

Foi durante a graduação que senti o desejo de aprofundar as reflexões sobre a Questão Agrária, e conhecer os desafios enfrentados pelos camponeses para conseguir permanecer na terra. E, de certa forma, registrar os desafios da reprodução da agricultura camponesa da minha comunidade.

Mesmo sendo da área de Ciências da Natureza, meu Trabalho de Conclusão de Curso foi voltado para área de Ciências Humanas e, com isso, senti a necessidade de aprofundar mais sobre o tema, então, realizei a inscrição para o mestrado, e hoje estou aqui, ao mesmo tempo, na terra e na Universidade, dois caminhos dicotomizados no sistema capitalista e, por isso, parecia tão distante de ser alcançado.

Estou na Universidade cursando um mestrado que foi conquistado pelos camponeses e indígenas para atender os povos do campo, trabalhando com um tema de pesquisa que fala sobre a minha realidade como camponesa e da minha comunidade. Por isso, reafirmo que se trata de uma conquista importante para os indígenas e camponeses, estar dentro da Universidade, local historicamente reservado para as elites e de acesso impedido às populações do campo. Sabe-se que a primeira luta é pela terra e, depois, vem a luta pela permanência na terra e por uma educação para os povos do campo.

Hoje, no mestrado, fazemos parte que a empresa prestou serviço no assentamento. No ano de 2008, nasceu meu primogênito Erik Zenatti Toscan. Seguimos firmes na luta como família camponesa, cultivando a terra.

Estou na Universidade cursando um mestrado que foi conquistado pelos camponeses e indígenas para atender os povos do campo, trabalhando com um tema de pesquisa que fala sobre a minha realidade como camponesa e da minha comunidade. Por isso, reafirmo que se trata de uma conquista importante para os indígenas e camponeses, estar dentro da Universidade, local historicamente reservado para as elites e de acesso impedido às populações do campo.

Durante minha trajetória no mestrado, conheci muitas pessoas que sonharam o mesmo sonho que eu, dentre elas, algumas marcaram, profundamente, nossa turma de 2019, sempre dialogando e incentivando o outro a permanecer na luta, pois esses dois caminhos que percorremos (camponês-indígenas e mestrandos), por vezes, é desafiador, levando em consideração a luta diária para permanecer na terra, cultivar a terra, a necessidade do trabalho acessório, dos trabalhos domésticos envolvendo o cuidado com a casa e com os filhos, muitas vezes, conciliar tudo isso, com a pesquisa e escrita, é cansativo e desafiador, pois além do desgaste físico, tem o desgaste psicológico e emocional, que só é amenizado com muito diálogo, em que um vai segurando a mão do outro. Então, a vocês colegas, amigos e professores: *gratidão*, por cada palavra, cada incentivo e cada crítica construtiva, em cada linha do meu trabalho existe um pouco de vocês.

Continuei trabalhando na escola São Judas durante o primeiro ano de mestrado, e no ano de 2020, pedi afastamento do concurso para assumir um contrato com a Secretaria de Estado de Educação (SED), para lecionar. Foi um desafio muito grande, pois nesse ano, devido a COVID-19, precisamos ministrar aulas remotas. Em 2021, as aulas retornaram presenciais no terceiro semestre, trazendo novos desafios, porém, muita aprendizagem.

Com relação à pesquisa de dissertação, é centrada nos avanços e desafios da reprodução da agricultura camponesa no território do Assentamento de Reforma Agrária São Judas em sua multidimensionalidade material/imaterial.

Na pesquisa, o intuito é refletir sobre as experiências produtivas dos camponeses, modo de vida, memórias, relações de trabalho, saberes-fazeres, lutas e práticas de resistências para se manter no campo com dignidade. Dos objetivos específicos da pesquisa discutidos ao longo do texto, tem-se o de:

- registrar o processo de conquistado território do Assentamento São Judas, por meio de relatos dos assentados que participaram da luta;
- analisar as formas de trabalho e produção dos camponeses do Assentamento São Judas;
- refletir acerca dos mecanismos de fortalecimento/resistência da agricultura camponesa, modo de vida e identidade de classe socioterritorial engendradas no assentamento São Judas;
- compreender a importância da reprodução das práticas tradicionais de guardiões de sementes do Assentamento São Judas;
- elencar às práticas que dizem respeito à resistência camponesa ao modelo agrário/agrícola do agronegócio.

Para realização deste trabalho, iniciou-se com uma pesquisa teórica sobre a Questão Agrária no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e, especificamente, em Rio Brillante. Discutindo a concentração de terras, a Reforma Agrária e a luta pela terra, até chegar ao debate do recorte espacial da pesquisa, a conquista do território do Assentamento São Judas, fato ocorrido com a participação dos movimentos socioterritoriais camponeses, sobretudo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que está sintetizado em nesta pesquisa por meio de relatos, fotos e memórias.

O Brasil, desde a chegada dos portugueses, tem uma grande concentração de terras nas mãos de uma elite que sempre manipulou o direito de acesso a terra, e após a Lei de Terras de 1850, esse acesso se tornou cada vez mais difícil para as classes subalternas. A Questão Agrária do Brasil, que vem desde o período colonial, se estende até os dias atuais, por isso, os camponeses precisaram lutar pelo acesso a terra.

Mato Grosso do Sul, desde sua criação, sempre foi um estado, predominantemente, dominado por grandes latifúndios, devido à concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Com isso, os movimentos socioterritoriais camponeses se organizaram para lutar pela Reforma Agrária, que tem por objetivo proporcionar a redistribuição da terra, proporcionando o acesso a ela para quem quer trabalhar e viver na terra. Foi assim que surgiram os acampamentos, na fase de luta, e, posteriormente, a conquista dos assentamentos, como foi o caso do Assentamento São Judas em Rio Brillante, MS, recorte espacial de análise desta dissertação de mestrado.

O Assentamento São Judas, localizado na área rural de Rio Brillhante, município do estado de Mato Grosso do Sul, é um Projeto criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde em 1999 foram assentadas 187 famílias. Pouco se tem pesquisado sobre a história de conquista e desenvolvimento desse território, partindo disso, surge à necessidade de contribuir para a construção de um capítulo sobre o tema.

Por meio de leitura de bibliografias sobre a *Questão Agrária e Processos de Territorialização Camponesa*, além da pesquisa empírica, envolvendo análise documental (PPP da escola São Judas, Mapas do assentamento, dados do INCRA, dados da AGRAER) observação e entrevistas, tem-se uma reflexão acerca da importância da participação dos movimentos socioterritoriais na organização dos acampamentos e na conquista do território, bem como, as lutas e desafios enfrentados nesse processo até a sua conquista.

Foi registrada a história e a geografia do Território do assentamento São Judas, em Rio Brillhante, MS, por meio do diálogo com os camponeses que participaram deste processo.

Pode-se afirmar que também foram resgatadas essas memórias para a criação da escrita, para que essa realidade ultrapasse o espaço do Assentamento e outras pessoas possam conhecer e ter acesso aos dados para futuras pesquisas acerca do assentamento.

No segundo momento, o objetivo é refletir sobre as formas de produção e das relações de trabalho camponesas no assentamento São Judas. Partindo da necessidade de conhecer a realidade do Assentamento São Judas e as relações de trabalho que os camponeses desenvolvem nas propriedades. Para isso, busca-se a colaboração das famílias para mapear essas formas de trabalho.

A partir do diálogo com as famílias, foram analisadas as diferentes formas de relações de trabalho dos camponeses. Com isso, compreender como é o trabalho destas famílias, quem colabora com os afazeres do lote e qual é a motivação principal deste trabalho.

Discorreu-se sobre as características centrais da agricultura camponesa, a produção dos camponeses para autoconsumo e venda do excedente; a renda familiar; as relações de trabalho não capitalistas, dentre elas, o trabalho familiar, a parceria, a ajuda mútua, o mutirão etc.

Analisou-se durante a pesquisa as relações sociais de produção e de trabalho camponesas no assentamento São Judas envolvendo a produção de alimentos, resistências, dificuldades, ligação com a terra, antagonismo ao agronegócio etc., tendo como base, os relatos das famílias camponesas do Assentamento São Judas.

Os camponeses do assentamento São Judas vivem e produzem em seus lotes para autoconsumo e comercializam o excedente, como pode-se observar nos dados da pesquisa. A principal produção que gera renda para as famílias camponesas é a venda de leite, seguida pela lavoura de cultivares alimentares, criação de bovinos de corte e produção de doce de leite.

Além das principais produções comerciais, os camponeses contam sempre com produções para o consumo da família, como pequenas lavouras, plantio de mandioca, milho, amendoim, batata-doce e pipoca. Nos lotes, existe uma diversidade de frutas no pomar e, também, o plantio da horta, bem como a criação de porcos e galinhas.

Porém, apesar de fazerem parte da terra, e produzirem nela, encontram algumas dificuldades para produção, como a disputa com o agronegócio, pois o uso excessivo de agrotóxicos interfere na produção e afeta a saúde de todas as famílias, além de prejudicar na qualidade das estradas devido ao intenso escoamento da produção das fazendas próximas.

Para finalizar, refletiu-se acerca dos saberes-fazer camponeses, tecendo considerações acerca das práticas sustentáveis dos camponeses guardiões de sementes no assentamento São Judas, pois colabora com a construção de agroecossistemas complexos/sustentáveis, resistindo aos transgênicos.

Os objetivos deste último capítulo da pesquisa foram: entender o processo de como conservar as sementes crioulas; compreender os desafios que os camponeses enfrentam para plantar e colher na atualidade em que se predomina o modelo agrário/agrícola baseado no tripé: monocultura-transgênicos-agrotóxicos; mostrar a importância das sementes enquanto garantidora da reprodução camponesa e a sua autonomia; demonstrar a relação intrínseca entre o modo de vida camponês e a reprodução das sementes crioulas; defender a importância da função material/imaterial intrínseca a essa prática camponesa. Cumprindo uma função material/econômica, de garantia de autoconsumo e renda obtida com a venda do excedente dos cultivares, e uma função imaterial/cultural, que trata da reprodução dos saberes-fazer práticos engendrados pela experiência do campesinato.

Atualmente, se faz necessário refletir a respeito da preservação, divulgação e

reprodução de saberes populares, pois com o avanço do desenvolvimento do capitalismo no campo, muitos saberes práticos oriundos das experiências camponesas estão sendo perdidos, dentre eles, àqueles relacionados a sementes crioulas.

Compreendemos a importância de analisarmos a preservação das práticas tradicionais de plantio, colheita e conservação das sementes, além da produção para o autoconsumo da família e a venda do excedente, enquanto mecanismos intrínsecos à reprodução do campesinato.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fez-se a opção metodológica de realizar uma pesquisa qualitativa baseando-se nos relatos de entrevistas, fotos da pesquisa de campo e a observação de campo, a fim de compreender a trajetória de recriação dos camponeses-assentados desde o acampamento até o Assentamento São Judas, descrevendo suas lutas, resistências e memórias.

Esta pesquisa deu-se por etapas, iniciou-se com uma pesquisa teórica sobre a Questão Agrária em Mato Grosso do Sul, discutindo a concentração de terras, a Reforma Agrária e a luta pela terra, até chegar ao debate da conquista do território do Assentamento São Judas.

No primeiro momento discutiu-se a Questão Agrária no Brasil: luta pela terra e protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses na conquista dos assentamentos de Reforma Agrária, para isso nos apoiamos em Stedile (2012), Fabrini (2008), Camacho (2008), Alentejano (2012), Coelho (2018), Barbosa, Rosset (2017), Fernandes (2004) (2012), Warren (2013), entre outros.

Para a reconstrução do processo histórico de formação e a Questão Agrária do estado de Mato Grosso do Sul e sobre a disputa/conflito entre a territorialização do capital/latifúndio e a recriação/resistência/reterritorialização camponesa, nos apoiamos nos autores: Fabrini (2008, 2019), Brand, Ferreira e Azambuja (2012), Buscioli (2016).

Finalizou-se essa primeira etapa com a Questão Agrária no Município de Rio Brillhante-MS, na qual utilizou-se como referências os autores: Buscioli (2016) e Fabrini (2008). Na parte empírica, a equipe da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) de Rio Brillhante, nos auxiliou nesse processo, fornecendo alguns dados sobre os assentamentos do município, relação dos assentamentos, quantidade de famílias assentadas, data da conquista, movimento socioterritorial e sindical que apoiou a conquista, e com esses dados criamos um quadro para melhor visualização das informações.

Na segunda parte da pesquisa, procurou-se registrar a história e a geografia do território do Assentamento São Judas, em Rio Brillhante - MS, por meio do diálogo com os camponeses que participaram deste processo, em que utilizamos como metodologia a historiografia oral para analisarmos as memórias que permitiram a criação da escrita.

Para a parte teórica nos amparamos nos autores que discutem o processo de territorialização, acampamento, movimentos socioterritoriais e assentamento, entre eles, Fernandes (2012), Fabrini (2011), Zenatti e Camacho (2019).

Na terceira fase da pesquisa foram visitas aos camponeses, o assentamento é dividido em 11 grupos, então, para participar da pesquisa foram selecionadas uma quantidade parecida de famílias por grupo levando em consideração os seguintes requisitos:

- Selecionamos 10 famílias que participaram do processo de territorialização do assentamento São Judas (desde o acampamento);
- Selecionamos 10 famílias que chegaram ao assentamento após a conquista do território.
- Todas as famílias selecionadas residem no lote e produzem nele.

Para a coleta dos dados da pesquisa, foram feitas entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado aplicado aos camponeses do assentamento São Judas, município de Rio Brillhante-MS. Entramos em contato com as famílias selecionadas por meio de mensagens de Whatsapp, enviamos o roteiro de entrevistas e explicamos como seria a pesquisa, e depois agendamos uma data para visita no lote das famílias.

Foram realizadas as visitas de campo em que dialogamos com 20 famílias que vivem e produzem em seus lotes do Assentamento (segue no Apêndice I o roteiro de entrevistas). As entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

As entrevistas foram realizadas na casa de cada família camponesa assentada, onde já havíamos agendado a visita e tínhamos explicado brevemente como seria o roteiro. Foram tomadas todas as medidas de biossegurança devido ao COVID-19. As entrevistas foram parcialmente gravadas, ou seja, como eram muitas questões, as perguntas diretas foram escritas e os relatos gravados. Antes da entrevista foi consultado com as famílias camponesas sobre a gravação e algumas não se sentiram a vontade de gravar, então já fomos transcrevendo a fala no momento, sem gravações, as demais transcrevemos em outro momento.

A junção de toda pesquisa culmina no presente trabalho cujo intuito é refletir e registrar as experiências produtivas dos camponeses, modo de vida, memórias, relações de trabalho, saberes-fazer, lutas e práticas de resistências para se manter no campo com dignidade.

CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ao abordar sobre a conquista do território do Assentamento São Judas, é importante entender quais fatores históricos levaram os movimentos socioterritoriais organizarem a luta pela Reforma Agrária no país. Dessa maneira, é de suma importância fazer um levantamento histórico sobre a formação agrária do Brasil, do estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Rio Brillante.

Assim como o país, o estado e o município tiveram sua formação com grande concentração de terras, também foi preciso a organização dos movimentos socioterritoriais para conquistar o território camponês através da Reforma Agrária.

O Brasil, desde a chegada dos portugueses, teve uma grande concentração de terras nas mãos de uma elite que sempre manipulou o direito de acesso a terra, e após a Lei de Terras de 1850, esse acesso se tornou cada vez mais difícil. A Questão Agrária do Brasil, que vem desde o período colonial e se estende até os dias atuais, por isso, os camponeses sempre precisaram lutar pelo acesso a terra.

Mato Grosso do Sul, desde sua criação, sempre foi um estado predominantemente dominado por grandes latifúndios², devido a concentração de terras nas mãos de poucos, os movimentos socioterritoriais camponeses se organizaram para lutar pela Reforma Agrária, que tinham como objetivo proporcionar a redistribuição da terra, com o intuito de proporcionar acesso a estas, para aqueles que tinham como objetivo trabalhar e viver da/na terra. Foi assim que surgiram os acampamentos, na fase de luta, e, posteriormente, a conquista dos assentamentos, como foi o caso do Assentamento São Judas em Rio Brillante, no estado de Mato Grosso do Sul, objeto de análise desta Dissertação de Mestrado.

1.1- A Questão Agrária no Brasil: luta pela terra e protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses na conquista dos assentamentos de Reforma Agrária

Sabe-se que a Questão Agrária do Brasil vem desde o período colonial, quando os portugueses ocuparam o território, porém, ao tratar-se da Questão Agrária, a princípio, precisa-se compreender o significado do termo,

O termo *Questão Agrária* é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a Questão Agrária daquele país. (STEDILE, 2012, p. 641, grifo do autor).

Verifica-se que quando se trata de Questão Agrária, refere-se ao uso e a posse da terra, que desde o período colonial se concentra nas mãos da elite agrária/burguesa, que sempre manipulou o direito e o acesso à terra, desde a chegada dos portugueses, e desde então a questão fundiária tornou-se um problema histórico no Brasil. A respeito disso, nota-se que:

A estrutura fundiária diz respeito à forma como a propriedade da terra está distribuída e tem motivado a preocupação de muitos estudiosos da Questão Agrária, pois a propriedade da terra torna-se elemento fundamental para compreensão do campo brasileiro. (FABRINI, 2008, p. 27).

Para abordar a temática “Reforma Agrária” é necessário compreender que a história do Brasil sempre foi marcada pela concentração de terras desde a invasão portuguesa.

No entanto, o Brasil não era um território desocupado, muito pelo contrário, era povoado pelos seus povos originários, os indígenas. Essa breve observação é relevante para afirmar que no Brasil, a expulsão do ser humano da terra, ocorreu desde o processo de colonização, sendo feito por aqueles que estavam no poder, como pode-se observar nos relatos de pesquisadores sobre o assunto:

A descoberta do Brasil ocorreu no período das grandes navegações, quando Portugal e Espanha exploravam o oceano em busca de novas terras. Poucos anos antes da descoberta do Brasil, em 1492, Cristóvão Colombo, navegando pela Espanha, chegou a América, fato que

ampliou as expectativas dos exploradores. (HISTÓRIA DO BRASIL, 2018, s/p).

Conforme a citação nota-se que o principal objetivo desde a chegada dos portugueses ao Brasil foi à exploração das terras e seus recursos naturais. Segundo Camacho (2008), a concentração de terras já se iniciou com a distribuição das capitânicas hereditárias, e delas, a divisão em sesmarias. A elite optou por essa concentração de terras, já que as capitânicas eram distribuídas para a nobreza, e os donatários podiam deixar essas terras como herança. Conforme Camacho (2008), “a questão fundiária é um problema histórico no Brasil, se iniciou no Brasil colônia com as capitânicas hereditárias e as sesmarias”. Dessa maneira:

A elite brasileira/portuguesa desde o início optou por concentrar terras no Brasil, visto que eram entregues aos integrantes da nobreza grandes extensões de terra. Logo, é nesse período que se tem o início da concentração fundiária no Brasil. Esses donatários poderiam deixar essas terras como herança e, ainda, distribuí-las em parcelas a outros membros da elite que pudessem explorá-las, gerando assim lucros e tributos à coroa portuguesa, eram as chamadas sesmarias. (CAMACHO, 2008, p. 40).

A exploração de Terras no Brasil se deu assim que foram distribuídas as sesmarias, em que regulavam a posse da terra. Assim, o monopólio da posse da terra no Brasil teve “início no período colonial em que a Lei das Sesmarias regulava a apropriação da terra. No latifúndio, a atividade principal era a destinada à exportação e ocupava os melhores solos”. (FABRINI, 2008, p. 28).

Esse período é encerrado em 1850 com a Lei de Terras, decretada por D. Pedro II para manter os privilégios da elite. Essa lei veio a calhar com, de um lado, a proximidade da abolição da escravatura, em 1888, e de outro, a expropriação/exclusão camponesa na crise da Europa, que trouxe os imigrantes que chegariam ao Brasil e não teriam acesso a terra, pois, a partir dessa lei, passa ser mercadoria de compra e venda, continuando a elite econômica nacional, os latifundiários-escravocratas, sendo os proprietários da terra, fato que consolidou a perversa concentração fundiária e excluiu as populações originárias, os caboclos, os negros e os imigrantes europeus, recém-chegados, do acesso à terra.

[...] a Lei de Terras de 1850 decretada por D. Pedro II, cujo objetivo era manter os privilégios da elite, que na época eram os senhores escravocratas. Ou seja, dando um preço a terra, restringe-se o acesso a ela e, mantinha-se a classe de ex-escravos e imigrantes europeus subordinadas como mão-de-obra. (CAMACHO, 2008, p. 40).

A Questão Agrária no Brasil está longe de ter uma solução em um país construído por relações capitalistas de produção rentistas/dependentes, em que a classe latifundiária-burguesa domina os meios de produção e a terra, enquanto as classes subalternas, o proletariado, precisa vender sua mão de obra ao capital, e o campesinato, luta pela/na terra de trabalho (CAMACHO, 2008, p.40).

É na concentração fundiária que se encontra a origem de uma prática trivial do latifúndio brasileiro: a grilagem de terras – ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada – que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos (MST, 2001, p.70).

O Brasil é um país com a maior concentração de terras do mundo (perdendo apenas para o Paraguai, cujos donos são, sobretudo, brasileiros). Desde o período colonial, a elite vem manipulando o uso da terra com a posse da maior parte do território brasileiro. Na história do Brasil, ainda existe outra prática a qual intensificou a concentração fundiária, a grilagem de terras, que teve início com a Lei de Terras:

Foi com a Lei de Terras de 1850 que a propriedade privada da terra é instituída no Brasil – e, com ela, o mercado de terras, uma vez que a terra passa a ser acessível apenas por meio da compra. Entretanto, como já ocorrera antes, a Lei de Terras tratou de viabilizar o reconhecimento legal das terras controladas pelo latifúndio, inaugurando uma verdadeira corrida mediante a grilagem de terras no Brasil, pois a lei estabeleceu um prazo para a legalização das terras daqueles que comprovassem titulação anterior das mesmas. (ALENTEJANO, 2012, p. 742-743).

Desde os tempos da colonização portuguesa, terra é sinônimo de poder e riqueza no Brasil e de disputas acirradas pelo seu controle. Existem, ainda hoje no Brasil, diversas formas de uso e controle da terra, mas a forma dominante, como em qualquer país pautado nas relações capitalistas, é, sem dúvida, a propriedade privada (ALENTEJANO, 2012, p.742-743).

Partindo dos dados históricos sobre a concentração de terras, pode-se constatar que os problemas com os latifúndios não ficaram no passado, existem muitas marcas da concentração fundiária atualmente no Brasil. O Estado falhou em não fazer a distribuição das terras para quem nela precisa trabalhar. Dessa maneira, a elite agrária-capitalista ainda continua com a posse da maior parte de terras do país, porém, os movimentos socioterritoriais do campo estão na luta e resistência para garantir o acesso à terra de trabalho. De acordo com Coelho (2018, p.194):

Os tradicionais latifúndios não foram marcas que ficaram na América Portuguesa e no Império, ainda são expressões do tempo presente. A concentração de terras é a face do poder do atraso de um Brasil que quer se constituir como moderno. Os movimentos sociais do campo assim como os acampamento sem-terra, são expressões de um tempo “distante” que dialoga a todo momento com o presente na Questão Agrária brasileira, presente e passado se misturam e ressignificam, mas a marca característica é da concentração de terras. Nesse sentido, os movimentos sociais organizados no campo se caracterizam como resistência dos pobres da terra e a possibilidade de transformação.

Dando um passo adiante na história do Brasil, outra etapa marcante da Questão Agrária ocorre no final da década de 1940, mais um marco do Êxodo rural, conhecido como “Revolução Verde”. Foi motivada por um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo. Nesse período, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de verdadeiros pacotes de insumos agrícolas para vários países em desenvolvimento, entre eles, estava o Brasil.

Nesse processo de consolidação de um padrão de produção no campo, a não realização da Reforma Agrária desencadeou uma sistemática proletarização camponesa e provocou a emergência de uma diversidade de movimentos camponeses que iniciaram uma articulação política comum na luta pela terra e pela Reforma Agrária (BARBOSA; ROSSET, 2017).

Aqueles pequenos agricultores que não conseguiram se adaptar ou acompanhar a “modernização do campo” teve que abandoná-lo. Mais uma vez, aqueles que estavam no poder conseguiram aumentar seus territórios e, por consequência, seu capital, graças a falsa promessa de acabar com a fome, haja vista que a mesma ainda existe e é um grave problema mundial. O Êxodo rural só agrava mais ainda o problema da fome e a desigualdade (BARBOSA; ROSSET, 2017).

Segundo Fernandes (2004), há séculos a Questão Agrária está presente no cotidiano, mesmo querendo encobri-la, ela se descortina no dia a dia e se faz presente desde o passado até os dias atuais, e, em todos os estados do Brasil. Isso fica nítido quando observa-se os acampamentos, os assentamentos, o latifúndio e o agronegócio³ e ao ler os

³Agronegócio: conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários a partir da fusão entre latifundiários nacionais e frações do capital nacional e internacional. (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.82).

trabalhos acadêmicos e jornais, verifica-se a presença dessa conflitualidade no campo que levou os movimentos socioterritoriais a se organizarem para lutar pela Reforma Agrária.

As lutas pela/na terra são partes inerentes da história do Brasil. O primeiro conflito se deu com os povos originários que tentavam resistir em seus territórios tradicionais. Posteriormente, no regime de escravidão, quando os negros escravizados resistiam e formaram os quilombos. No século XIX, na história da luta de Canudos. No século XX, tivemos, as revoltas de Contestado, Trombas e Formosa, Porecatu, movimentos grevistas de colonos, as Ligas Camponesas, entre outras formas de luta pelo acesso à terra. Da década de 1980 até os dias atuais, predomina a luta dos socioterritoriais camponeses lideradas pelo MST. Todas essas formas de mobilização são traços dessa conflitualidade inerente a Questão Agrária nacional, como cita o autor:

As transformações profundas pelas quais tem passado o campo nas últimas décadas têm gerado um aumento significativo dos movimentos sociais rurais, em luta pela terra ou por melhores condições de trabalho. Esse processo não é recente e tem suas raízes na própria história do Brasil. As lutas dos escravos negros contra a escravidão redundaram na formação dos quilombos, muitas vezes destruídos pelos bandeirantes, esses jagunços dos senhores de escravos. No século passado, a luta de Canudos: neste século, o Contestado, Trombas e Formosa, Porecatu, entre tantas outras, além dos inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas paulistas de café, são exemplos desses traços históricos das lutas no campo brasileiro. (OLIVEIRA, 1999 *apud* CAMACHO, 2008, p.112).

Levando em consideração todo esse cenário de luta pela terra, é necessário refletir sobre o papel dos movimentos socioterritoriais. Os movimentos são organizações de pessoas com identidades em comum (como os Sem Terra), que se articulam em rede e se mobilizam para uma ação coletiva sócio-política-territorial contra opositores em comum (como latifundiários-agronegócio):

Finalmente, a rede de movimentos sociais se define como o conjunto das práticas políticas formadas pelos três níveis acima (organizacional, articulatório e mobilizatório), transcendendo as expressões meramente empíricas destes níveis, rumo à construção de uma lógica de movimento, que inclui a construção identitária da luta (o sujeito comum a identidade coletiva de “sem-terra”, definido como cidadão de direitos); a definição de adversários ou opositores sociais ou sistêmicos (latifundiários, grandes empresários do agronegócio, etc.). (WARREN, 2013, p. 25).

Para organização e luta pela Reforma Agrária surgiram os movimentos socioterritoriais. Como destaque tem-se o MST, que é o sujeito-coletivo de pesquisa, pois, foi participante fundamental na conquista do território do assentamento São Judas.

O MST, sendo o movimento social mais fortemente organizado no Brasil contemporâneo e apontado como referência mundial de resistência de populações marginalizadas, tem se consolidado como a representação política mais expressiva dos conflitos sociais no campo e instigado a criação de organizações contra Reforma Agrária. (WARREN, 2013, p.33).

O MST é um movimento socioterritorial que reúne diferentes categorias de camponeses (Sem Terra, posseiros, parceiros, meeiros, camponeses pobres, trabalhadores assalariados do campo etc.) e lutadores sociais organizados para lutar pela terra, Reforma Agrária, Agroecologia, Soberania Alimentar, distribuição de renda, educação, política pública e por mudanças estruturais na sociedade brasileira envolvendo o campo e a cidade, como narra o autor:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, mini fundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (FERNANDES, 2012, p. 498).

De acordo com Camacho (2008), o MST é o maior movimento socioterritorial do campo na luta pelo direito ao acesso a terra e pela permanência na terra conquistada. A partir de informações, descrições e relatos encontrados em bibliografias sobre o MST, como o livro “*A história da Luta pela Terra e o MST (2001)*”, o projeto de Reforma Agrária que foi tentado implantar como programas de governo não foi realizado pelo Estado, foi o povo que, de fato, fez e faz a Reforma Agrária no Brasil, com participação protagonista do MST (MOISSAWA, 2001).

A ocupação de terras no Brasil marcou a história de luta camponesa e originou o MST. Segundo Fernandes, não se pode considerar somente a início da história do MST em 1984, deve-se levar em consideração sua pré-história que foram as reuniões e ocupações que começaram em 1978:

O Movimento definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Todavia, ao considerarmos o seu período de gestação (a “pré-

história” do MST) a partir das primeiras lutas e das primeiras reuniões que aconteceram nos anos 1978 a 1983. (2008, p.75).

O MST foi o primeiro movimento socioterritorial camponês em escala nacional criado no Brasil após o fim da Ditadura Civil- Militar, no ano de 1984. O marco da primeira ocupação foi na fazenda Macali, em Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1979. Depois dessa ocupação, muitas outras ocorreram e, ainda, estão ocorrendo em todo o país, até os dias atuais. As ocupações foram durante muitos anos a principal ação usada pelos movimentos socioterritoriais camponeses enquanto estratégia de luta pela terra (MOISSAWA, 2001).

A partir das lutas e organizações dos movimentos camponeses, surgiu a conquista da Reforma Agrária, cujo objetivo é democratizar a propriedade da terra e garantir o seu acesso aos Sem Terra. Dessa maneira, a “Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”. (STEDILE, 2012, p.559).

Segundo Stedile (2012), de acordo com a definição completa de Reforma Agrária, pode-se chegar à conclusão de que no Brasil nunca houve, de fato, esse processo em sua plenitude, “com base na definição de Reforma Agrária e nas tipologias ocorridas nas experiências históricas dos povos, pode-se concluir que no Brasil nunca houve um processo de Reforma Agrária” (2012, p.665).

Apesar de, popularmente, o termo ser utilizado quando há alguma desapropriação de terra no país, a prova de que nunca houve Reforma Agrária no Brasil está no fato de que, de acordo com Stedile (2012), a concentração de terras atualmente é maior agora do que no ano de 1920, quando o país havia acabado de sair do regime de escravidão.

Sabe-se que os movimentos socioterritoriais defendem e lutam pela Reforma Agrária no Brasil, o autor cita os movimentos sociais que se unem e defendem a necessidade de uma Reforma Agrária popular no país:

Os movimentos sociais do campo articulados na Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Comunidades Quilombolas e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil, defendem a necessidade de uma Reforma Agrária popular. (STEDILE, 2012, p.666).

Outra ação que complementa a ocupação é a construção de acampamentos⁴, sobretudo, às margens das rodovias. Para analisar a conquista de um território pelos movimentos camponeses, precisa-se entender os fatos que levaram as famílias até o acampamento. O problema central que faz com que se iniciem os movimentos para a conquista do território é a concentração de terras no Brasil.

Esse fato leva os camponeses Sem Terra se organizar num coletivo para iniciara luta pelo direito a terra. Esse processo ocorre em contrapartida ao latifúndio improdutivo, à grilagem de terras, ao Êxodo rural, ao trabalho análogo ao escravo etc. Também, tem como objetivo criar políticas para o desenvolvimento social e econômico do Brasil numa perspectiva popular que permita a reprodução camponesa, por isso, surge à luta pela Reforma Agrária em meados do século XX. Pois:

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terá condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a 'estrada'. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

A partir da organização dos movimentos socioterritoriais no campo, o acampamento é espaço de luta coletiva, em que se organizam pelo direito a terra. É o espaço-tempo anterior ao processo de territorialização, ou seja, antecede à conquista do território camponês, o assentamento de Reforma Agrária.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialização da organização dos sem-terra, trazendo em si os principais elementos organizacionais do movimento. Os acampamentos são, predominantemente, resultado de ocupações. Assim sendo, demarcam nos latifúndios e nos territórios do agronegócio os primeiros momentos do processo de *territorialização camponesa*. (FERNANDES, 2012, p. 23, grifo do autor).

É no acampamento que se inicia à busca pela territorialização, em que as famílias camponesas estão unidas pela mesma causa, a conquista da terra/território. Com o processo deterritorialização/reterritorialização (recriação) do campesinato, uma fração do território do campo deixa de ser um latifúndio e passa a ser um território camponês.

⁴ Vale ressaltar que ocupação é o processo quando ocupam/entrem no interior da terra (latifúndio improdutivo e/ou grilado) para pressionar o governo a desapropriar ou acelerar a negociação com proprietário. O acampamento é quando fazem os barracos, geralmente nas beiras de rodovias, para pressionar o Estado para a conquista do assentamento.

Criação e recriação significam territorialização e reterritorialização do campesinato, ao passo que a destruição significa a sua desterritorialização. É na formação que acontece a territorialização do campesinato. Desde as lutas das Ligas Camponesas até as lutas do MST, por exemplo, pela conquista de frações do território brasileiro que denominamos de latifúndios, lutas nas quais algumas dessas frações são transformadas em assentamentos, acontece a formação do território camponês. (FERNANDES, 2012, p. 747).

Segundo Stedile (2012), o esforço e a organização dos movimentos sociais resultam na constituição de projetos da Reforma Agrária, os assentamentos rurais. “Assim, em diferentes situações, número expressivo de trabalhadores que participaram de processos de ocupação de terra deixaram de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados” (2012, p. 110).

Os assentamentos são distintos em quantidades de famílias, distribuição dos lotes, a organização política, formas de organização da produção, entre outros elementos que caracterizam a multidimensionalidade daquele assentamento específico, ou seja, cada assentamento tem suas particularidades como afirma o autor:

Os assentamentos assumem, então, configurações distintas – coletivos/individuais; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/ federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc. (STEDILE, 2012, p.111).

Na atualidade, o Brasil ainda tem uma enorme concentração de terras, segundo dados do DATALUTA (2019), “o índice de Gini de concentração de terras do país é de 0,86%, sendo maior do que o índice médio da América do Sul que é de 0,85%” (OXFAN, 2016 *apud* DATALUTA, 2019).

No entanto, por meio da luta pela terra, o campesinato conseguiu conquistar territórios camponeses, se recriando pela Reforma Agrária. Entre os anos de 1985 a 2017, “constata-se 1.120.975 famílias assentadas em 82.035.611 hectares, fazendo com que o Brasil possua uma das mais diversas experiências de Reforma Agrária do mundo”. (DATALUTA 2019).

O fato que explica a contradição entre a conquista de assentamentos e a continuidade da concentração fundiária, ou seja, o motivo para que Reforma Agrária não tenha sido acompanhada pela desconcentração fundiária é que não foi dada exclusividade ou prioridade à desapropriação de terras (DATALUTA 2019).

1.2- A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: entre a territorialização do capital/latifúndio e a recriação/resistência/reterritorialização camponesa

O estado do Mato Grosso do Sul (antigo Sul do estado de Mato Grosso) foi dividido no dia 11 de outubro de 1977. Um estado marcado pelo desenvolvimento capitalista teve na pecuária, na extração vegetal e na agricultura as bases de um desenvolvimento acelerado iniciado no século XIX, enquanto o norte minerador vivia sua decadência. As atividades econômicas desenvolvidas no estado estavam vinculadas à extração de produtos primários e de recursos naturais, inicialmente a extração da erva-mate, por meio da Companhia Matte Laranjeira – primeiro empreendimento de grande porte a se estabelecer no Estado – que deteve o monopólio da exploração dos ervais em toda a região, entre os anos de 1800 e 1924 (MATO GROSSO DO SUL, 2002, *apud* FERREIRA, SILVA, 2015).

O estado do Mato Grosso do Sul (antigo Sul do estado de Mato Grosso) era povoado pelas populações originárias (mais conhecidos como “indígenas”) de diferentes etnias. Depois da independência do Brasil, a partir do ano de 1830, se iniciou o povoamento dos não índios, mas essas ocupações não atingiram as matas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani.

Em 1822, com a independência do Brasil, constituiu-se a Província de Mato Grosso, incluindo o atual Mato Grosso do Sul. Mas, segundo Campestrini e Guimarães (1991), foi na década de 1830 que se iniciou de fato o povoamento por não-índios das terras que hoje constituem o estado do Mato Grosso do Sul. Essa ocupação se deu pelos campos de Miranda, Serra de Maracaju e entrando pelo rio Paranaíba, rios Sucuriú e Taquarussu (1835), chegou aos campos dos rios Brilhante (1839) e Vacaria, não atingindo as matas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani. (BRAND; FERREIRA; AZAMBUJA, 2008, p. 11).

Na segunda metade do século XIX, houve a ocupação não indígena do Sul do estado, devido à expansão das fazendas de gado, com aberturas de estradas e construção de ferrovias, isso estimulou o desenvolvimento econômico na região:

A povoação e ocupação do território sul-mato-grossense tiveram início na segunda metade do século XIX com a expansão das fazendas de gado. O melhoramento do rebanho do Estado com a criação de outras raças de puro sangue e a abertura de “estradas boiadeiras” que permitiram a penetração no “sertão” de Mato Grosso estimulou o desenvolvimento econômico da região. (FABRINI, 2008, p.35).

Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864), houve mais circulação de sujeitos na região de fronteira. Após o fim da guerra, muitos soldados paraguaios ficaram no estado e, posteriormente, empregaram-se como mão de obra na Cia Mate Laranjeira que foi instalada em Mato Grosso do Sul no ano de 1880 (BRAND; FERREIRA; AZAMBUJA, 2008).

A ocupação de grande impacto no Sul do estado de Mato Grosso foi o arrendamento de terras pela Cia Mate e Laranjeira em 1882, que se apropria dos territórios indígenas, iniciando as disputas territoriais com as populações nativas.

Além das pretensões de apropriar-se privadamente de imenso latifúndio no sul de Mato Grosso do Sul pelos herdeiros do Barão de Antonina, vista anteriormente, outra que trouxe muitas conseqüências à vida de relações sul-mato-grossenses foi o arrendamento feito pela Cia Mate-Laranjeira, em 1882. (FABRINI, 2008, p. 33).

A Cia. Mate Laranjeira cresceu muito no Estado e já tinha uma grande interferência nas tomadas de decisões, tanto políticas, econômicas e sociais. Assim:

A Cia. Mate Laranjeira possuía em 1922 uma receita bruta que chegava a ser cinco vezes maior que a arrecadação do estado. Também era a maior credora do governo matogrossense com grande poder de interferência nas decisões políticas, econômicas e sociais do estado. (FABRINI, 2008, p. 34).

Após o fim do arrendamento da Cia. Mate Laranjeira se iniciou a ocupação regional pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), entre 1943-1946. Um projeto do governo federal, da Era Vargas, que integra um projeto de desenvolvimento denominado de “Marcha para Oeste”. É o primeiro momento de territorialização camponesa no estado, como explica o autor:

O projeto de colonização mais importante em Mato Grosso do Sul foi a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), executado entre 1943 e 1946. Neste projeto, o governo federal concedeu uma área de aproximadamente 300 mil hectares, dividida em 8.800 lotes, aos camponeses despossuídos de terra, sobretudo nordestinos. (FABRINI, 2019, p.07).

O conflito territorial com as comunidades indígenas iniciado com a empresa Matte Laranjeira muda suas características com a chegada dos colonos, pois parte do projeto foi feito em territórios indígenas.

Esta empresa interessava-se, no primeiro momento, pelos ervais nativos e pela mão-de-obra necessária para a exploração do produto.

Confrontavam-se os índios, agora, com colonos em busca de propriedades e interessados em estabelecerem-se nessas propriedades. Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato e total. (BRAND; FERREIRA; AZAMBUJA, 2008, p. 14).

A implantação desse projeto de desenvolvimento pelo Estado, não levou em consideração a existência dos territórios indígenas. O Estado fomentou um conflito, muito raro, na história do país, entre populações originárias e camponesas. A justificativa de que os indígenas não podem atrapalhar no processo de desenvolvimento do capitalismo no estado, inclusive, é o argumento utilizado até os dias atuais para a não demarcação de suas terras tradicionais.

A implantação da Colônia Agrícola obedecia a um plano amplo de colonização do governo federal e não era admissível que um *grupo de índios* atrapalhasse a implantação do projeto. Aliás, argumentos semelhantes seguem sendo, constantemente, arrolados, hoje, pelos Governos e pelas elites regionais para justificar a não-demarcação das terras indígenas. (BRAND; FERREIRA; AZAMBUJA, 2008, p.14, grifo dos autores).

A concentração fundiária de Mato Grosso do Sul se origina desde antes da separação do Estado do Mato Grosso que resultou em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. “No Mato Grosso do Sul, foi o próprio Estado que promoveu a venda e titulação de terras devolutas em grandes propriedades. Portanto, como já mencionado, a estrutura fundiária no Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada”. (FABRINI, 2008, p.30).

No estado de Mato Grosso do Sul é predominante a concentração de terras desde a sua origem, pois se trata de um estado que sempre foi dominado pela classe dos grandes proprietários de terras. Essa realidade agrária trouxe a necessidade da luta pelo acesso à terra, pois os trabalhadores, os “peões”, não tiveram acesso às terras e não tinham condições de serem proprietários, formando uma classe de camponeses arrendatários, posseiros e Sem Terra no estado.

A abertura dessa nova frente de ocupação, cuja característica principal foi a concentração da terra, acabou trazendo a necessidade da reprodução camponesa, sem permitir, no entanto, o acesso à terra, já que os trabalhadores não eram proprietários, mas sim, “peões” e famílias de arrendatários que tiveram acesso periódico à terra, devido à sua condição de não-proprietários. (FABRINI, 2008, p.39).

No Sul do estado, que foi ocupado durante a expansão pioneira paulista e paranaense, formou-se um grande número de trabalhadores camponeses (peões)

despossuídos da terra. Eles eram responsáveis pela formação das pastagens para os fazendeiros com sua mão de obra, mas, posteriormente, precisaram deixar as terras para a entrada do gado bovino.

O Sul de Mato Grosso do Sul ocupado durante a expansão pioneira paulista e paranaense possui atualmente um grande número de trabalhadores rurais despossuídos da terra. Isso se deve à forma como a terra foi apropriada nessa região, que não permitiu o acesso e a fixação do homem à terra, pois a maior parte deles eram parceiros, arrendatários, peões, enfim, não proprietários. Após a derrubada das matas e formação das pastagens eles deveriam deixar os lotes de terra para o gado bovino. (FABRINI, 2008, p. 39).

A concentração de terras no estado se intensifica nos anos de 1970, pois foi somente a partir de 1970 que a terra passou a ser usada como garantia de financiamento agrícola no estado, com isso, houve a diminuição da agricultura de autoconsumo, sendo substituída aos poucos pela agricultura capitalista, cuja base econômica era, sobretudo, a monocultura de grãos, associada à criação de gado, com isso cresce ainda mais a concentração de terras em Mato Grosso do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, a terra obtém uma importância fundamental a partir da década de 70, pois passou a ser usada como garantia dada aos bancos para obtenção de financiamentos agrícolas. É nesse período que se tem o alargamento das propriedades produtoras de grãos, com o desaparecimento da pequena propriedade que desenvolvia a agricultura voltada para o autoconsumo. A monocultura da soja, associada à criação de gado, formou a base econômica do estado. Nesse momento, intensificou-se o processo de modernização da agropecuária promovida por incentivos fiscais e de financiamentos. (AVELINO JR., 2008, p. 69).

Essa concentração de terras nas mãos de poucos, que teve um grande aumento no estado nesse período, gerou uma grande necessidade de organização da classe camponesa Sem Terra em movimentos socioterritoriais para lutar pela terra. Por isso, é extremamente relevante que consigamos entender que o estado de Mato Grosso do Sul, desde seu início, foi marcado pela grande concentração de terras, o que acarretou em vários conflitos agrários.

Dito de outra maneira, “a importância de estudarmos a formação da estrutura fundiária do estado para estabelecermos as relações com os conflitos agrários desencadeados justifica-se a partir da constatação da concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários”. (AVELINO JR., 2008, p. 70)

Devido a essa condição agrária envolvendo a territorialização do capital/latifúndio e a expropriação/desterritorialização dos trabalhadores rurais (peões), houve a necessidade da luta pela Reforma Agrária. Essa luta era formada por trabalhadores rurais que nunca foram proprietários de terras, mas que, viviam nas terras porque foram os responsáveis pela derrubada das matas e formações das pastagens. Então, se organizaram nos movimentos socioterritoriais camponeses para lutar pela terra.

Os trabalhadores não proprietários da terra, após a derrubada das matas e formação das pastagens, foram sendo expulsos da terra com o escasseamento das florestas. De modo geral, no sul de Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem-terra que se organizaram nos movimentos sociais, não são pequenos proprietários expropriados, mas trabalhadores rurais que nunca possuíram terra. (FABRINI, 2008, p. 40).

A concentração de terra nesse período no estado é um reflexo da territorialização capitalista da monocultura da soja e do gado de corte, que trouxe a diminuição na produção de alimentos básicos para a população. Como afirma Avelino Júnior (p. 71, 2008) “a monocultura de exportação contribui com elementos para ampliar ainda mais a posse da terra e, a cada sítio, a cada pequeno lote de terra cooptado pela soja ou pela pecuária, significou um decréscimo na produção de alimentos básicos para o povo”.

Com o aumento da monocultura, houve o Êxodo rural (desterritorialização), e, com isso, aumentava o número de acampamentos e ocupações de terra no estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, reflexo da Questão Agrária do estado marcada pela apropriação capitalista da terra pelos latifundiários-capitalistas:

Houve um acentuado êxodo rural no período compreendido entre as décadas de 1970 a 2005, acarretando a favelização nas periferias das cidades de Mato Grosso do Sul, o que ocorreu ao mesmo tempo em que cresciam os conflitos pela posse de terras, multiplicando-se os acampamentos e as ocupações. (AVELINO JR., 2008, p. 71).

Nesse sentido, pela contradição e conflitualidade provocada pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, junto com o crescimento dos latifúndios no estado, surgem também os movimentos socioterritoriais e, conseqüentemente, a luta pela terra. Dentre esses movimentos, pode-se destacar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MST, os movimentos Sindicais Rurais e as Cooperativas:

Fica caracterizado em Mato Grosso do Sul um processo contraditório de avanço e crescimento do capitalismo no campo, pois, se de um lado temos a concentração de terras, por outro lado surgem os movimentos

sociais, na luta pela terra, por sobrevivência, pela cidadania. Entre esses movimentos sociais podemos destacar as lideranças da CPT (Comissão Pastoral da Terra), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), Sindicatos Rurais e as Cooperativas. (AVELINO JR, 2008, p. 75).

Na década de 1970, se iniciou a plantação de cana-de-açúcar e produção de seus derivados. Nos anos de 1980, houve um processo acelerado da atividade canavieira⁵ no estado e, a partir de 2000, houve maior expressividade no crescimento produção, diante desse aumento surge a preocupação com a conservação de áreas agrícolas e de pastagens (FEREIRA; SILVA, 2015). De acordo com Frata e Faria (2008):

uma das regiões, em Mato Grosso do Sul, de maior expansão da cana-de-açúcar e instalação de usinas para a produção de açúcar, etanol e bioenergia, são os 4,64 milhões de hectares da bacia hidrográfica do rio Ivinhema, e que, futuramente deverá contar com 60 unidades produtoras. Nesta etapa, uma das bacias hidrográficas que formam a bacia do rio Ivinhema, a bacia do Rio Brilhante, foi a escolha de referência para aproximação em maior escala. (*apud* FERREIRA; SILVA, 2015, p. 69).

Todavia, por outro lado, na resistência aos processos de territorialização do capital no campo de Mato Grosso do Sul, de acordo com Melo (2017), entre os anos de 1988 a 2014 foram registradas no Mato Grosso do Sul 604 ocupações, envolvendo 92.226 famílias, e o MST foi responsável por 72 ocupações, envolvendo 23.475 famílias. Mas, como afirma Melo (2017), as ocupações e acampamentos diminuíram muito, pois a demora em desapropriar terras desestimula as famílias.

Segundo dados do DATALUTA (2019), entre os anos de 1985-2017, foram criados no estado do Mato Grosso do Sul 206 assentamentos com total de 32.280 famílias numa área de 718.147, ou seja, 0,9% da área total do estado.

O estado do Mato Grosso do Sul, desde sua divisão, sempre teve sua estrutura fundiária alicerçada na concentração de terras, devido a esse fato, se fez necessário à luta pela Reforma Agrária. Muitas ocupações e acampamentos foram criados pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Nesse cenário de luta pela terra, não deve-se esquecer da participação ativa do MST, pois muitos dos Assentamentos de Mato Grosso do Sul foram formados com a participação direta desse Movimento (ALMEIDA, 2006). Como escreve Buscioli (2016, p. 164):

⁵ A grande preocupação é o crescimento acelerado na produção canavieira, no estado e no município de Rio Brilhante, pois com o aumento da plantação de cana-de-açúcar diminui a área de pastagens e agrícolas, e essa expansão afeta diretamente os camponeses assentados no município (discussão que vamos levantar no subcapítulo 1.3).

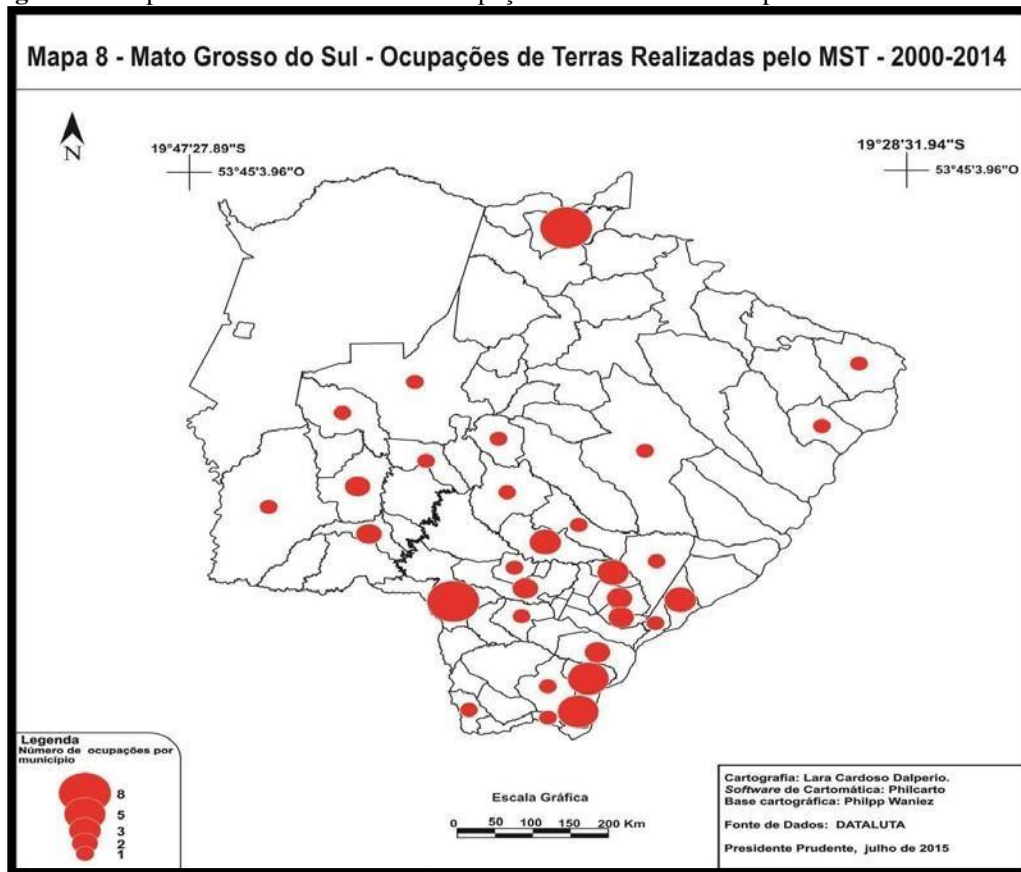
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado do Mato Grosso do Sul desde a sua origem na década de 1980 tem ligação com o território, abrangendo suas lutas por melhores condições de vida nos acampamentos e assentamentos, buscando saúde, educação, produção etc. de qualidade.

O MST surge, diretamente, ligado a CPT, mas após várias ações sob sua liderança, o MST se desvincula da CPT e começa a ganhar autonomia no estado, atuando de forma ampla, desde a organização das famílias, até a conquista do território e as demandas posteriores a conquista:

O MST atua de forma ampla preocupando-se desde organização até a luta pela conquista de seu território, assim seu lema era “terra não se ganha, se conquista” isso por meio das ocupações. Mas, o Movimento com sua maior experiência de luta viu que só a conquista da terra não era suficiente para suprir com a demanda dos sem terras. (BUSCIOLI, 2016, p. 171).

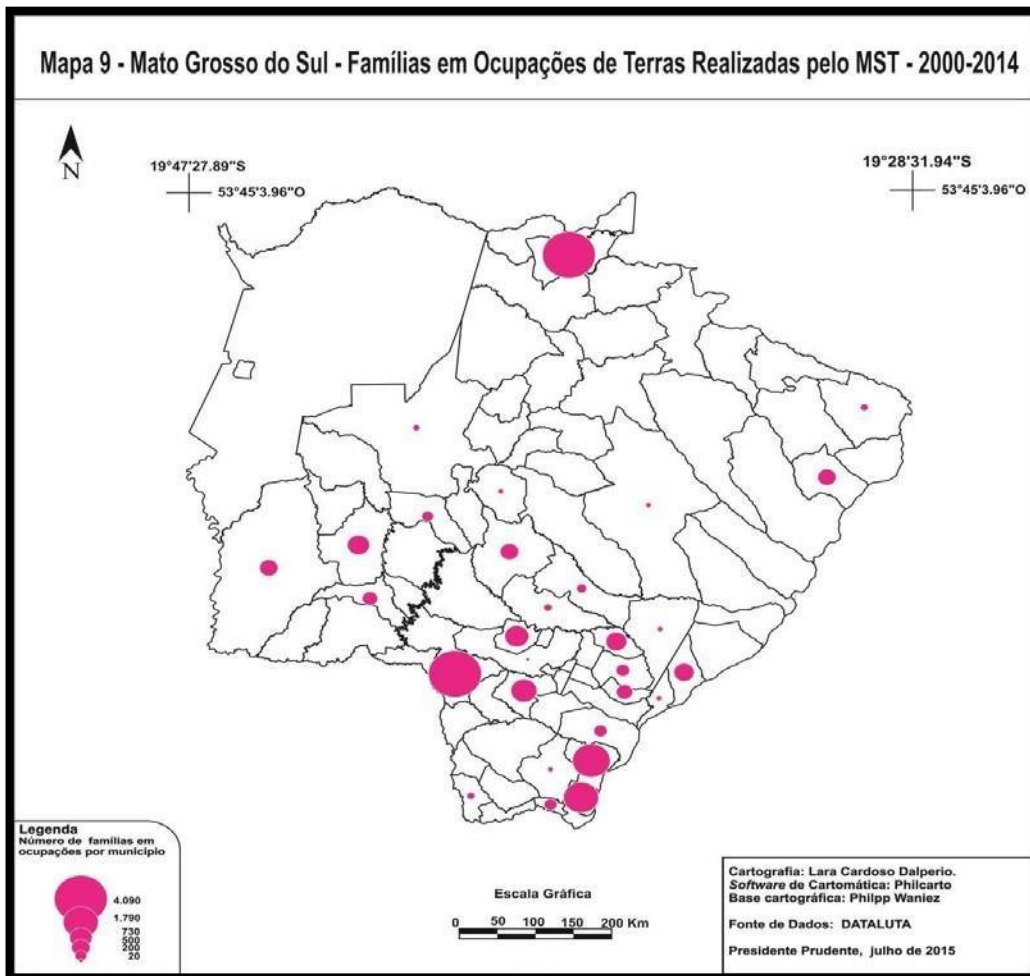
Na atualidade das lutas do MST no Mato Grosso do Sul, pelo DATALUTA (2015), foram registradas 55 ocupações de terras entre 2000 e 2014, com a participação de 15.255 famílias. Os movimentos que realizaram ações em conjunto com o MST neste período foram: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF). A seguir, os mapas referentes as ocupações de terras pelo MST.

Figura 01: Mapa do Mato Grosso do Sul – ocupações de terras realizadas pelo MST – 2000-2014



Fonte: BUSCIOLI, 2016.

Figura 02: Mapa do número de famílias envolvidas nas ocupações de terras realizadas pelo MST no Mato Grosso do Sul (2000 – 2014)



Fonte: BUSCIOLI, 2016.

Observa-se que os mapas das figuras 1 e 2 apresentam respectivamente os registros de números de ocupações de terras e de famílias em ocupações de terras realizadas pelo MST no período de 2000 a 2014 no Mato Grosso do Sul. A seguir, o próximo subitem abordará a Questão Agrária no Município de Rio Brillhante, no estado de Mato Grosso do Sul.

1.3 - A Questão Agrária no Município de Rio Brillhante-MS

O Município de Rio Brillhante está localizado a sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, a 161 km da capital, Campo Grande, com uma área de 3.967, 53 km², população estimada 37.776 (IBGE, 2019), o município foi emancipado no dia 26 de setembro de 1930. Pode-se observar a localização do município de Rio Brillhante na figura 03:

Figura 03 – Localização do município de Rio Brillhante em MS



Fonte: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FRio_Brillhante. Acesso em: 12/05/ 2021.

O Município de Rio Brillhante no início de sua ocupação recebeu o nome de Caiúas e, posteriormente, Entre-Rios e, então, finalmente, pela Lei Estadual nº 174, de 30 de outubro de 1948 foi denominado como Rio Brillhante. A história de Rio Brillhante está ligada a história do município de Paranaíba. Por volta da terceira década do século XIX, os pioneiros das famílias Lopes, Souza Leal, Pereira, Garcia e Barbosa atravessaram os campos daquela região e entraram pelos cerrados de Três Lagoas, iniciando a história do povoamento do sul do estado (RIO BRILHANTE, 2021).

Gabriel Francisco Lopes foi o que primeiro penetrou nos campos de Vacaria, onde encontrou 60 vacas e 1 touro, aí deixado pelos Jesuítas, e, por volta de 1841, trouxe para ali o seu sogro, Antônio Gonçalves Barbosa, que se fixou num local a que denominou

Boa Vista, entre os Rios Vacaria e Brilhante, foi o primeiro povoador, depois da retirada dos castelhanos (RIO BRILHANTE, 2021).

Algum tempo depois vieram os gaúchos com seus rebanhos e, ao mesmo tempo, os descendentes das famílias pioneiras se dispersaram. Os gaúchos iniciaram nas margens dos rios Brilhante e Vacaria a pecuária e agricultura, essa foi o início da formação da estrutura fundiária de Rio Brilhante, o início da concentração de terras (RIO BRILHANTE, 2021).

A região de Entre - Rios, (que foi um dos primeiros nomes do Município de Rio Brilhante) também teve a fase da erva-mate, o que contribuiu para a concentração da produção. A erva mate trouxe novo fluxo de gaúchos e paraguaios, que se dedicavam a indústria extrativista, pecuária e a agricultura, (RIO BRILHANTE, 2021).

O município de Rio Brilhante também teve sua formação baseada na concentração de terras, e isso fez com que os movimentos socioterritoriais se unissem para a luta pela Reforma Agrária. Nesse sentido, dialoga-se com Buscioli (2016), que estudou a Questão Agrária no município de Rio Brilhante, e apresenta uma análise sobre o MST.

De acordo com a autora, para iniciar esse debate é necessário apresentar os primeiros conflitos que ocorreram na década de 1970 devido a irregularidades em contratos de arrendamentos e reivindicações de algumas áreas, diante desses conflitos, o MST iniciou as ações de resistências frente ao latifúndio:

Diante dessa situação os movimentos camponeses, de trabalhadores rurais e sindicalistas iniciaram as suas primeiras ações de resistência frente ao latifúndio, se organizando para construir os trabalhos de base, que seguiriam nas próximas décadas sendo determinantes para a obtenção de seus territórios, no caso o território camponês, por meio das ocupações de terras no estado. (BUSCIOLI, 2016, p. 166).

Segundo Fabrini (2008), a história de resistência camponesa no estado se inicia, primordialmente, com as lutas em Naviraí e em Glória de Dourados, em que no primeiro município o movimento foi de arrendatários com destaque para a participação da CPT e do Sindicato Rural de Naviraí ocupando três fazendas: Entre Rios, Água Doce e Jequitibá. De acordo com Busciol, “esses conflitos foram aumentando na medida em que o governo intervia na Questão Agrária do estado, por meio do Projeto Guatambu que tinha como objetivo dar assistência para as famílias camponesas”. (2016, p. 167).

No Município de Rio Brilhante, na década de 1990, por meio das ocupações e dos acampamentos, organizados pelo MST, ocorreu a conquista de três assentamentos: PA Margarida Alves, PA São Judas e PA Silvio Rodrigues, que se originaram a partir desse

campesinato organizado pelos trabalhos de base do MST na região da Grande Dourados. (BUSCIOLI, 2016, p. 176).

A partir dos anos 2000, (ações ocorreram nos anos de 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2008 e 2011), segundo Buscioli (2016), foram realizadas 17 ocupações de terras com a participação de 2.171 famílias ligadas aos movimentos sindicais CUT e CONTAG, ao movimento camponês do MST e aos movimentos indígenas, principalmente, os Guarani-Kaiowá.

A partir do diálogo com a autora e com os camponeses que participaram do processo de luta e conquista do Assentamento São Judas, o MST, teve participação ativa na conquista do território.

O primeiro assentamento a ser desapropriado para fins de Reforma Agrária por meio da luta do MST em Rio Brilhante foi o PA São Judas, onde parte de seus integrantes vieram de um dos maiores acampamentos dos sem terras no Mato Grosso do Sul e na época do Brasil: o acampamento 8 de Março, as margens da BR 163, em Itaquiraí, nome de referência a sua data de ocupação 8 de março de 1997, com aproximadamente 7.000 pessoas vindas de vários estados e do movimento de volta dos brasiguaios ao Brasil, com um trabalho de base realizado por três meses com os integrantes do MST. (BUSCIOLI, 2016, p. 188).

Por isso, os camponeses ligados ao MST, são exemplos de luta e resistência nesse processo de territorialização. Esse fato pode-se confirmar no Assentamento São Judas, objeto de estudo desta dissertação, que foi criado há 20 anos. “Em 1998 cria-se o assentamento com a capacidade de assentar 187 famílias em 4.155 hectares” (DATA LUTA, 2015). O sorteio dos lotes ocorreu no dia 12 de março de 1999, “iniciando um novo processo de luta, principalmente, para a construção da escola do assentamento”. (BUSCIOLI, 2016, p. 190).

Atualmente, o Município de Rio Brilhante possui 9 assentamentos criados pelo INCRA, 3 assentamentos de crédito fundiário e 1 assentamento em agrovila. As áreas dos assentamentos variam, respectivamente, entre 08 a 20 hectares; 3,5 a 8 hectares; e 01 hectare cada lote. Os produtos mais cultivados são: soja, milho safrinha, mandioca, feijão e hortifrutigranjeiros. As atividades principais desses assentamentos são: pecuária leiteira, pecuária de corte, piscicultura, avicultura e produção de ovos em pequena quantidade, (AGRAER, 2021).

Para entender melhor a distribuição dos assentamentos no município, pode-se visualizar os dados organizados no quadro 1:

Quadro 1: Assentamentos em Rio Brilhante – MS.

Forma de Aquisição	Assentamento	Quantidade de Famílias	Movimento Socioterritorial/Sindical	Ano da Conquista
INCRA	São Judas	187	MST	1999
	Fortaleza	14	FETAGRI	2000
	Bonsucesso	27	FETAGRI	2000
	Triângulo	50	FETAGRI	1997
	Fortuna I e II	108	FETAGRI	1998
	Taquara	67	FETAGRI	1998
	Lago azul	117	CUT	2006
	Silvio Rodrigues	120	MST	2002
	Margarida Alves	120	MST	2001
Crédito Fundiário	Tereré	20	Crédito fundiário	Não informado
	Getúlio Vargas	36	Crédito fundiário	Não informado
	Beira do Serrote	26	Crédito fundiário	Não informado
Agrovila	Agrovila José Cazuza	54	Agrovila	Não informado
	Total: 13 assentamentos	Total: 946 famílias.		

Fonte: Autora, 2021.

Como pode-se observar nos dados presentes no quadro 1, o Município de Rio Brilhante, atualmente, tem 13 Assentamentos, com um total de 946 famílias assentadas, participaram das ações de conquista os movimentos socioterritoriais/sindicais camponeses MST, FETAGRI e CUT. O Assentamento São Judas, que é o objeto de pesquisa, foi criado em 1999 por meio da luta e organização do MST e conta com um total de 187 famílias assentadas.

CAPÍTULO 2– A CONQUISTA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS DO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS

Figura 04: Pôr do Sol no Assentamento São Judas



Fonte: Autora, 2021

O Assentamento São Judas, localizado na área rural de Rio Brilhante, Município do estado de Mato Grosso do Sul, é um Projeto criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em que no ano de 1999 foram assentadas 187 famílias.

Pouco se tem pesquisado sobre a história de conquista e desenvolvimento desse território, partindo disso, surge à necessidade de contribuir para a construção de um capítulo sobre o tema. Por meio de leitura de bibliografias sobre a Questão Agrária e os

processos de territorialização/desterritorialização camponesa, além da pesquisa empírica, será analisada a importância da participação dos Movimentos Socioterritoriais na organização dos acampamentos e na conquista do território, bem como, as lutas enfrentadas nesse processo até a sua conquista.

Este capítulo dedica-se a registrar a história e a geografia do território do Assentamento São Judas, em Rio Brillhante, MS, por meio do diálogo com os camponeses que participaram deste processo, foram resgatadas essas memórias para a criação da escrita, para que essa realidade ultrapasse o espaço do Assentamento e outras pessoas possam conhecer e ter acesso aos dados para futuras pesquisas.

2.1- O Acampamento: espaço-tempo de luta coletiva que antecede à conquista do Território Camponês

A conquista do território do Assentamento São Judas teve início nos acampamentos. Corroborando com a fala dos camponeses que participaram desse processo, Fernandes (2012, p.21) assevera que “o acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia”.

Nota-se que a maioria das famílias são oriundas do acampamento 8 de Março que se originou com a ocupação da Fazenda Santo Antônio no Município de Itaquirai, Mato Grosso do Sul, na data de 8 de março, nome que se deu, justamente, pela data da primeira ocupação.

Nesse processo de luta pela terra, as famílias contaram com organizações apoiadoras, entre eles, de acordo com as famílias entrevistadas, está o MST, que teve participação significativa no processo de conquista do território do Assentamento São Judas. Durante processo de luta pela terra, dentro do acampamento, eram feitas reuniões para tomar as decisões em coletivo. Pode-se visualizar nas figuras 5 e 6 as reuniões que eram organizadas pelos camponeses e o MST durante o processo de luta pelo território do assentamento São Judas:

⁶ Considera-se que neste subcapítulo temos elementos suficientes para afirmar que o campesinato que formou o assentamento configura-se como uma classe social “para si”, ou seja, sujeitos coletivos organizados na luta pela terra com consciência de classe.

Figura 5 e 6: Reuniões organizadas pelos camponeses do MST



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados (1997-1998).

O processo de luta pela conquista do território do Assentamento São Judas teve início quando grupos de Sem Terras se mobilizaram e formaram os acampamentos. De acordo com dados do histórico da Escola São Judas:

Em início do ano de 1997, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) mobilizou um grupo de militantes para que estes fizessem o trabalho de conscientização da população da região Sul do estado, na intenção de organizar um grande acampamento. Com muito esforço e dedicação no dia 08 de março de 1997, formou-se um grande acampamento, às margens da BR 163, em Itaquirai, composto por 2.500 famílias; aproximadamente 7.000 pessoas. Este acampamento recebeu o nome de 8 de março. (PPP, 2017, não paginado).

Mas, o que levou essas famílias ao acampamento? Para responder a essa indagação, verifica-se alguns relatos dos camponeses que participaram da luta pela conquista do território explicando como foi à fase da chegada ao acampamento.

A minha família, ela já vem de uma luta pela terra desde 92, meu pai foi um dos pioneiros que foram para o acampamento aqui, ainda no município de Rio Brillhante, em 1992. Eles participaram a princípio de várias lutas. Eu ainda estava trabalhando na usina em Nova Alvorada do Sul, e em 1993, que eu fui para o acampamento. De lá para cá, *a gente* sempre teve no processo de luta pela Reforma Agrária, daqui de Rio Brillhante não foi possível *a gente* ser assentado no Município daqui... Meus pais foram para Nioaque, e foram assentados lá no ano de 1996, eu, nessa época, me dediquei um pouco a estudar, eu fui para o Rio grande do Sul. (CR, 2021).

Como pode-se observar no relato do camponês, a luta pela terra vem de outras gerações, incentivados pelos pais, é uma história de luta e resistência. Todos com histórias diferentes, mas com um único objetivo, a conquista do território.

Toda vida meus pais trabalhavam na terra, mas nunca tivemos o nosso. Eu queria ter a minha, então, eu fui para pegar terra, mas não consegui. Pois, na época, solteira (o), divorciado (a) e idoso (a) não pegava sítio. No caso, eu era divorciada e sabia que eu não ia pegar quando nós estávamos no acampamento. Foi uma luta deles do MST que foram para Brasília e conseguiram conquistar que as divorciadas/os, sejam os solteiros (as) e idosos (as) podiam pegar a terra. (M, 2020).

De acordo com esse relato, a camponesa diz que foi uma alegria muito grande quando o MST chegou com a notícia que ela poderia fazer o cadastro, a luta foi muito grande, ela enfrentou problemas de saúde, inclusive, fez cirurgia enquanto estava acampada, mas nada disso a fez desistir do sonho.

Existem muitas histórias, memórias de dias de luta, resistência e companheirismo, todos os entrevistados que participaram do acampamento 8 de Março relataram que a união era muito forte, um ajudando o outro. Em um diálogo com um militante do MST, este conta como um pouco da sua trajetória no acampamento, ele que já tinha sido acampado em outro lugar, mas, infelizmente, por problemas de saúde, precisou desistir, e o recomeço do sonho foi no acampamento 8 de Março.

No acampamento 8 de Março, nós ficamos dois anos e pouco fazendo aquela luta toda, muita pressão do governo, muitos problemas internos, mas o que deixava *a gente* bastante animado é que *a gente* via famílias que procuravam *a gente*, *pra* falar: você é coordenador?!- você é militante?! me encaixa junto com vocês?!. Pois, *a gente* tinha aquela união, aquela confiança que se permanecesse, conseguisse chegar até

na terra, e quantas vezes *a gente* dividiu uma latinha de massa de tomate, uma colherzinha para cada família, *a gente* se ajudava. (E, 2020).

No acampamento, as famílias se organizavam por grupos, e cada grupo tinha representantes, tudo era decidido em assembleia com as famílias. Como pode-se observar na figura 7 a reunião em assembleia para tomar decisões no acampamento 8 de Março:

Figura 07: Assembleia no acampamento 8 de Março.



Fonte: Arquivos dos entrevistados (1997-1998)

Nessas assembleias tudo era muito organizado, alguns integrantes ficavam nos grupos de linha de frente (organização), então esse grupo se reunia para estudar os problemas internos e externos do acampamento, fazer análises para mudanças de local, ações que iriam fazer para ver se daria resultado ou não. Nessas negociações conseguiram 19 áreas de fazendas para desapropriação de terra, e as famílias acampadas puderam escolher para qual área queriam ir, como explica o entrevistado:

Tinha 38 grupos, tudo bem organizado, então a linha de frente sofreu muito, porque tinha problemas muitos internos. As questões externas também né, pra fazer ocupação, montar acampamento, desmontar, ver a situação que *tava*, algum problema de governo, se iria sair do país ou não. Nós aproveitávamos tudo aquelas análises e experiências que *a gente* fazia análise de conjuntura que *a gente* fazia, ver qual ação que

*nós ia fazer, se ia dar resultado para nós ou não, o trabalho da militância era muito puxado. Então nós conseguimos na época 19 áreas, 19 fazendas foram negociadas, ainda ficou muita gente para trás, teve a opção de escolher quem queria ir para Rio Brilhante, quem queria fazenda tal, ninguém pode reclamar, cada um teve a sua opção, teve quatro sorteio nesse assentamento, quando *nós viemos para cá* já, tinha certeza. O movimento já tinha negociado há quase um ano atrás a fazenda que era improdutiva. (E, 2020).*

Como relata o camponês, sempre havia assembleias para discutir e decidir o que deveria ser feito, estratégias, mudanças, organização etc. Observa-se na figura 08 os camponeses reunidos para tomada de decisão com a organização do MST:

Figura 08: Assembleia dos assentados



Fonte: Arquivo dos entrevistados (1997-1998).

Na fase do acampamento, as famílias relataram muitas dificuldades, e momentos de muita luta.

Embaixo da lona, essa fase não foi fácil, não. A gente tinha que parar os caminhões na estrada pra pegar comida. Passamos bastante dificuldade, mas foi também uma época que traz boas lembranças. Todos juntos lutando por uma só causa, que era a conquista da nossa terra, um ajudava o outro a permanecer na luta. (JA, 2021).

Verificam-se alguns relatos muito comoventes de famílias que não tinham nem o básico para alimentação, “quando nós entramos no acampamento 8 de Março em 1997, passamos um período muito difícil: fome. Na verdade, muitas vezes, só tinha fubá para comer. O feijão bala (quando o feijão está velho e duro) passava o dia cozinhando no fogão a lenha, a dificuldade foi muito grande”. (SC, 2021). Mesmo assim, eles continuavam na luta e firmes, pois sabiam que logo estariam no seu território almejado.

Várias eram as dificuldades vividas, mas a carência de alimentação e saúde aparece nos relatos como as piores, como pode-se observar:

Em primeiro lugar, sempre vem a alimentação, porque o governo não mandava a cesta regularmente. Então, a *gente* tinha que ir atrás de alimentos. Na parte da saúde, pouca assistência médica, quase não tinha. Nos despejos, para se locomover de uma fazenda para outra, a pé com criança pequena, foi sofrido. (GL, 2021).

Cada família relata como foi a fase do acampamento com uma emoção muito grande, foram anos de sofrimento como diz VM (2021): “a gente passou muita fome, muito calor debaixo da lona, mas eu me lembro dos momentos bons, as reuniões que todos se reuniam para tomar as decisões, era tudo coletivo”.

Outra camponesa, também, relata que, para as tomadas de decisões, era reunido o coletivo: “ficamos bastante tempo, o acampamento foi dividido em três, quando viemos pra cá, uma parte foi pra Itaquirai e outra parte pra outro canto, foi feita uma assembleia pra decidir onde queriam ir e o pai quis vim pra cá” (FS, 2021).

Algumas famílias passaram por outros acampamentos antes de chegar no 8 de Março, como é o caso da família TR que acampou, primeiro, na ocupação da fazenda onde hoje é o assentamento Sul Bonito, em Itaquirai, mas como era muito difícil, com criança pequena, desistiram e voltaram para cidade, mas logo retornaram ao acampamento já no 8 de Março, “foram uns 5 anos de idas e vindas em barraco até chegar no lote, maior dificuldade era falta de água, alimentação, não tinha banheiro, com criança pequena, mas restam também lembranças boas das amizades que fizemos, e levamos até hoje” (2020).

Durante o tempo em que as famílias permaneceram no acampamento 8 de Março, o governo entregava cestas básicas para as famílias, mas, muitas vezes, demorava para chegar, como relata a família GL, e quando chegava era uma alegria para todos, pois era difícil sair do acampamento e trabalhar para poder comprar comida.

Observa-se na figura 9 o momento em que o caminhão chega para entregar a cesta básica no acampamento 8 de março.

Figura 9: Distribuição de cestas básicas para os acampados



Fonte: Arquivo dos entrevistados (1997-1998)

Uma das famílias entrevistadas relatou que vieram muitas pessoas de Novo Horizonte do Sul para formar o acampamento 8 de Março. Pode-se observar na figura 10, o momento da partida rumo à luta pela conquista do território. De acordo com a família “DM”, “trata-se de uma foto que traz lembranças e saudade da época que viviam em Novo Horizonte do Sul, pois foi uma luta deixar tudo e mudar de vida, enfrentar acampamento com crianças pequenas”.

Figura 10: Saída de Novo Horizonte do Sul para o acampamento 8 de Março em Itaquirai - MS



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados, 1996.

Conforme nos relatam os camponeses que participaram de todo esse processo de luta pelo território, a maior parte das famílias assentadas no assentamento São Judas vieram do acampamento 8 de Março, porém, também, vieram famílias de outros dois acampamentos: Ricardo Brandão, de Aquidauana, e Jaraguari, em Campo Grande⁷.

Os entrevistados do acampamento 8 de Março ficaram acampados 2 anos (1 ano e 6 meses no acampamento 8 de Março e 6 meses no início do Assentamento). Durante o tempo que permaneceram no acampamento, as famílias fizeram várias ocupações, relato de um dos entrevistados:

Nós ficamos acampados na beira de Br 163, de lá fomos pra fazenda Santo Antônio, depois fomos pra Santa Rosa, daí de lá fomos para Tamakavi, e voltamos de novo *pra* beira da Br, e de lá viemos para Rio Brilhante e ficamos acampados aqui no assentamento mais 6 meses até sortear os lotes. (Família DM, 2020).

Observe na figura 11 o acampamento 8 de Março, segundo a família DM entrevistada, “reflete um misto de sentimentos, sofrimentos e alegrias, pois na época do acampamento todos eram unidos”.

⁷ De acordo com os camponeses entrevistados, as famílias deste acampamento não residem mais no assentamento, por esse motivo não colocamos dados sobre ele.

Figura 11: Acampamento 8 de Março 1997-1998.



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados, 1997.

Depois que as famílias vieram do acampamento 8 de Março para o Município de Rio Brilhante, ficaram acampadas no início do assentamento na rodovia MS 470, pois apesar de ser uma área negociada dos antigos proprietários com o INCRA, sempre existem as burocracias que precisam ser cumpridas, e as famílias ficaram mais 6 meses acampadas até a data do sorteio dos lotes, durante esse período também enfrentaram muitas dificuldades:

Ficamos menos de um ano no acampamento que era na entrada do assentamento, no primeiro lote chegando de Rio Brilhante à esquerda, ficamos ali acampados, *tinha* várias dificuldades; entre elas a estrada sempre foi um grande problema até para vir para acampamento, mas o principal deles era na área de subsistência mesmo, de alimentação, tinha que fazer os grupos para trabalhar para fora, enfim mesmo sabendo que logo iríamos para o lote, mas enfim foi menos de um ano, era difícil, mas também tinha esperança porque já sabia que ia sair a terra, que ia ser cortado, ficava naquela espera, mas era normal. (AV, 2021).

Como pode-se visualizar nas figuras 12 e 13, durante esse período, relata a família DM, “foi distribuído essas melancias por um senhor que estava vendendo e na época ninguém tinha dinheiro *pra* comprar, daí ele doou, foi uma época sofrida, mas deixou muita saudade”.

Figuras 12 e 13: Famílias acampadas no início do Assentamento



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados, 1999.

As famílias pertencentes ao acampamento Ricardo Brandão ficaram acampados 2 anos e 8 meses, quando vieram para o assentamento foram direto para o lote, pois já tinham feito o sorteio e restaram alguns lotes, essas famílias compõem o grupo 11. De acordo com o entrevistado (J):

Eu fiquei acampado no Ricardo Brandão no Município de Aquidauana. Fiquei 2 anos e 8 meses. Fiquei no mesmo acampamento, mas fizemos várias ocupações lutando pela terra. De Aquidauana fomos pra Jardim, depois para Sidrolândia no Capão Bonito II, onde ficaram algumas famílias assentadas. Daí nós agrupamos com umas famílias em Nioaque, foi de lá que surgiram essas vagas e viemos pra cá. De lá vim direto para o lote, pois a área já tinha sido negociada com o INCRA, era uma área improdutiva, e foi destinada ao MST, como nós ficamos de excedente do nosso acampamento, viemos ocupar as vagas. (J, 2020).

Como pode-se observar na figura 14, o acampamento Ricardo Brandão em Aquidauana.

Figura 14: Acampamento Ricardo Brandão, Aquidauana.



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados (1998).

Após seis meses, já no Município de Rio Brillante onde estavam acampados, no dia 12 de março de 1999, foi feito o sorteio, e cada família foi para o seu lote. Relatam que foi um dia de muita alegria para todas as famílias, a conquista do território, depois de anos acampados, resistindo e lutando todos os dias.

2.2 – A gênese e desenvolvimento do território camponês do Assentamento São Judas: a resistência camponesa na superação dos desafios

A luta pela terra leva a conquista do território camponês, “o assentamento”, ou seja, o lugar e espaço de vida do camponês, onde existe uma enorme diversidade de culturas, como afirma o autor:

Pode-se dizer, então, que *território camponês* é uma unidade espacial, mas também é o deslocamento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse *espaço* que chamamos de *território*, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência[...]. O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o *lugar* ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O *território camponês* é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser construída de mais de uma família. (FERNANDES, 2012, grifo do autor).

Uma grande marca da conquista do território é a luta e resistência dos camponeses, contra a subordinação ao capitalismo, e se forma através das contradições sociais como afirma o autor:

[...] O território formado a partir das contradições sociais se constitui numa força capaz de potencializar a resistência camponesa à ordem dominante, imposição de oligarquias, opressão e poder das forças mercadológicas. Nesse sentido, o território pode ser interpretado como resistência e possibilidade de ampliação das lutas contra esquemas de dominação e subordinação engendrados na sociedade capitalista. (FABRINI, 2011, p.102).

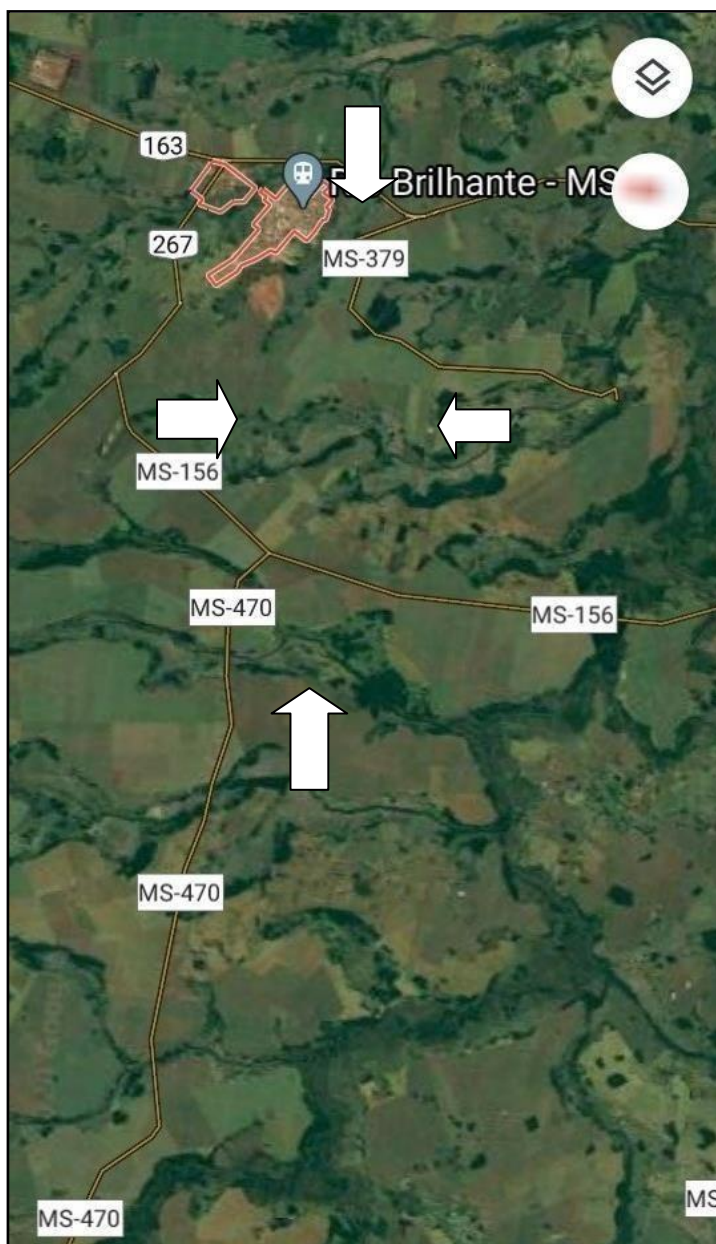
Existe a diferença no uso dos territórios entre o agronegócio (agricultura capitalista), e o campesinato. Enquanto o campesinato utiliza a terra como moradia, local de produção de alimentos por meio do trabalho familiar, cooperativo ou associativo, por outro lado, o agronegócio, usa a terra como espaço de produção de mercadorias e exploração do trabalho, gerando a renda capitalizada da terra. Hoje, o que predomina no estado de Mato Grosso do Sul é o modelo do agronegócio. Nesse modelo, grandes propriedades são usadas na produção e exportação de monoculturas, sobretudo, para exportação, explorando a natureza e o ser humano de maneira predatória (FERNANDES, 2011).

No caso do Assentamento São Judas, recorte espacial de nossa pesquisa, localizado no município de Rio Brillhante, é fruto da Reforma Agrária realizada pelo Estado, mas significa uma conquista territorial do campesinato no espaço rural. Segundo Mormont (2015, p. 50), pode-se entender...

Parte-se aqui do ponto de vista de que o rural é uma construção histórica com dupla significação. É bem evidente que as regiões/populações rurais só são o que são – material, biológica, socialmente, etc. - graças ao lugar que elas ocupam em sistemas sócio econômicos mais amplos; mas não se trata unicamente disso. Trata-se do modo pelo qual são categorizados e caracterizados esses espaços/populações/atividades e de quais critérios e indicadores são levados em consideração.

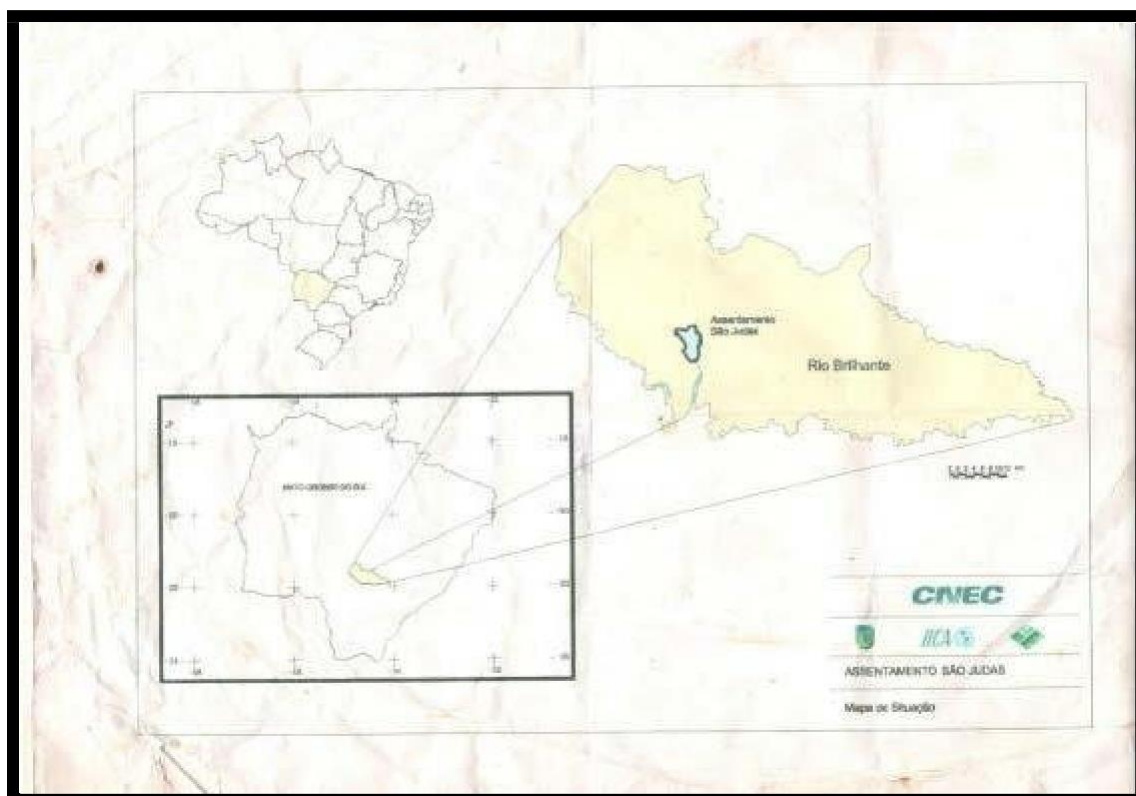
Veja na figura 15, um croqui da localização do Assentamento São Judas produzido via imagem de satélite, e no mapa da figura 16, a localização de três assentamentos fruto da luta pela terra no município de Rio Brillhante, dentre eles, o assentamento São Judas:

Figura 15 – Imagem de Satélite da localização do município de Rio Brilhante e do Assentamento São Judas.



Fonte: Google Maps Satélite, 2020.

Figura 16: Localização do Assentamento São Judas Rio Brilhante – MS

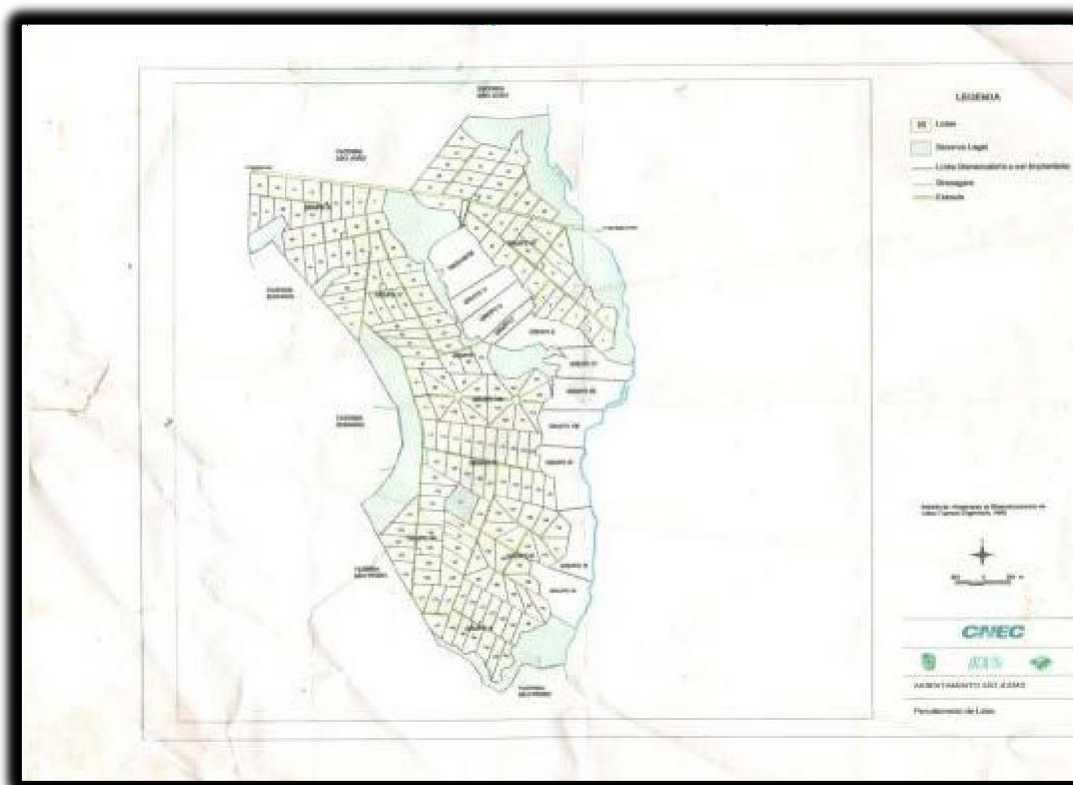


Fonte: INCRA, 2008.

A área destinada ao assentamento São Judas foi desapropriada para atendimento de parte da demanda por terra, sendo fruto de uma negociação política entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e antigos proprietários. Criado em 12 de março de 1999 é dividido em 11 pequenos grupos com 187 lotes de, aproximadamente, 13 hectares cada (ZENATTI; CAMACHO, 2019).

Veja na figura 17, o mapa com a divisão de lotes do Assentamento São Judas:

Figura 17: A divisão dos lotes no Assentamento São Judas.



Fonte: INCRA, 2018⁸.

Segundo Aldo⁹ (2012), no documentário de mulheres assentadas do PA São Judas, houve negociação com o INCRA para resolver problemas do excedente de pessoas do Assentamento Santa Rosa, da região pantaneira. Então, vieram famílias de vários lugares. Não houve conflito direto com o proprietário da terra, autorizado à vinda, a terra já estava pré-negociada. No processo de negociação e luta pela terra, as famílias contaram com organizações apoiadoras, dentre elas, o grupo ligado ao MST, que levou para o Assentamento os princípios da produção coletiva, mas hoje, como o fim da produção coletiva, cada família trabalha em seu lote.

⁸ O mapa foi cedido pelo INCRA durante uma visita para informações sobre o trabalho de conclusão de curso na graduação em 2018. Foi scaneado e transformado em imagem para o trabalho.

⁹ Informação verbal.

Cada família após conquistar o seu lote, iniciou uma nova luta por: habitação, estradas, educação, saúde, energia elétrica, água encanada e outros. Foram muitas as dificuldades, alguns poços não davam água, outros “esbarrancavam”, o solo não estava adequado para o plantio, tinha que ser feita à correção, o que dificultava e, muito, a produção para sustento da família, pois as famílias não tinham condições financeiras para investir no lote.

Porém, o sonho de terem suas terras era maior. Muitas famílias vinham de situações complicadas: aluguéis muito caros, morando de favor com parentes, passando dificuldades na cidade e outras realidades, por isso, permaneciam na luta. Apesar de tudo, os sujeitos entrevistados afirmam que não podem deixar de lembrar os bons momentos coletivos: as comemorações (com pastel de palmito retirado do mato), o chimarrão, o tereré tomado com os amigos, as pescarias, a solidariedade em dividir o pouco que se tinha.

No assentamento São Judas existiu várias particularidades, como exemplo, a organização do grupo 09, em que muitos militantes do MST criaram um sistema coletivo de produção/consumo. Foram entrevistadas duas famílias que fizeram parte desse projeto para entender de que maneira participam da história do assentamento.

Em 99, fui convidado para fazer parte do grupo coletivo aqui do assentamento, que era 20 famílias (...) então não participei dessa luta aqui do assentamento, mas no movimento eu conheço toda a história do pessoal que foi assentado aqui, do 8 de Março, lá do assentamento boa esperança do grupo 11, que vieram para cá são excedentes lá de Jaraguari que foram excedentes também, então o assentamento São Judas, ele reúne pessoas de vários locais, de várias localidades, pessoas excedentes de outros assentamentos, para construir o assentamento aqui, então em 1999 foi liberado a área e *a gente veio pra cá*, eu participei do início do assentamento aqui também como técnico, ajudei na elaboração de projetos aqui do assentamento. (CR, 2021).

Conforme relata o entrevistado, ele não participou diretamente do acampamento, pois estava estudando na época, e como fazia parte do MST, foi convidado quando voltou ao estado para compor o grupo do coletivo no Assentamento São Judas. Esse grupo era composto por 20 famílias, como pode-se observar no relato de outro assentado: “Nós do grupo 9, viemos para ser assentados coletivamente, então era 20 famílias, 20 lotes que depois que foi individualizado com o tempo” (AV, 2021).

Mas, a luta continua, agora não mais pela terra, e sim, pelas condições de permanência, de viver e produzir no lote, de vender o excedente da produção para a obtenção de renda, para ter acesso às políticas públicas, etc. Como pode-se observar na

figura 18, os camponeses, já em seus lotes, segundo a família DM: “chegado no lote, no início da caminhada, uma das primeiras fotos tiradas, só agradecimento a Deus por ter conquistado o território camponês”.

Figura 18: Camponeses em seus lotes após o sorteio.



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados, 2000.

Para formação do Assentamento São Judas, foi de fundamental importância a participação dos movimentos socioterritoriais nos processos de conscientização, organização e nas reuniões feitas com os acampados para as tomadas de decisões coletivas, bem como, a negociação com o INCRA da área destinada ao Assentamento. Sem a luta e resistência dos acampados, a Reforma Agrária não teria acontecido.

Inclusive, mesmo depois dos camponeses estarem no assentamento, o MST participava ativamente dentro dele. Um exemplo foi o grupo do coletivo, criado pelo movimento, que perdurou por muito tempo, até ser desfeito devido à diversidade de trajetórias de cada componente que culminou em divergências internas. Os camponeses que participaram desse processo relatam como foi pensada a organização do grupo 09:

Tudo era feito pelo movimento Sem Terra, com a orientação do MST, o grupo 09 era uma particularidade dentro do MST que trabalharia a ideia coletiva, aí teve alguns avanços que tem em outros grupos que foi agrovila que é no grupo 8 e o restante preferiu ficar lote em individual mesmo, mas aqui além de ser na agrovila no primeiro momento, era trabalhar coletivamente, dividir terra, capital e trabalho, era o sonho, mas devido a questão cultural, uns vindos do Paraná e outros de São Paulo, outros peão de fazenda, acabou dando conflito de ideias, e aí foi individualizando (AV, 2021).

Quando os camponeses chegaram ao assentamento São Judas, ficaram acampados cerca de seis meses na MS 467 na entrada do Assentamento, até o sorteio dos lotes, que foi no dia 12 de março de 1999. Durante os relatos dos camponeses, buscamos resgatar as memórias desse início, depois da conquista, os camponeses relatam as dificuldades e as alegrias que vem na memória daquele tempo. Como pode-se observar na figura 19, o momento de muita alegria para os camponeses foi o dia do sorteio dos lotes:

Figura 19: Sorteio dos lotes no Assentamento São Judas dia 12 de março de 1999.



Fonte: Arquivos dos entrevistados, 12 mar. 1999.

Os principais relatos dos camponeses são a respeito da alegria de ter conquistado o território, da força do coletivo, da união de todos, dos “mutirões” para realizar as primeiras plantações e colheitas. Contam também sobre os desafios enfrentados, sem luz, água, recursos financeiros, terra improdutiva. Até conseguirem os primeiros recursos,

enfrentaram muitas dificuldades. O primeiro recurso conseguido foi o fomento (alimentação), recurso para moradia, e o acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF A¹⁰. Como verifica-se nos relatos dos camponeses:

Ficamos acampados no início do assentamento até cortar o lote, já melhorou um pouco, porque ficou menos famílias, escolhemos um lugar de sombra para fazer o barraco, a dificuldade foi grande, tinha que vim a pé até no lote, *pra* limpar, fazer o barraco, *pra* se colocar, foi difícil... acho que por isso que não tá saindo mais acampamentos porque a dificuldade é muito grande. (VM, 2021)

A *gente* sonhava com essa conquista de terra, e para mim não foi diferente, acho que no sítio eu não me sinto saindo daqui, indo morar em outro lugar, morar na cidade, porque realmente eu praticamente vivi no sítio toda minha vida, então gosto muito do assentamento, então essas foi as lembranças, *a gente* lembra que *nós tinha* um grupo coletivo era todo mundo junto, *nós passava* até 10 horas da noite jogando truco, brincando de baralho, era uma festa para nós, foi muito bom. Eu acho que o assentamento foi uma realidade muito boa, hoje *a gente* lamenta que muita gente do início do assentamento tenha vendido tenha ido para outros lugares tentar outras realidades, mas *a gente* permanece aqui, e eu também não pretendo se mudar daqui, a minha vida é aqui. (CR, 2021).

O que muitos camponeses relatam é a paisagem do assentamento no início, sem árvores somente a pastagem de mindícula (espécie de grama mais indicada, segundo os camponeses, para o gado de corte) e muita água no tempo das chuvas:

As dificuldades, então aqui você imagina, então, assentamento onde só tinha só grama, só pasto, era uma imensidão de pastagem, quase não via árvores plantadas nesse assentamento, e era pastagem mesmo. Parte do assentamento aqui você andava na região mais baixa do assentamento, era inundada de água na época da chuvarada, teve lotes aí mesmo que o pessoal andava com as águas para ir até nessas residências que era tudo acampamento, barraco de lona para chegar *no* local que a pessoa residia a água batia na canela de tanta água que tinha. (CR, 2021).

Uma dificuldade nossa era que não tinha água, a água que era de poço não teve muito problema para furar, mas era de má qualidade, superficial. Não tinha estrada, foram abertas estradas pelos tratores e máquinas que tinha aqui no assentamento, na época assim que foi aberto os principais travessões que dava acesso aos lotes no início, que foi essa grande dificuldade que a gente teve, não tinha energia, então era só a lamparina na vela, passamos por essas dificuldades. (CR, 2021).

¹⁰ PRONAF A é o primeiro Pronaf e quem pode aderir são agricultores familiares do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) enquadradas nos grupos “A” e “AC” do PRONAF. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp. Acesso em: 10 out. 2021.

Existem relatos muito comoventes de alguns camponeses falando sobre as dificuldades que enfrentaram no início da chegada ao assentamento, como as geadas, em que perderam as plantações e ficaram devendo ao banco, porque tinham investido todo dinheiro na produção sem ter o retorno. Como relata o camponês entrevistado:

Quando nós pegamos o lote aqui deu 9 *geada* seguido, nós perdemos tudo que tinha plantado, e aí algumas pessoas falavam que *a gente* não tinha vontade de trabalhar, tinha gente querendo comprar o lote, falando eu te dou 7000, aí eu falava não, não vou vender, o ano que vem eu vou melhorar, e aí então o que aconteceu eu plantei uma roça de arroz no primeiro Pronaf, e daí deu uma tromba d'água e eu perdi todo meu trabalho, e fiquei devendo no banco e aí eu tinha avalista e tinha Proagro, só que não me deram o direito de Proagro, o banco demorou um ano e meio para dar resposta que foi indeferido meu Proagro, aí a minha dívida era 1900 o banco me cobrou 5000 e aí como que eu ia pagar? (E, 2021).

Como relatou o camponês entrevistado, o banco indeferiu o seu Proagro¹¹ e ele teve um prejuízo muito grande. Na época, o Pronaf era acessado por meio da mediação de avalistas (aval cruzado), ou seja, eram quatro famílias em que uma avaliava a outra, se uma não quitasse o valor com o banco, as outras também ficavam como inadimplente, então, isso o levou a vender todo seu gado¹² para poder quitar a dívida do seu Pronaf.

Os avalistas começou me pressionar um pouco também, o que eu fiz, eu peguei as vaquinhas que eu tinha e vendi, as pessoas vieram para comprar, o máximo que eu consegui 1800,00 reais, aí eu falava assim eu tenho Deus, ajoelhei e orei um dia, Deus, falei, vendo as vacas, mas a terra não, veio um homem me convidou para trabalhar um dia de serviço para ele, aí ele chegou e falou você quer vender o gado? falei eu quero! preciso vender, aí ele me trouxe comprador e olhou, falei quanto você paga no gado? eu vou tirar o touro duas novilhas em um bezerro, e falou te dou 5000,00 aí eu falei mas eu preciso fazer uma comprinha, aí ele falou te dou mais 300,00 reais agora, e assim eu negocieei paguei a conta, mas fiquei desgostoso com banco na época. (E, 2021).

Como podemos observar nos relatos dos camponeses entrevistados, muitos camponeses no início do assentamento tiveram problemas com o acesso ao pronaf, pois alguns não conseguiram quitar a dívida com o banco no prazo estabelecido, por vários motivos (investimento em lavouras cuja a colheita foi perdida; falta de fertilidade do solo, o que diminui a produção; plantio de cultivares que não conseguiram mercado para comercializar com um preço justo; condições climáticas desfavoráveis como geadas ou estiagens; ausência de assistência técnica etc.).

E com isso, as quatro famílias que eram avalistas foram prejudicadas, pois mesmo quitando a dívida, posteriormente a data estabelecida, são considerados até hoje

grupo de risco e não conseguem acessar mais créditos no banco.

Neste breve diálogo com os camponeses que participaram do processo de luta pela conquista do território do Assentamento São Judas, pode-se escrever uma parte dessa história, que teve início com a ação de um grupo de militantes do MST, com as famílias do Sul do estado onde formaram o Acampamento 8 de Março, na Br.163, em Itaquirai. O assentamento São Judas completou 22 anos no dia 12 de março de 2021.

Nesse período, sofreu muitas mudanças em sua organização estrutural. De acordo com os relatos dos camponeses, após a chegada ao assentamento, os camponeses se depararam com outras dificuldades. Sabe-se que a Reforma Agrária permite o acesso a terra, porém, existem muitos desafios a serem enfrentados para a permanência no território após a conquista, conforme pudemos observar nos relatos dos camponeses. Por isso, a resistência é um elemento marcante no processo de reprodução/recriação/reterritorialização camponesa.

¹¹ Proagro é um programa do governo federal que garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle. O Proagro tem como foco principalmente os pequenos e os médios produtores, embora esteja aberto a todos dentro do limite de cobertura estabelecido na regulamentação. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/proagro_docs/resumo_instrucoes_Proagro.pdf Acesso em: 01 nov. 2021

¹² Por isso, na agricultura camponesa, o gado cumpre a função de uma espécie de poupança em que é usado em momentos de crise (ALMEIDA, 2006; CAMACHO, 2008).

CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO CAMPONESES NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS

O presente capítulo tem como objetivo analisar as relações sociais de produção e de trabalho camponeses no assentamento São Judas envolvendo a produção de alimentos, resistências, dificuldades, ligação com a terra, antagonismo ao agronegócio etc. Tendo como base os relatos das famílias camponesas do Assentamento São Judas.

O Assentamento é bem desenvolvido, conta com escola, mercearias, posto de saúde, lanchonete e igrejas, e os camponeses desenvolvem o trabalho no lote, e como lazer se reúnem com os grupos de amigos, em casa, ou em eventos da escola ou igreja, a convivência dos camponeses é harmônica, e dividem os espaços comunitários muito bem. O objetivo é refletir a respeito das famílias camponesas que resistem no assentamento e continuam produzindo e se reproduzindo a partir de uma lógica da agricultura camponesa. As famílias camponesas do assentamento São Judas que participaram desta pesquisa (20 famílias), vivem e produzem em seus lotes para autoconsumo e comercializam o excedente. Como pode-se observar nos dados da pesquisa, as principais atividades produtivas que geram renda para as famílias camponesas são: a venda de leite e seus derivados, seguida pela criação de bovinos de corte e a lavoura de cultivos alimentares.

Além das principais produções comerciais, os camponeses contam sempre com produções para o consumo da família, como pequenas lavouras, plantio de mandioca, milho, amendoim, batata-doce e pipoca. Nos lotes, há uma diversidade de frutas no pomar e, também, o plantio da horta, bem como a criação de porcos e galinhas.

Dessa forma, para sobreviver no lote, as famílias produzem os alimentos e vendem o excedente, em algumas épocas do ano desenvolvem o trabalho acessório para ajudar nas despesas da casa. Além da produção principal, os camponeses têm produções diversificadas como: hortaliças, pomar, criação de animais para o consumo, e plantio de pequenas culturas para subsistência da família, como: mandioca, amendoim, milho, feijão, pipoca, abóbora, melancia etc.

Porém, apesar de fazerem parte da terra, e produzirem nela, encontram algumas dificuldades para produção, como a disputa com o agronegócio, pois o uso excessivo de agrotóxicos prejudica a produção e a saúde de todas as famílias, além de prejudicar na qualidade das estradas pelo intenso escoamento da produção das fazendas próximas.

3.1 – Agricultura Camponesa e Relações de Trabalho no Assentamento São Judas

A agricultura camponesa é a forma dos camponeses fazerem agricultura. É, também, como vivem e se reproduzem por meio da relação com a terra e com os recursos dela, pois as famílias camponesas têm uma especificidade própria de produzir, como cita os autores:

Agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA *apud* CARVALHO; COSTA, 2000, p. 116-130).

A agricultura camponesa é diferente das relações capitalistas. Não visando o lucro e o assalariamento. Nesse caso, os próprios membros da família que trabalham juntos objetivando a reprodução familiar e levando em consideração a cultura, os saberes da prática, a preservação da natureza e a produção de alimentação saudável. Nota-se que:

As unidades de produção camponesas, ao terem como centralidade a reprodução social dos seus trabalhadores diretos, que são os próprios membros da família, apresentam uma racionalidade distinta daquela das empresas capitalistas, que se baseiam no assalariamento para a obtenção de lucro. (CARVALHO; COSTA, 2012, p.29).

Segundo Carvalho e Costa (2012), a agricultura capitalista se baseia exclusivamente no lucro, independente dos impactos sociais, culturais, políticos, ambientais ou alimentares que essa produção poderá causar. A produção capitalista é marcada pela concentração de terras, a prática do monocultivo e o uso de agrotóxicos. Portanto, a agricultura camponesa tem um modelo de produção distinta da agricultura capitalista dominante, a sua lógica de produção é contrária e distinta da lógica dominante.

Uma característica marcante da agricultura camponesa é que é dela que provém a maior parte dos alimentos que consumimos. Mesmo assim, enfrenta desde o período colonial até a atualidade muitos empecilhos para a sua reprodução.

Mesmo sendo a principal produtora de alimentos, a agricultura camponesa no país enfrentou, e enfrenta, desde o seu surgimento no período colonial até a época atual, os mais distintos tipos de empecilhos: dificuldades políticas do acesso à terra, várias formas de pressão e repressão para a sua subalternização às empresas capitalistas,

exploração continuada da renda familiar por diversas frações do capital, indução direta e indireta para a adoção de um modelo de produção e tecnológico que lhes era e é desfavorável e a desqualificação preconceituosa e ideológica dos camponeses, sempre considerados à margem do modo capitalista de fazer agricultura. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 29).

Por essas e outras dificuldades que os camponeses enfrentam diariamente para produzir alimentos saudáveis, se faz necessário pesquisar, escrever e defender a agricultura camponesa auxiliando em suas formas de resistências. Ao se referir a agricultura camponesa, é necessário estabelecer claramente quem é o sujeito da práxis da agricultura camponesa. Esse sujeito é o camponês. Os camponeses são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, ou seja, não constituem uma classe em si “pura”, no sentido clássico do conceito marxista.

Desse modo podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores acrescidos ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista. (ALMEIDA, 2003, p.73).

Como cita Almeida (2003), Marx não coloca a classe camponesa nesse esquema conceitual de classes sociais, pois sua construção das classes fundamentais do sistema capitalista (classes “em si”) passam pela busca da identidade “pura”, em que os assalariados vivem do seu salário, fruto da venda da força de trabalho; o capitalista vive do lucro, fruto da exploração do trabalho dos assalariados; os proprietários de terra vivem da renda da terra; e o camponês é, ao mesmo tempo, proprietário da terra e trabalhador não assalariado, porque o trabalho a ele pertence, ou seja não vende sua força de trabalho para o capital, mas sim, o produto do seu trabalho. “Daí a classificação como classe *sui generis* do capitalismo”. (ALMEIDA, 2003, p. 80).

O camponês não pode ser considerado apenas um proprietário de terra, pois não vive, exclusivamente, da renda da terra. Sua produção é direcionada parte para subsistência (autoconsumo) e parte excedente para a venda. “O campesinato não vive exclusivamente da renda fundiária, porque a produção é seu meio de subsistência imediato, logo, apenas uma parte do produto de seu trabalho (excedente) assume a forma de mercadoria”. (ALMEIDA, 2003, p.80)

Partindo-se do princípio que a organização do campesinato se funda numa relação social não capitalista, será discutido neste trabalho o modo de vida dos camponeses do

assentamento São Judas, formas de produção e resistências, que se diferenciam da produção capitalista. No campo, temos duas formas de produção em disputa. Na agricultura camponesa, tem-se como base a mão de obra familiar, em que todos os membros da família trabalham e usufruem dos frutos da produção. A agricultura capitalista (agronegócio) visa o lucro, conquistado através da exploração da mão de obra do proletariado que vende sua força de trabalho e não participa dos lucros da produção. Dessa forma,

As unidades de produção camponesas, ao terem como centralidade a reprodução social dos seus trabalhadores diretos, que são os próprios membros da família, apresentam uma racionalidade distinta daquela das empresas capitalistas, que se baseiam no assalariamento para a obtenção de lucro. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 28).

O avanço do agronegócio no campo demonstra que esse espaço social vem sofrendo várias mudanças nos últimos tempos, pois não se constitui como imutável, ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma (WANDERLEY, 2000, p.88). Os latifúndios vêm se modernizando cada vez mais, com equipamentos de última geração que acabam dispensando a mão de obra do proletariado, com isso, muitas famílias perderam seus empregos nas grandes fazendas e, muitas dessas famílias, por ter uma forte ligação com a terra, partilham juntos com uma luta coletiva em busca da Reforma Agrária.

Com relação às pequenas propriedades, também, vêm se modificando, modernizando, as famílias já têm um contato maior com o meio urbano. Dessa forma, “o que muda, de fato, nas sociedades modernas, é que este meio rural não é mais um espaço isolado do meio urbano; ao contrário, cada vez mais ele se insere de modo diferenciado, sem dúvida, na sociedade moderna e incorpora suas mais profundas influências”. (WANDERLEY, 2000 p.109).

Mas, apesar das relações multiescalares globalizadas que alteram as relações locais nos territórios camponeses, existem características inerentes ao campesinato que ainda se reproduzem na atualidade. No sentido de entender as relações socioterritoriais camponesas, surgiu à necessidade de entender as “relações sociais de trabalho” que os camponeses realizam atualmente no Assentamento São Judas. Para desenvolver este debate, tem-se a colaboração de alguns camponeses, por isso, foram realizados diálogos, observação de campo e entrevistas para entender as formas de trabalho desenvolvidas na propriedade das famílias.

De acordo com os camponeses que participaram da pesquisa, todos os membros da família participam dos afazeres da unidade camponesa de alguma forma, seja no trabalho doméstico, ou na produção do lote. Todas as famílias entrevistadas realizam o trabalho com mão de obra familiar, ou seja, todos os membros da família que residem na propriedade, desde os filhos pequenos, colaboram com os afazeres do lote na agricultura camponesa, pois “*a força de trabalho familiar - é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo*” (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Porém, para além do trabalho familiar, existem diferentes formas de organização do trabalho entre as famílias. A maioria das famílias relata que desenvolvem o trabalho do lote em regime de trabalho familiar, em que todos os membros da família participam da realização das tarefas diárias. Algumas dessas famílias, além do trabalho do lote, que é desenvolvido pela família, para obter uma renda extra, possuem uma segunda atividade laborativa (trabalho acessório). Das 20 famílias entrevistadas, 05 famílias têm atividades remuneradas fora do lote, como verifica-se nos relatos:

Nós estamos aqui no lote 36 desde o início do Assentamento, 20 anos já, e sempre trabalhamos assim, nós da família dividimos os afazeres, até meu filho pequeno colabora, além da fonte de renda do lote, eu trabalho na escola como servente para complementar nossa renda. (CS, Assentamento São Judas, 2020).

Nós estamos no lote desde 2007, todos trabalhamos aqui, e eu exerço minha profissão (professora), porém, sem deixar o lote e colaborando com todas as atividades camponesas (EF, 2021).

Como pode-se observar no relato dessa família, na produção camponesa, todos participam das atividades do lote, desde pequeno os filhos já aprendem o trabalho no campo. Nesse sentido, o trabalho familiar tem também como objetivo promover a “socialização”.

A socialização do camponês - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando a criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos. (OLIVEIRA, 2007, p. 41, grifo do autor).

A segunda família entrevistada, que reside no lote (sítio) 116v desde o início do Assentamento, relata como é a forma de trabalho na propriedade camponesa:

No início, os nossos filhos moravam aqui também, depois formaram família e saíram do sítio. Hoje, nossa neta está morando aqui e ajuda nos afazeres do sítio¹³. O trabalho é realizado apenas por nós três, às vezes, na época da safra, eu faço algumas diárias *pra fora pra complementar a nossa renda*. (TR, 2021).

Como o lote é pequeno e meu filho e minha nora estão morando aqui também, meu filho *tá trabalhando fora pra complementar nossa renda*. (DM, 2021).

De acordo com os relatos, 03 famílias têm uma produção familiar no lote, porém feitas em conjunto com “trabalho acessório” para complementar a renda familiar, realizando, vez ou outra, diárias dentro do próprio assentamento para complementar a renda da família em alguns períodos do ano, ou seja, em algumas etapas a família precisa complementar a renda com trabalho externo, pois a produção no lote não é suficiente para as necessidades da família.

O trabalho acessório - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p.41, grifo do autor).

A família AA entrevistada, residente no lote 42 a 17 anos, conta como desenvolveo trabalho do lote: “eu e minha esposa trabalhamos no lote, nós vendemos leite, como eusou aposentado, já ajuda com a renda, nós não trabalhamos muito, pois já não somos mais jovens”. Na propriedade camponesa a “jornada de trabalho” é diferente da produção capitalista, pois são os próprios camponeses que “decidem” o horário que vão trabalhar de acordo com as demandas espaço-temporais específicas. A jornada de trabalho é diferente da produção industrial urbana, sobretudo, porque há uma sazonalidade do tempoda natureza.

A jornada de trabalho - é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso(quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho).(OLIVEIRA, 2007, p. 41, grifo do autor).

¹³ O lote/propriedade camponesa é chamado de sítio pelos camponeses.

No diálogo com o camponês AE, que reside no lote 147, no grupo 07, relatou como desenvolvem o trabalho familiar do lote:

Eu e minha esposa trabalhamos no lote, produção camponesa, *a gente* trabalha assim, quando *a gente* precisa fazer algum trabalho que exige fazer mais rápido, então *a gente* troca dias com os vizinhos [...]. No momento *a gente tá* tentando sobreviver só do sítio, se trabalhar fora *a gente* não consegue cuidar de tudo aqui.

Tem-se a colaboração de outra família JM que reside no lote 89 a 15 anos para falar como desenvolvem a produção camponesa, com ajuda mútua, quando necessário:

Aqui dentro do lote os dois colaboram, ela faz a parte da ordenha, por que não pode ir *no* sol, por problemas de saúde, e eu faço a parte do manejo de pastagens, manejo do gado e da lavoura. Durante os períodos de plantio e silagem, às vezes, nós pagamos alguém, mas, na maioria das vezes, trocamos dias com a família que mora no assentamento, todos se ajudam e não precisa pagar diária.

Algumas das famílias entrevistadas relatam que utilizam de “ajuda mútua” para desenvolver o trabalho da propriedade, ou seja, 06 famílias contam que em determinadas épocas trocam dias de serviço com vizinhos, ou com a família;

a *ajuda mútua* entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados. (OLIVEIRA, 2007, p. 41, grifo do autor).

A camponesa N, que reside no lote 95 desde 2002, conta como é desenvolvido o processo de trabalho no lote. Diz que conta com a parceria do genro, pois como já é aposentada e não consegue desenvolver o trabalho sozinha, optou pela parceria para continuar produzindo no lote:

Eu moro aqui já tem mais de 17 anos, viemos *pra cá* eu, meu marido e minhas filhas, depois elas se casaram, ficamos só nós dois. Infelizmente, eu fiquei viúva e hoje moro sozinha (eu e Deus), cuido da minha “rocinha”, crio umas galinhas, mas como sou aposentada, eu combinei com meu genro (que mora em outro lote) pra tirar leite, e cuidar do gado, a renda do leite fica *pra* ele, e eu fico com as vacas, e os bezerros que nascem.

A “parceria” no lote é realizada pelos camponeses, pois não possuem condições financeira de assalariar trabalhadores e, ao mesmo tempo, não conseguem desenvolver as

atividades sozinhas, então, dividem o trabalho e os lucros por ele gerados. Das famílias entrevistadas, 04 relatam que existe parceria com outros camponeses:

a parceria - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e, conseqüentemente, aumentar suas rendas. (OLIVEIRA, 2007, p.41 grifo do autor).

Para Chayanov (2005), a propriedade camponesa forma a unidade de produção e consumo familiar, em que o trabalho camponês é realizado por todos os integrantes da família. O trabalho camponês tem como propósito a satisfação das necessidades da família. A família produz, prioritariamente, para as suas necessidades de consumo.

“É nesta perspectiva de análise que Chayanov explica a importância da relação número de braços *versus* número de bocas para o equilíbrio da unidade de produção familiar camponesa, ou seja, a famosa teoria do balanço entre trabalho e consumo”. (CAMACHO, 2008, p.361).

Por isso que há períodos com mais ou menos força de trabalho dependendo a idade dos membros da família. Os camponeses entrevistados demonstram a vontade de ter toda à família trabalhando coletivamente propriedade. Mas, na maioria dos casos, não é possível manter os filhos no lote depois que eles formam sua própria família. De acordo com AE do lote 147:

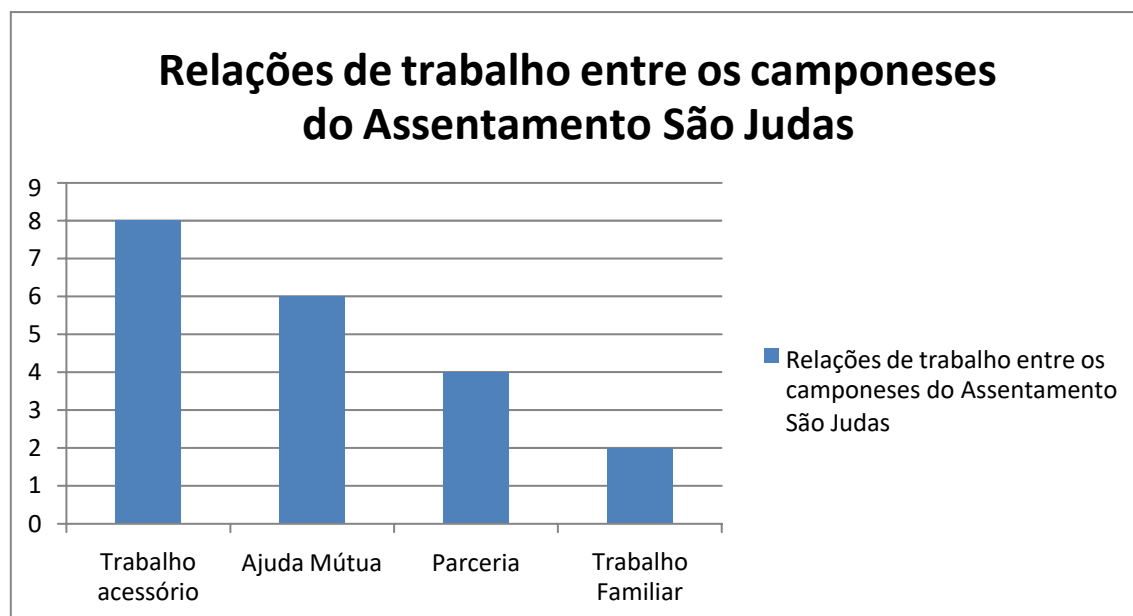
A gente queria uma melhoria, pra poder trazer os filhos de volta, pra ajudar a gente, pois temos um casal de filhos e hoje eles trabalham fora porque a gente não tem condições de ter eles com a gente, precisa de um investimento e essas coisas hoje[...] por recurso próprio, não tá fácil manter mais de uma família. A área é boa, o tamanho dá pra viver mais a família, só que o ganho não é suficiente.

Portanto, existe uma relação intrínseca entre a produção e o consumo da família, de acordo com a quantidade de membros da família aptos para o trabalho. De acordo com Camacho (2008), quando os filhos são pequenos e não conseguem contribuir, significativamente, para a produção do lote, existe menos força de trabalho disponível. Quando os filhos estão grandes existe um equilíbrio entre o consumo e a produção com mão de obra disponível, e mais tarde, quando os filhos formam sua própria família e saem da unidade camponesa, o desequilíbrio entre a produção e o consumo retorna.

De acordo com os relatos das entrevistas, apenas 02 famílias realizam o trabalho somente com mão de obra familiar, ou seja, sem contratar mão de obra temporária, sem parceria ou ajuda mútua e, também, sem precisar complementar a renda fora do lote com trabalho acessório.

A seguir, no gráfico da figura 20, observam-se em números, os tipos de relações de trabalho desenvolvidas no Assentamento São Judas.

Figura 20 - Gráfico de tipos de relações trabalho realizadas pelos camponeses.



Fonte: Autora, 2021.

O gráfico mostra, em porcentagem, os processos de trabalho desenvolvidos pelos camponeses do assentamento São Judas, quatro das famílias entrevistadas desenvolvem um trabalho em parceria com outros camponeses; seis famílias desenvolvem o trabalho com ajuda mútua, seja com o vizinho, ou com outra parte da família (que residem em outras propriedades do assentamento); e oito famílias desenvolvem um trabalho acessório. Foram organizados os dados de vinte famílias entrevistadas, e somente duas dessas famílias desenvolvem a produção apenas com trabalho familiar no lote, sem parceria, trabalho acessório ou ajuda mútua.

Além do trabalho que essas famílias desenvolvem no lote, algumas famílias se organizam em associações para juntos buscarem benefícios e melhorias para a comunidade¹⁴.

Os camponeses trabalham e produzem no lote para a sobrevivência da família, como pode-se observar em outra pesquisa que foi desenvolvida no Assentamento São Judas em 2019, a principal fonte de renda dos camponeses é a venda de leite, e uma pequena lavoura e animais, como por exemplo, porcos e galinhas para sobrevivência, e venda do excedente (ZENATTI; CAMACHO, 2019).

A entrevista para esta pesquisa foi realizada com camponeses que trabalham e produzem no lote, e vendem o excedente para poder ter uma renda para se manter no lote, comprar o que não produzem e pagar as despesas da casa (água, energia, internet, telefone etc.). Dessa forma, todas as famílias que colaboraram com esta pesquisa sobre as relações camponesas de trabalho no Assentamento São Judas produzem para o autoconsumo da família e acabam vendendo parte da produção excedente para se manter na terra.

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

No Assentamento São Judas, existe várias formas relações de trabalhos, porém todos têm como elemento central a força do trabalho familiar, em que todos os membros da família colaboram com os afazeres, inclusive as crianças. Tanto com a mão de obra exclusiva da família, quanto com ajuda mútua ou parceria, os camponeses trabalham na propriedade para sobrevivência da família, vendem o excedente para que consigam adquirir outras mercadorias para a sobrevivência, e quando precisam complementar a renda da família, utilizam-se do trabalho acessório.

¹⁴ Essa associação conta com alguns representantes que desenvolvem trabalho voluntário. Um desses representantes é o camponês do lote 89: “Eu faço a parte da associação, colaboro com isso, sou o presidente, então faço esse serviço voluntário, pois a comunidade precisa de um representante, ajudamos com esses serviços *pra* melhoria de todos”.

3.2 Processos de Produção e Comercialização Camponesas no Assentamento São Judas

Em Rio Brillhante, por meio da Reforma Agrária, foram criados vários assentamentos, dentre eles, o Assentamento São Judas, com 187 famílias contempladas, mas algumas dessas famílias não conseguiram permanecer no lote por falta de políticas de permanência. Por isso, o objetivo é refletir acerca das famílias que resistem no assentamento e continuam produzindo e se reproduzindo a partir de uma lógica da agricultura camponesa.

No assentamento São Judas existe uma diversificação na produção de alimentos, que se difere do agronegócio, pois os camponeses produzem para o consumo de forma diversa e vendem o excedente. Para os camponeses, a produção de alimentos é o elemento central da produção e do consumo.

Segundo Camacho, “para o camponês, a comida é o elemento central da produção e do consumo que são realizados na interdependência entre terra, família e trabalho, pois, expressa uma moral entre os homens e deles com a natureza”. (2013, p. 05).

A produção camponesa se difere do agronegócio, pois a centralidade do campesinato é a produção de alimentos. O agronegócio destrói a soberania alimentar, pois ele é responsável pela diminuição das áreas destinadas a agricultura camponesa, e tem uma baixa diversidade de produção, ou seja, é centrado na monocultura, o principal objetivo do agronegócio é o lucro e acumulação de terra e renda nas mãos de poucos, como cita Camacho:

Enquanto o agronegócio pode ser favorável a Segurança Alimentar, não tem como o mesmo apoiar a Soberania Alimentar, pois, sua lógica vai basicamente contra a reprodução da Soberania Alimentar. Para ser favorável a Soberania Alimentar o agronegócio teria que contrariar a sua própria essência. (2013, p. 03).

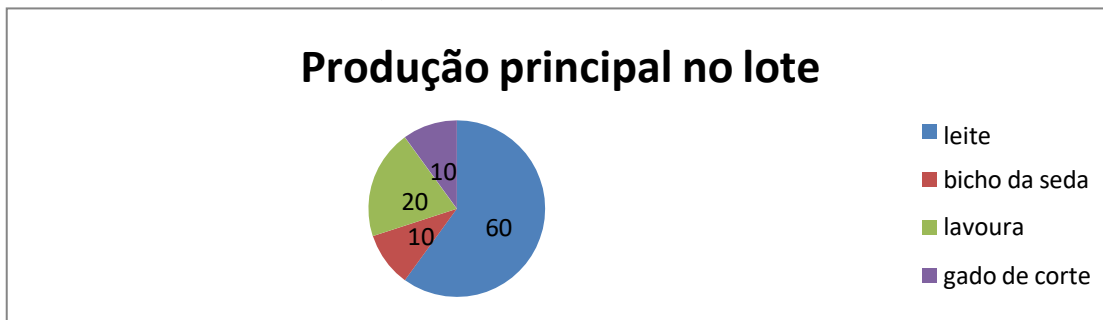
As fazendas desapropriadas para criação de assentamentos, geralmente, são oriundas de latifúndios de solos enfraquecidas pela monocultura, e no caso do Assentamento São Judas, não foi diferente. Assim, as famílias quando chegaram aos lotes realizaram uma transformação ao longo do tempo na paisagem do assentamento, com plantações diversificadas, árvores plantadas e criação de animais.

Sobre a produção camponesa no assentamento, de acordo com dados da pesquisa realizada em 2018 (ZENATTI, CAMACHO) com dez famílias que residem e produzem

no lote, 60% dos entrevistados tinham como principal fonte de renda o leite; 20% plantavam lavoura¹⁵ no seu lote; 10% criavam gado de corte para vender e 10% tinham como principal renda a criação de bicho da seda (em vermelho no gráfico). Segue o gráfico na figura 21 com a principal produção do lote dos entrevistados:

Figura 21-Gráfico das principais atividades produtivas nos lotes do Assentamento São Judas.

Fonte: ZENATTI; CAMACHO, 2018.



Ainda de acordo com Zenatti, Camacho (2018), além da produção principal que gera renda, as famílias cultivavam pequenas lavouras para o autoconsumo: criação de galinhas, porcos e gado de corte para a subsistência, e acabam vendendo o excedente. Todos os entrevistados tinham um pomar, e plantavam algum tipo de alimento no lote, além de criação de animais, e alguns tinham horta. A renda familiar dos entrevistados variava de dois salários mínimos a quatro salários mínimos.

Para fazer a análise sobre a agricultura camponesa no assentamento São Judas, a princípio, foi necessário entender qual é a ligação com a terra dos sujeitos, antes de chegar ao Assentamento São Judas, tanto os que participaram do processo de conquista do território (primários) como os que chegaram depois (secundários). Para isso, tem-se a análise de relatos de vinte famílias camponesas que vivem e produzem no lote.

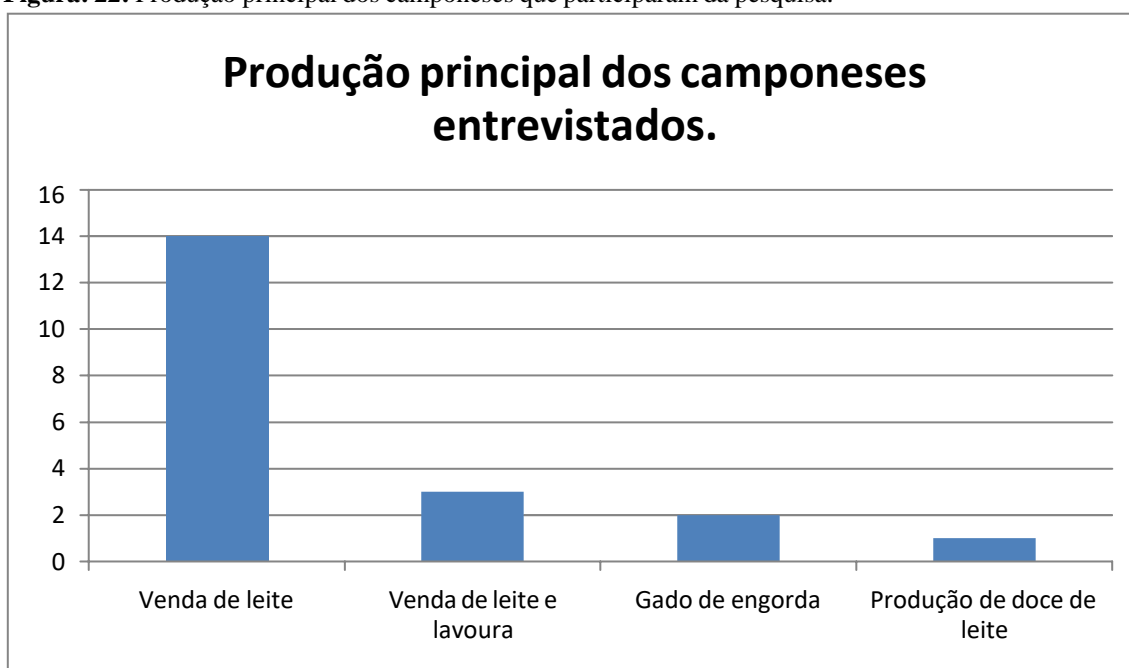
Das famílias entrevistadas, 85% tinham uma ligação direta com a terra, alguns trabalhavam em fazendas, pequenas lavouras ou como boia-fria¹⁶, alguns trabalhavam ou moravam com os pais, e o sonho de ter seu próprio território era muito grande, então foram à luta e conquistaram. Essas famílias residem no assentamento São Judas entre 16 e 22 anos e todas as famílias produzem no lote.

¹⁵ Lavoura: preparação e cultivo da terra; plantação de alimentos para a família e venda do excedente.

¹⁶Boia fria: Trabalhador rural que presta serviços eventuais e/ou por safra. Chamado assim por comer fria a comida que leva de casa". (ALMEIDA, 2004, p. 2).

A principal produção das famílias que participaram da pesquisa, ainda é a venda de leite, como na pesquisa anterior, seguida por gado de engorda, algumas famílias dividem a produção do lote entre venda de leite e plantio de lavoura, e uma família está iniciando no lote uma pequena fábrica caseira de doce de leite, pode-se observar na figura 22:

Figura: 22: Produção principal dos camponeses que participaram da pesquisa.



Fonte: Autora, 2021.

De acordo com o gráfico apresentado, pode-se analisar que a maioria das famílias, ou seja, 70% dos camponeses têm como principal produção e fonte de renda, a venda de leite, 15% dos entrevistados produzem leite e tem plantio de lavoura, 10% dos camponeses obtêm a principal fonte de renda com a criação de bovinos de engorda, e 5% dos entrevistados tem uma produção de doce de leite.

Segundo as famílias que produzem leite, por falta de políticas públicas de investimento, incentivo e de infraestrutura para escoamento de outras produções, acabam não sendo viáveis para os camponeses, isso já foi verificado em algumas famílias que tiveram como principal produção outras culturas para comercialização: como bicho da seda e hortaliças. Relatam entre as barreiras que dificultam a produção e comercialização de outras culturas: dificuldade de encontrar um preço justo no mercado ou até mesmo encontrar um mercado consumidor; necessidade de ter um transporte mais adequado; ou, ainda, como no caso do bicho da seda, que o uso excessivo de agrotóxicos ao redor leva a destruição da produção (morte da criação).

A seguir, as figuras 23, 24, 25, 26, 27 e 28 mostram as produções das famílias camponesas entrevistadas:

Figura 23: Foto do manejo de pastagens das vacas leiteiras (Família Z)¹⁷



Fonte: Autora, 2021.

Figura 24: Foto das vacas leiteiras da família camponesa (Família EF)



Fonte: Autora, 2021.

¹⁷ Letra correspondente à família entrevistada.

Figuras 25 e 26: Imagens das vacas leiteiras das famílias camponesas (Família VM) e (FamíliaAA)



Fonte: Arquivo dos entrevistados, 2020/2021.

Figura 27: Foto das vacas leiteiras da família camponesa (Família TR)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 28: Fotos das vacas leiteiras (Família DM)



Fonte: Autora, 2021.

Para produzir e vender a produção do leite, os camponeses-assentados precisam renovar toda a pastagem, investir no preparo do solo, cercas e manutenção em geral. De acordo com os sujeitos entrevistados, muitas vezes, por não possuírem recursos para uma formação adequada de pastagens, isso acaba interferindo, negativamente, diretamente no resultado da produção.

De acordo com relatos dos camponeses que produzem leite, alguns já investiram em outra produção, porém por falta de recursos financeiros, sobretudo, pensando nas políticas públicas, acabou sendo inviável e voltaram para produção de leite, para isso, investiram em melhorias de pastagens. Segue algumas fotos das pastagens dos entrevistados, nas figuras 29, 30, 31, 32 e 33:

Figura 29: Foto da entrada do território camponês (Família Z).



Fonte: Autora, 2021.

Figura 30: Foto da pastagem (Família FS)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 31: Foto da pastagem dos entrevistados (Família AE)



Fonte: Autora, 2021.

^{18c}A cultivar BRS Capiáçu é um clone de capim-elefante (*Pennisetum purpureum Schum*) de alto rendimento para suplementação volumosa na forma de silagem ou picado verde. Devido ao seu elevado potencial de produção (50t/ha/ano), também pode ser utilizada para a produção de biomassa energética”. (EMBRAPA, 2022).

Figura 32: Plantação de capiaçu¹⁸ para tratar os animais (Família AE)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 33: Foto da pastagem dos camponeses (Família AE)



Fonte: Autora, 2021.

A principal produção que gera renda no Assentamento São Judas é a venda de Leite. O processo de produção é realizado no lote. Grande parte das famílias possuem ordenhadeira, e após ordenhar as vacas, entregam nos resfriadores (individual ou comunitário), após a entrega, o caminhão dos laticínios busca o leite a cada dois ou três dias. Atualmente, existem somente dois laticínios que compram o leite dos produtores (Camby¹⁹ e Dika²⁰), esse fato, segundo os relatos dos camponeses, não é favorável, pois se tiver mais laticínios comprando leite no assentamento, valorizaria mais o preço do leite, que atualmente está sendo vendido por R\$1,85 o litro.

Durante as entrevistas verificamos que 3 camponeses (15%), dividem o espaço do lote com a criação de vacas leiteiras, e plantio de lavouras, segundo os camponeses, o leite é entregue nos resfriadores, e as pequenas lavouras (amendoim, mandioca, feijão, milho, etc.) são vendidas dentro do próprio assentamento, ou na feira de Rio brilhante, que tem atendimento todos os finais de semana.

A engorda de bovinos é a principal fonte de renda de duas (10%) famílias do assentamento. Segundo relatos dos produtores, essa é a principal produção comercial do lote, porém não dependem, exclusivamente, dessa renda para manter a família. Dessas duas famílias, uma camponesa é aposentada, e a outra família, os camponeses são professores. Segundo os camponeses, a venda dos bovinos é realizada dentro do próprio assentamento para outros camponeses.

Segue a imagem do lote da família (CR), onde pode-se observar a primeira imagem, no início, a pastagem verde (maio 2021) e, atualmente, (julho de 2021), depois das geadas, o pasto seco, o que dificulta a produção, como verifica-se nas figuras 34 e 35:

Figuras 34 e 35: Foto da pastagem do lote da família (CR) em Maio de 2021 e Julho de 2021



Fonte: Arquivo dos entrevistados, 2021

A família (AV) relata como é o trabalho no cotidiano, e qual é a principal produção

do lote:

Hoje, é só eu e a minha companheira, ela trabalha na prefeitura, ela é funcionária pública. E eu mexia com leite, até esses dias tirava leite, mas agora eu parei. Eu tenho novilhas, ai estão crescendo lote todo piqueteado com água, e eu pretendia voltar a tirar leite, mas estou pensando que vou fazer tá muito difícil leite, não tem previsão de melhora(...)a minha ideia de que a agroindústria de doce dê certo seria assim: o sonho de agora, sonho de momento para ajudar na parte financeira da família. E é isso e aí, não depender de eu ter que sair para fora trabalhar, vou ter que voltar tirar leite, ficar nessa briga com um pouco de preço, o mês dá prejuízo, mês dá lucro, então eu gostaria de que a agroindústria do leite desse certo. (AV, 2021).

O camponês relata que a companheira trabalha na escola, e sua principal produção era o leite, porém, como o preço do leite está muito baixo e os custos de produção são altos, ele está investindo em uma pequena agroindústria de doce de leite que, no momento, é sua principal produção no lote, isso tudo com investimento próprio, de acordo com o entrevistado, usando o leite para esse fim, agrega valor no produto final. A venda do doce é feita dentro do assentamento, porém pretende expandir a produção. A seguir, as figuras 36 e 37 com a produção de leite:

Figuras 36 e 37: Produção de doce de leite da família (AV)

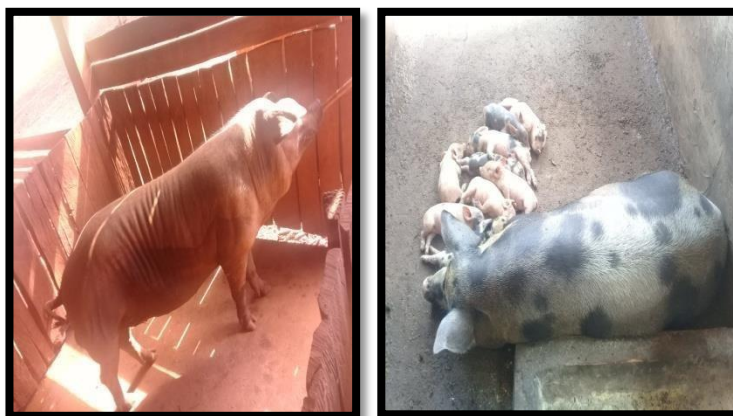


Fonte: Arquivo dos entrevistados, 2021

Conforme pode-se observar no trabalho de campo, os camponeses-assentados produzem de forma diversificada, mesmo tendo uma atividade principal, sempre existe outras produções que é para o consumo da família e acabam vendendo o excedente, essas produções são: criação de porcos, galinhas caipiras, onde obtém os ovos, patos etc. Todos os entrevistados possuem um pomar, cultivam horta em determinadas épocas do ano, cultivam algumas culturas, como mandioca, milho, abóboras, melancia, amendoim, batata-doce etc.

A seguir, as figuras 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, de criações dos camponeses assentados do assentamento São Judas:

Figuras 38 e 39: Criação de porcos para consumo da família e venda do excedente.



Fonte: Autora, 2021.

¹⁹ Camby: Laticínio do município de Dourados que compra a produção de leite no assentamento.

²⁰ Dika: Laticínio de Deodópolis que compra a produção de leite no assentamento São Judas.

Figura 40: Criação de galinhas caipiras para consumo da família (EF) e venda do excedente



Fonte: Autora, 2021.

Figura 41: Produção de ovos para o consumo e venda do excedente da família (Z)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 42: Criação de pato para o consumo da família (M)



Fonte: Autora, 2021.

Figuras 43: Plantio de mandioca no lote da camponesa (M) para consumo e venda do excedente.



Fonte: Autora, 2021.

Figura 44: Plantação de amendoim para o consumo da família (EF)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 45 e 46: Colheita de banana e abóboras para consumo das famílias (TR e EF) e consumados animais.



Fonte: Arquivo dos entrevistados (Família EF), 2020.

Dentro do território camponês, verifica-se uma grande diversidade de culturas. Como o espaço é pequeno, as plantações estão todas juntas. Observa-se nas figuras 47 e 48, onde está a horta com grande diversidade, plantação de aveia, logo atrás para tratar os animais, mandioca, do lado, cana-de-açúcar e capinaçu.

Figura 47: Horta para consumo da família (EF)



Fonte: Arquivo dos entrevistados (Família EF), 2020.

Figura 48: A diversidade do campesinato: o território camponês da família (EF)



Fonte: Arquivo dos entrevistados (Família E F), 2020.

Os camponeses do assentamento São Judas relataram que quando chegaram ao lote, no local era só pastagem, uma área improdutiva, então começaram plantar árvores, principalmente frutíferas. Hoje há muita diferença do início relata a família CR, “O assentamento agora é espaço de vida, de diversidade, de verde, de esperança, mudou totalmente”.

Existem muitas variedades de árvores frutíferas nos lotes dos camponeses entrevistados: manga, poncã, limão, laranja, goiaba, jaca, jabuticaba, carambola, romã, ingá, jmelão, cajá-manga, pitaya, mamão, banana, seriguela. Veja nas figuras 49, 50, 51, 52 e 53 algumas árvores frutíferas das famílias dos entrevistados:

Figura 49: Produção de manga da família (Z)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 50: Produção de Poncã da família (Z)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 51: Produção de Lichia da família (EF)



Fonte: Arquivo dos entrevistados, 2018.

Figuras 52 e 53: Produção de Jabuticaba da família (Z) e de pitaya da família (AJ)



Fonte: Autora, 2021.

O Assentamento São Judas passou por muitas transformações, de uma fazenda improdutiva com solos empobrecidos, segundo relatos dos camponeses, onde havia poucas árvores, era só pastagem “mindícula”. De acordo com a família VM: “Quando a gente chegou aqui, que cortaram os lotes, as pessoas vinham aqui em casa pra poder sentar na sombra, porque era muito calor, os barracos quase tudo de lona, sem árvores, sem sombra, aí a gente sentava, ali, e tomava tererê”. O lote da família é perto da reserva e até

hoje possui muitas árvores nativas preservadas pela família, como pode-se observar na figura 54:

Figura 54: Território preservado da família (VM)



Fonte: Autora, 2021.

Nota-se que as famílias camponesas têm produções diversificadas, plantio de abóbora, melancia e hortaliças, sempre para o consumo da família e vendido excedente. A seguir, as figuras (55 e 56) com mais produções dos camponeses:

Figuras 55 e 56: Colheita de melancia da família (AA) e do plantio de alface da família (N)



Fonte: Autora, 2021.

Para desenvolver o presente trabalho dialogamos com 20 famílias que residem e

produzem no assentamento São Judas, para compreender melhor os dados da pesquisa, criamos um quadro com algumas informações relevantes. Segue os dados dos camponeses no quadro 2:

Quadro 02: Síntese dos dados das famílias camponesas entrevistadas

Família	TL* (anos)	PCA**	QPL/I***	Formas de trabalho	Renda/venda	AF/PG****	PA/MS*****
N	18	não	1 (61)	parceria	Leite/camby	Sim (pronaFA, custeio)	Não
AJ	18	não	3 (16, 41, 44)	Ajuda mútua	Leite/camby	Sim (pronaFA)	Não
JA	22	sim	2 (38, 42)	Trabalho acessório	Leite/camby	Sim (pronaFA 2000)	Sim
AE	12	não	2 (49, 52)	Ajuda mútua	Leite/camby	Não	Não
AA	17	não	2 (55, 62)	Trabalho familiar	Leite/camby	Sim (pronaFA)	Sim
SC	22	sim	4 (06, 18, 38, 43)	Trabalho acessório	Leite/camby	Sim (pronaFA, 2000)	Sim
GH	22	sim	2 (48, 51)	Ajuda mútua	Leite/camby	Sim (pronaFA, custeio)	Não
JM	16	não	2 (49, 67)	Ajuda mútua	Leite e lavoura/ Dika, dentro do assentamento	Sim (pronaFA, custeio)	Sim
MC	19	não	3 (67, 68, 87)	Parceria	Leite/camby	Sim (pronaFA)	Sim
VM	22	sim	3 (38, 57, 58)	Trabalho acessório	Leite/camby	Sim (pronaFA, 2000)	Sim
FN	16	não	2 (50, 53)	Ajuda mútua	Leite/camby	Sim (pronaFA)	Sim
CR	22	sim	3 (12, 41, 48)	Trabalho acessório	Gado de engorda/ Assentamento	Sim (pronaFA, 2000)	Sim
FS	18	não	4 (10, 12, 33, 42)	Trabalho familiar	Leite/camby	Sim (pronaFA, custeio)	Não
Z	18	não	5 (12, 48,	Ajuda	Leite, lavoura/	Não	Não

			52, 83, 85)	mútua	Camby, feira		
DM	22	sim	4 (19, 21, 50, 53)	Trabalho acessório	Leite/camby	Sim (pronafA, 2000)	Não
E	22	sim	1 (62)	Parceria	Gado de engorda/ assentamento	Sim (pronafA, custeio, 2000)	Sim
M	22	sim	1 (60)	Parceria	Lavoura, leite/ Camby, assentamento	Sim (pronafA, 2000)	Sim
TR	22	sim	3 (10, 52, 56)	Trabalho acessório	Leite/camby	Sim (pronafA, 2000)	Não
AV	22	sim	2 (49, 55)	Trabalho acessório	Doce de leite/ assentamento	Sim (pronafA, 2000)	Não
EF	14	não	4 (07, 12, 32, 39)	Trabalho acessório	Leite/camby	Sim (pronafA, custeio)	Sim

Fonte: Autora, 2021.

*Tempo no lote (anos)

**Participou da conquista do assentamento (acampamento)

***Quantidade de pessoas no lote/idades

****Acesso a financiamentos/Programas do governo

*****Participa de associação/movimento social ou sindical.

De acordo com as informações do quadro, podemos conhecer um pouco das famílias entrevistadas, informações como o ano em que chegaram no assentamento, se participaram da conquista do território, quantidade de pessoas que residem no lote, e suas respectivas idades, qual é o tipo de trabalho que desenvolvem no lote, a principal fonte de renda da família, se a família já acessou algum financiamento ou programa do governo, e se participam de alguma associação ou movimento social ou sindical. Essas informações são muito importantes para conhecer melhor as famílias camponesas que participaram da pesquisa.

3.3-Resistência Camponesa ao Agronegócio no Assentamento São Judas

Como observa-se nos relatos dos camponeses do assentamento São Judas, e nas imagens, verifica-se a variedade de produção camponesa, demonstrando que a agricultura camponesa tem o compromisso com a alimentação, diferente do agronegócio que produz monocultura para gerar lucro, e não se preocupa com a soberania alimentar e nem com o cuidado com a terra.

Como cita Fernandes (2016, p.03), a agricultura camponesa é a responsável por mais da metade da produção do campo, porém o agronegócio usa como estratégia a produção de monocultura e commodities como cana/álcool, soja, milho, eucalipto/celulose etc., a fim de gerar lucro e tentar convencer ideologicamente a sociedade que é o maior produtor de alimentos do país.

Todavia, a produção do agronegócio é baseada na monocultura, e sua estrutura desigual baseia-se na concentração de terras e no intenso uso de agrotóxicos, que prejudica o solo e a saúde humana. A paisagem do agronegócio é homogênea, da monocultura, e a paisagem camponesa é heterogênea, com muita biodiversidade, formados por agroecossistemas complexos, como explica o autor:

O agronegócio organiza seu território apenas a partir da lógica econômica da mercadoria, constituída pelas relações sociais de produção capitalista, por isso predomina a paisagem homogênea da monocultura, com poucas pessoas e com pouca sociobiodiversidade. Antagonicamente a esse modelo, os camponeses organizam seus territórios a partir de relações sociais não capitalistas para a reprodução material e simbólica da vida em sua totalidade, por isso seus territórios perpassam todas as dimensões da realidade, entre elas, a cultura, a educação, a alimentação, o lazer etc., são povoados e de paisagens heterogêneas, contemplando a sociobiodiversidade e os agroecossistemas complexos. (CAMACHO, 2011, p.15).

Pode-se observar a diferença da paisagem do agronegócio nas fazendas que fazem divisa com o assentamento São Judas, nas figuras 57 e 58. Observe a monocultura da cana-de-açúcar na fazenda que faz divisa com o assentamento (entrada do assentamento) e da soja, na fazenda que faz divisa no final do assentamento

Figura 57: Plantação de cana-de-açúcar na divisa com o assentamento



Fonte: Autora, 2022.

Figura 58: Plantação de soja na divisa com o assentamento



Fonte: Autora, 2022.

A paisagem do agronegócio se diferencia muito da paisagem camponesa. No assentamento São Judas, pode-se ver uma variedade de plantações, criações de animais, e produção de alimentos para o consumo. Nos territórios do agronegócio, raramente tem-se árvores nativas ou frutíferas, pois quando iniciam a plantação fazem um “cemitério”, de acordo com os entrevistados, ou seja, cortam e enterram todas as árvores para poder plantar a monocultura seja ela, soja, milho ou cana-de-açúcar.

O agronegócio significa a agricultura capitalista. O conceito de agronegócio foi criado 1957 por Davis e Goldberg, para definir um complexo sistema da economia capitalista, como explica o autor:

O conceito de agronegócio, na língua portuguesa, que deriva da palavra *agribusiness*, foi cunhado em 1957 por Davis e Goldberg e significa um *complexo de sistemas* que integra todas as dimensões da economia capitalista: *agricultura – indústria – comércio - finanças*. Esses sistemas estão sob o controle das transnacionais (FERNANDES, 2008apud CAMACHO 2012, p.03, grifo do autor).

Os impactos socioambientais causados pelo agronegócio na sociedade como um todo são enormes. Com o agronegócio, se intensifica ainda mais a concentração de terras no Brasil, causando a expulsão das populações do campo ou impedindo-as do acesso à terra. Como afirma Camacho (2012, p. 04), “[...]os impactos sociais causados por este modelo de produção agrícola são notáveis na sociedade brasileira. O primeiro diz respeito ao aumento da *concentração fundiária*”. (grifo do autor).

Os impactos na sociobiodiversidade são intensificados. Com o avanço do agronegócio no Brasil, houve a substituição mais acelerada das paisagens naturais pelas paisagens homogêneas da monocultura, destruindo os ecossistemas.

O avanço do agronegócio no Brasil se fez com a substituição de ecossistemas naturais por monocultivos e com a expulsão de populações tradicionais dos territórios, causando grande destruição de agroecossistemas diversificados, construídos ao longo de séculos por essas populações. (MONTEIRO, 2012, p.69).

Durante o roteiro de entrevistas, as famílias relataram como é a disputa com o agronegócio, pois o assentamento São Judas é cercado de fazendas, com plantações de cana, soja e milho, uso intenso de agrotóxicos e muito tráfego de caminhões e carretas pesadas.

O agronegócio é um “inimigo silencioso” que está dentro do assentamento, seja nos plantios de monoculturas das grandes fazendas, em que o agrotóxico adentra as fronteiras e prejudica muito as plantações orgânicas dos camponeses, ou nas plantações de cana-de-açúcar em terras arrendadas para a usina. A produção da cana-de-açúcar, apesar de ainda não ter adentrado totalmente no assentamento, o tráfego de veículos pesados para plantio, colheita e transporte, prejudica intensamente as estradas que não são asfaltadas, são cerca de 28 km de estrada de terra, que nas épocas chuvosas viram um atoleiro, e as famílias tem grande dificuldade em se deslocar para a cidade. Também, o

caminhão que transporta o leite do assentamento até o laticínio não consegue trafegar por essas estradas.

Da mesma forma, os estudantes são prejudicados, pois com as péssimas condições das estradas, muitas vezes, suspendem as aulas na Escola Estadual São Judas, que está localizada no assentamento. Os estudantes do ensino médio não conseguem se locomover até a cidade para estudar. Isso ocorre também com o atendimento médico que, muitas vezes, não consegue chegar ao assentamento nos dias de atendimento (segunda-feira).

Segundo relatos dos camponeses, o agronegócio já adentrou o assentamento, e isso vem os prejudicando muito, impedindo de fazer uma produção de alimentos de forma agroecológica, mas também, com relação à saúde de quem vive próximo as plantações de monoculturas, como pode-se observar no relato da camponesa:

A maior dificuldade é o veneno que atinge muita a saúde das pessoas, não sai nenhuma plantação que presta, e afeta principalmente a saúde, não é só nas fazendas, o assentamento todo, já tá com problema de arrendamento, veneno com agrotóxicos, daí prejudica muito, eu mesmo estou sozinha porque os outros estão todos arrendados, só o meu que não, aqui dos lotes perto da minha casa, tá rodeado de soja e milho, é difícil conviver com o veneno, mas fazer o que, né. (N, 2021).

Os camponeses relatam os impactos do uso excessivo de agrotóxicos, que são produtos químicos ou biológicos destinados aos setores de produção da cadeia do agronegócio. Alteram a fauna e a flora porque são utilizados para potencializar a produção/armazenamento/beneficiamento das monoculturas. Para uma melhor definição de agrotóxicos:

[...] produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção de florestas nativas ou implantadas, e em outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais; cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São considerados, também, como agrotóxicos, substâncias e produtos como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento. (BRASIL, 2002, *apud* RIGOTO; ROSA, 2012, p.88).

Além de prejudicar a saúde, destruir ecossistemas, o agronegócio com o uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, polui as redes hidrográficas de rios, córregos e aquíferos. “A biodiversidade dá lugar aos monocultivos. Os nutrientes são fornecidos às plantas por meio de fertilizantes sintéticos. Os ciclos dos nutrientes são

alterados e muitos se perdem indo poluir os cursos d'água e os lençóis freáticos” (MONTEIRO, 2012, p.69).

Durante a pesquisa realizada por Zenatti e Camacho (2018) sobre a produção do assentamento São Judas, havia um grande número de famílias camponesas que faziam a criação de bicho da seda. Os camponeses continuaram participando desta pesquisa (2021), e relataram que o uso intenso de agrotóxicos foi o que prejudicou sua produção, e por esse motivo, desistiram da criação de bicho da seda, pois são muito sensíveis. “É difícil, no meu caso tive que parar com o bicho da seda por causa do veneno” (AJ, 2021).

A monocultura transgênica e o uso dos agrotóxicos das lavouras próximas afetam a produção dos camponeses. As famílias perceberam que houve um desequilíbrio, pois aumentou o ataque de pragas, inclusive, das pastagens, “o veneno vai tomando conta das coisas da *gente* tem pasto daí aparecem as lagartas no pasto *da gente*, *a gente* também tem que passar veneno, vai complicando tudo”. (AE, 2021).

Os camponeses compreendem que, muitas vezes, as famílias se encontram em situações que acabam arrendando o lote, mas acreditam que se houvesse um incentivo por meio de políticas públicas para a produção, isso poderia ser evitado. Como relata o camponês: “É muito difícil disputar com o agronegócio, falta de políticas de produção para que os assentados não precisem arrendar o lote, pois o uso de agrotóxicos prejudica a produção dos camponeses, muita coisa não produz por conta do veneno”. (AA, 2021).

Os camponeses resistem na terra, pois suas vidas fazem parte deste território, mas encontram muitas dificuldades na produção de alimentos simples devido ao uso excessivo de agrotóxicos do agronegócio, como relata a família:

A gente hoje tem dificuldade de produzir, como laranja, batata doce, melancia, abóbora, por causa dos agrotóxicos, é avião que sobrevoa por cima e respinga veneno, e traz o veneno para nossas propriedades, *a gente* tem uma certa dificuldade por causa disso, então não é fácil, *a gente* luta para sobreviver, é uma forma de resistência, *a gente* vive da terra como se diz porque somos teimosos, porque não está sendo fácil. (SC, 2021).

O uso de agrotóxicos prejudica plantações simples como melancia, feijão e abóbora, explica o camponês (E), principalmente, as sementes crioulas, como pode-se observar na figura 59, um pé de melancia já prejudicado pelo agrotóxico:

Figura 59: Melancia prejudicada pelo uso de agrotóxicos (Família E)



Fonte: Autora, 2021.

Os camponeses relatam que hoje dependem de comprar alguns tipos de alimentos no mercado devido ao intenso uso de agrotóxicos que não existia no início do assentamento, pois mesmo com barreiras no lote, o veneno atinge a plantação. Além do veneno, o escoamento dos produtos é prejudicado devido às péssimas condições das estradas:

Então, esse negócio do veneno complica um pouco pra gente, você planta, daí o veneno prejudica as coisas, aí fazemos barreiras para não prejudicar, porque somos mais fracos, hoje *a gente tá* dependendo de mercado, tem coisas que não produz mais. As estradas, por causa da usina, ficam bem feias em algumas épocas do ano. (VM, 2021).

Percebe-se nos relatos, a tristeza nas falas das famílias quando questionadas sobre a disputa com o agronegócio.

Essa questão de disputa de territórios é muito complicado, eu não posso chegar lá, e questionar meu amigo, meu vizinho, porque ele tá arrendando e eu não, eu não posso manter ele no lote, então essa disputa hoje é além do que *a gente* sonha, claro que *a gente* quer um assentamento embelezado com flores com frutas em todos os lotes, com as famílias, com as novenas, mas isso não é fácil hoje, porque quando chega a pertença de cada um sustentar dentro do território, a questão econômica que mexe com poder das pessoas, vai além, hoje nós temos 20 anos de assentamento, nós temos muitos idosos, como eles vão para a roça hoje, como eles vão lidar com o porco a galinha no lote, com a produção, para sustentar? não vai! então alternativa é arrendar próprio

lote, ai tem uma renda o final do mês, ou anual então a questão hoje é bem além do que a gente sonha (CR, 2021).

As famílias camponesas temem esse avanço da territorialização do agronegócio dentro do assentamento, pois isso implica em, muitas vezes, o esvaziamento dos lotes, pois muitas famílias acabam abandonando seus lotes devido a diminuição da produção e, conseqüentemente, falta de renda para a família. É preciso criar políticas públicas de permanência, incentivo da produção, valorização dos produtos camponeses, formas eficientes de comercialização e agregação de valor aos produtos. Dessa forma, os filhos e os netos podem continuar no lote e conseguem extrair uma renda suficiente para o sustento da família, como relata o camponês:

Então, a questão não é só debater, é preciso reunir, ter políticas públicas, enquanto não tiver uma forma da pessoa comercializar, agregar valor no seu produto, viver desse produto, ter uma renda no seu lote, vai entrar o agronegócio, então a disputa é muito grande, econômica, então! a gente não pode tapar os olhos para isso! antes um pai tinha 8, 9, 10 filhos dentro de casa, tinha mão de obra, hoje não, hoje estão sozinhos, o campo está ficando envelhecidos, a juventude está indo para cidade. Eu penso dessa forma. *tá complicado é um vazio na verdade né, a gente já discutia isso na reforma agrária, há muito tempo, como a gente ia manter a juventude no campo, que tá aí se formando no campo né, então se você não criar alternativa também no meio rural de agroindústria ou a própria industrialização do produto para agregar valor, ou também ter emprego para juventude no meio rural, eles vão procurar emprego na cidade, por que estão ali ajudando pai até lá seus 16, 17 anos e depois disso vão para cidade, tentar sua vida na cidade, muitos deles encontram dificuldades, mas é alternativa hoje é essa* (CR, 2021).

O caminho para produzir com sustentabilidade é o fortalecimento da agricultura camponesa, somente desta forma pode-se construir agroecossistemas produtivos complexos e sustentáveis, mas para isso é preciso produzir numa perspectiva agroecológica, como explica o autor:

Para responder ao desafio de construir agroecossistemas produtivos, sustentáveis e saudáveis, capazes de suprir as necessidades humanas e de recuperar e conservar a natureza para as gerações atuais e futuras, o caminho é o fortalecimento da agricultura camponesa, o que só é possível com o apoio da ciência da agroecologia. (MONTEIRO, 2012, p.69-70).

Alguns assentados já denunciaram o uso de agrotóxicos dentro do assentamento, porém como eles dizem “a corda arrebenta sempre para o lado mais fraco” (AV, 2021), o único avanço que tiveram foi à proibição de aviões de veneno dentro do assentamento,

porém, mesmo assim, o veneno impacta os agroecossistemas camponeses. A alternativa que encontraram é fazer barreiras com árvores nos lotes para tentar controlar um pouco a entrada de agrotóxicos na propriedade, e continuar resistindo e lutando por políticas públicas para produção e comercialização.

Em síntese, as famílias camponesas do assentamento São Judas vivem e produzem no lote para subsistência da família e vendem o excedente. As principais produções são respectivamente: bovinos de leite, lavoura, bovinos de engorda e produção de doce de leite. O trabalho é realizado na maior parte do tempo pela própria família, porém, algumas famílias contam ainda com as relações de trabalho de ajuda mútua e/ou parceria.

CAPÍTULO 4– SABERES-FAZERES CAMPONESES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRÁTICA MATERIAL E SIMBÓLICA DOS GUARDIÕES DE SEMENTES NO ASSENTAMENTO SÃO JUDAS

POESIA GUARDIÕES

*Eu venho de onde muitos vieram
Eu voltei pra onde poucos voltaram
Reli os saberes que meus pais me deram
Resisti no tempo, muitos se calaram
Vi que os alimentos não são mais de lavra
E nossos celeiros não são mais benditos
Não se guarda, mas nem milho, nem fava
Pouco se cultiva, do que se plantava
Vivemos no campo, comendo do litro.
Falar de fartura virou atrasado
Colher para o gasto perdeu o sentido
Se planta o campo, olhando o mercado
E por imposição é monocultivo
Estamos perdendo a nossa semente
Diversidade transformou-se em mito
Já não garantimos o nosso sustento
A isso chamam desenvolvimento
Vivemos no campo, comendo do litro.
Os nossos legumes, nos alimentava
O que era de lavra tinha rendimento
Além do cultivo, a gente criava
E nada faltava ao nosso sustento
As experiências que a gente trocava
Nossos adjuntos era como um rito
Cada nova safra se multiplicava
As nossas sementes que se arranjava
Pois ser atrasado é quem come do litro.
Estamos reencontrando nossos guardiões
Com experiência resiste na terra
E com este ofício alimenta milhões
Mesmo bem distante morando nas serras
São os que mais preserva os bens culturais
Faz do seu roçado um campo bonito
Com a vizinhança se fazem iguais
Do seu altar um lugar de paz
Amaldiçoado quem come do litro.*

Poeta e Camponês Zé Santana- MPA

Os guardiões de sementes possuem um conhecimento baseado na experiência cotidiana, adquirido de geração em geração. São saberes populares construídos, dialogicamente, com a realidade concreta da família, seus costumes e modo de vida, com uma forte ligação com a terra e com as sementes crioulas. Cultivam a terra com respeito à natureza ²¹, de maneira sustentável, criando agroecossistemas com diversidade, ao contrário do modelo hegemônico agrário/agrícola baseado no tripé monocultura-transgênicos-agrotóxicos.

Os objetivos deste capítulo foram: entender o processo de como conservar as sementes crioulas; compreender os desafios que os camponeses enfrentam para plantar e colher na atualidade em que se predomina o modelo agrário/agrícola baseado no tripé: monocultura-transgênicos-agrotóxicos; mostrar a importância das sementes enquanto garantidora da reprodução camponesa e a sua autonomia; demonstrar a relação intrínseca entre o modo de vida camponês e a reprodução das sementes crioulas.

Atualmente, se faz necessário refletir a respeito da preservação, divulgação e reprodução de saberes populares, pois com o avanço do desenvolvimento do capitalismo no campo, muitos saberes oriundos da prática camponesa estão sendo perdidos, dentre eles, àqueles relacionados ao plantio a partir das sementes crioulas.

Compreende-se a importância de analisar a preservação das práticas tradicionais de plantio, colheita e conservação das sementes, além da produção para o autoconsumo da família e a venda do excedente, enquanto mecanismos intrínsecos à reprodução da agricultura camponesa.

4.1 – As Sementes Crioulas dos Camponeses versus os Transgênicos do Modelo Agrário/Agrícola do Agronegócio

O processo de domesticação das espécies teve início há 20 mil anos atrás se iniciou pelas plantas silvestres. Segundo Maicá (2012), o processo de domesticação das plantas, no início, foi inconsciente, depois ocorreu de forma deliberada. Com o avanço da domesticação, ocorreu a primeira interferência no processo de produção agrícola. As sementes assumiram um papel fundamental na vida do ser humano que passou a colher as sementes que germinavam primeiro e descartar as outras. Esse fato levou à competição entre as sementes cultivadas.

²¹É como diz a canção: “A gente cultiva ela e ela cultiva a gente”.(Zé Pinto, Caminhos Alternativos).

A domesticação das espécies fez surgir variedades locais, e passaram a fazer parte de um sistema agrícola. Após essa domesticação, a maioria das espécies ficou totalmente dependente do manejo humano para sua perpetuação (MAICÁ, 2012).

Nas palavras de Maicá (2012), os povos pré-históricos se alimentavam de mais de 1.500 espécies de plantas, e que pelo menos 500 dessas espécies foram cultivadas durante a história. “Atualmente, apenas 30 vegetais cultivados perfazem 95% da dieta humana, e o trigo, arroz, milho e soja representam mais de 85% do consumo de grãos” (MAICÁ, 2012, p. 700).

Há cerca de cem anos, se iniciou a modernização da agricultura, com a intensificação da utilização de produtos químicos, mecanização, irrigação etc., como explica o autor:

Mais recentemente, há cem anos, inicia-se o processo de modernização da agricultura, com a intensificação da utilização de produtos químicos e com a mecanização, a irrigação e a introdução de variedades melhoradas, ocorrendo também o início da formação de monopólios e a introdução de registros e patentes biológicas. (MAICÁ, 2012, p.702).

Em 1909, começaram os experimentos para criação da primeira semente híbrida, o milho, que teve sua comercialização a partir de 1920 nos Estados Unidos.

Quanto às sementes, começaram a ser criadas híbridos delas. A primeira planta a sofrer a hibridação foi o milho[...]. No Brasil, o início do melhoramento do milho ocorreu em 1932, no Instituto Agronômico de Campinas (IAC), e os primeiros híbridos, descendentes do milho cateto, foram lançados em 1939. (MAICÁ, 2012, p. 702).

No entanto, esse modelo agrário/agrícola ²², causou danos em todos os ecossistemas da terra e, com isso, desencadeou processos de erosão genética, como explica o autor: “a expansão da fronteira agrícola causou pressão em todos os ecossistemas terrestre, ocorrendo uma erosão genética jamais vista na humanidade, e muitas espécies foram dizimadas”. (MAICÁ, 2012, p.702).

²² Seguindo esse modelo agrário/agrícola do agronegócio, vale lembrar que o estado de Mato Grosso do Sul, é um dos maiores produtores de soja, milho e cana-de-açúcar do país. Segundo Botelho e Held (2021), em 2020, figurou como o décimo quarto maior produtor de milho no mundo, e o quinto maior produtor de grãos do país. Segundo dados do IBGE, no Mato Grosso do Sul estão as 14 cidades entre os 100 municípios que mais contribuíram para o agronegócio no país, e o município de Rio Brillante ocupa a posição 22º, ficando na frente de Dourados, 24º.

As empresas multinacionais/transnacionais do setor agropecuário, para expandir sua produtividade e seus lucros, precisavam ter o domínio sobre as sementes. Nesse momento, a mídia começava a propaganda da *revolução verde*²³, que contemplava o aumento da produtividade com aumento de recursos técnicos, incluindo os organismos geneticamente modificados, os transgênicos. Cria-se um sistema agrário/agrícola baseado em grandes extensões de cultivares homogêneos (agroecossistemas simplificados), não adaptados às adversidades e as condições climáticas e biológicas locais, ficando mais propícias ao ataque de pragas.

As grandes multinacionais mantêm a produção de seus cultivares melhorados visando elevar cada vez mais a taxa de produtividade; na prática, esses cultivares são muito homogêneos e estáticos em relação às adversidades locais, como clima, doenças e pragas. Essas características conferem ao cultivar um padrão único: caso ocorra a incidência de uma praga ou de uma doença durante um cultivo, toda a população do cultivar será atacada. Os cultivares são produzidos para responder a pacotes tecnológicos e sua vida é curta, sendo necessários constantes aprimoramentos e lançamento de novas sementes (híbridas e transgênicas). (MAICÁ, 2012, p.703).

De acordo com Maicá (2012), existem muitas dúvidas sobre o que significa cada terminologia dada às sementes: crioula, variedade, híbrida, transgênica, certificada etc., A definição sucinta de cada uma delas é a seguinte:

- Semente Crioula: é o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivado, pelos camponeses que ali habitam.
- Semente Híbrida: sempre resulta de um material variante ou crioula, dão origem a plantas raquíticas que serão cruzadas com outro material, em geral, essas sementes quando replantadas produzem de 25% a 50% a menos.
- Sementes Transgênicas: é um método de criação de sementes que não envolve processos da natureza, sendo realizado mediante engenharia genética.

A semente crioula tem um significado para as comunidades. “Semente é vida: é base de alimento, de multiplicação, de sobrevivência, de autonomia, de liberdade, de perpetuação, de poder popular, de independência, de autossuficiência”. (MAICÁ, 2012, p.705).

²³Revolução verde: “A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde”. (PEREIRA, 2012, p.687).

Antes, as sementes pertenciam às comunidades, era um bem comum, representava a reprodução da vida. Atualmente, a semente virou uma mercadoria, destinada a reproduzir lucro e exploração/dominação do ser humano e da natureza, pois só quem lucra com a venda das sementes são as empresas capitalistas, em detrimento do restante da sociedade. Além de representar negócios, as sementes transgênicas ocuparam o lugar das sementes crioulas e hoje somente os guardiões de sementes conseguem armazenar essas sementes, que cada vez mais vão sendo extintas.

No modelo agrário/agrícola do agronegócio, ocorre o uso intenso dos agrotóxicos. Segundo o documentário: “O veneno está na mesa”²⁴, desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos, cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano. Os agrotóxicos estão sendo permitidos em nome da produtividade, sem pensar no que acontece com a natureza e com a saúde. O que a revolução verde fez foi destruir toda herança da agricultura tradicional e criar um modelo agrário/agrícola totalmente novo e controlado pelas empresas transnacionais.

De acordo com Pereira e Camacho (2021), a intensificação do uso de agrotóxicos ocorreu no período pós-guerra com a falsa promessa de acabar com a fome no mundo. O pacote tecnológico incluía: insumos químicos, sementes de laboratório (transgênicas), irrigação, mecanização, e grandes extensões de terra, com o objetivo de aumentar a produção e diminuir o tempo e o custo da produção, porém ao contrário do discurso que foi reproduzido para favorecer a revolução verde, a causa da fome não é falta de produção, e sim, acesso desigual aos alimentos produzidos.

Também, o uso de sementes transgênicas nunca teve como objetivo central o aumento de produtividade, e sim, a diminuição de mão de obra empregada, reduzindo os custos do processo produtivo. Esse fato tende a colaborar com o Êxodo rural, como explica Camacho:

Ao contrário do que se pensa, o uso das sementes transgênicas não está diretamente associado ao aumento da produtividade, mas, sim, à diminuição de custos com mão-de-obra, devido à possibilidade de não precisar combater as pragas e as facilidades de semeadura. O resultado disso é a produção de uma agricultura sem agricultores, pois se necessita de menos empregos no campo, elevando-se o êxodo rural e todas as consequências negativas deste processo. Os transgênicos, além de ser uma forma degradante ambientalmente de produção, porque gera

²⁴Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LtQPZB7NmNA&t=112s>. Acesso em: 1 jul. 2019.

a erosão genética, também acarretam o desemprego no campo. (2008, p. 64).

Hoje, a maioria das sementes é transgênica, e para produzir é preciso comprar o pacote completo, com adubos químicos e agrotóxicos (veneno). Antes da revolução verde, as famílias usavam sementes crioulas com bons resultados de produção, mas por volta do início dos anos de 1980²⁵ as empresas começaram a produzir e comercializar as sementes transgênicas, ao adotar este modelo de produção, houve, aos poucos, um processo de escassez das sementes crioulas.

Para ter clareza sobre o que são os transgênicos, precisamos entender que tecnologia é essa. Segundo Augusto:

Essas tecnologias são denominadas de biotecnologia e significam: a) a modificação genética de organismos, plantas, animais e alguns vírus; e b) a produção de materiais e substâncias a partir de seres vivos. Nesse processo, são utilizados conhecimentos de áreas como genética, bioquímica e biologia celular. (2012, p.761).

Para assegurar que não haverá danos à saúde, é necessário normas adequadas, análise de riscos e monitoramento e rastreabilidade, porém o que preocupa é a velocidade em que aumenta a sua utilização. Em 1973, foi realizada a transferência de genes e em 1986 desenvolveu-se e patenteou-se a soja transgênica. Pode-se observar que transcorreu pouco tempo entre a descoberta, a produção e a comercialização para consumo humano (AUGUSTO, 2012).

Existem alguns questionamentos sobre os transgênicos, os principais deles, segundo Augusto (2012, p. 763) são:

- Os impactos na saúde humana como aparecimento de eventos ou agravos não esperados, a presença de genes de resistência a antibióticos, e a determinação da seleção de bactérias.
- Criação de novas pragas e plantas daninhas, ou aumento das existentes por meio da recombinação, produção de substâncias tóxicas ao organismo, desperdício de recursos genéticos, aumento de uso de herbicidas com efeitos nocivos sobre a saúde humana, a fauna e a flora comprometendo a qualidade da água e do solo.

Além de todos os impactos que podem aparecer na saúde humana e no meio ambiente, podem aparecer impactos sociais causados na agricultura camponesa, pois além

²⁵ Dados da ANVISA presentes no documentário: o veneno está na mesa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LtQPZB7NmNA&t=112s>. Acesso em 1 jul. 2019.

dos transgênicos não suprirem as necessidades das famílias camponesas, houve uma diminuição na reprodução das sementes crioulas e o aumento da dependência dos agrotóxicos, logo, possíveis endividamentos e, conseqüentemente, aumento do êxodo rural, como explica o autor:

Sabemos que as plantas transgênicas desenvolvidas não atenderam às necessidades da agricultura familiar; no entanto, são esses pequenos agricultores os responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos no Brasil. Além disso, o uso de plantas resistentes a herbicidas aumenta o grau de dependência dos agricultores aos agrotóxicos, endividando-os e ampliando a concentração dos latifúndios monocultores. (AUGUSTO, 2012, p.764).

Como pode-se observar, atualmente, a maioria das sementes produzidas no Brasil são transgênicas, principalmente a soja e o milho, e junto com elas vêm, necessariamente, o uso dos agrotóxicos. Assim, a maioria dos alimentos está com níveis elevados de agrotóxicos²⁶.

Como mencionado anteriormente, junto com os transgênicos, vêm o aumento excessivo de agrotóxicos, que apesar de serem legalmente liberados, destroem grande parte da nossa biodiversidade, e podem, inclusive, contaminar as produções heterogêneas, fazendo com que os agroecossistemas sustentáveis corram riscos de desaparecer.

O uso dos transgênicos e agrotóxicos coloca em risco a soberania alimentar, traz danos à saúde humana, ao meio ambiente, ao solo, aos cursos de água, o ar, a fauna e a flora, além de causar um impacto social na vida dos camponeses, com a perda de variedades crioulas, interferindo na produção camponesa e provocando o êxodo rural.

4.2- Saberes-Fazeres: Produção e Conservação de Sementes Crioulas pelos Camponeses do Assentamento São Judas

Os guardiões de sementes, geralmente, se apropriam de um conhecimento passado de geração em geração. Esse conhecimento é derivado da experiência, pois existem diferentes formas de conhecimento, não apenas o conhecimento da ciência que aprendemos na educação formal.

²⁶ Dados da ANVISA presentes no documentário: o veneno está na mesa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LtQPZB7NmNA&t=112s>. Acesso em 1 jul. 2019.

De acordo com Rolo e Ramos (2012), o conhecimento possui várias concepções, que pode significar apenas uma informação ou uma experiência. O conhecimento dos guardiões de sementes é um conhecimento prático, adquirido ao longo dos anos, em que se aprende “fazendo”, passando por todas as fases, plantio, adubação, colheita e formas de armazenar as sementes para o próximo ano.

Com isso, pode-se dizer que a elaboração do conhecimento é uma “relação aberta”, engajada num campo de sociabilidade. Esses conhecimentos podem ser saberes práticos, passados de geração em geração, ou o conhecimento local engendrado por uma determinada comunidade. De acordo com Pidner (2010, p.13):

Os saberes locais são constituídos pelas experiências cotidianas dos sujeitos, e, ao mesmo tempo, os sujeitos fundamentam-se nesses saberes para o desenrolar das relações cotidianas. Os saberes não hegemônicos carregam outras imagens, outras visões, novas paisagens, que ultrapassam o conhecimento científico. São significados que remetem à familiaridade, aos laços afetivos, à densidade da vida.

Os camponeses têm uma ligação muito forte com a terra, sabem que precisam cuidar com carinho, alimentar e respeitar o tempo dela, ou caso contrário, não terão um bom alimento, conforme diz Woortmann (1983, p.119-120):

O trabalho do homem é o de preparar a terra e, quando necessário, alimentá-la, fortificá-la com a “vitamina” do adubo. Por sua vez, o trabalho da terra é o de receber as sementes, fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a com sua “vitamina”. A terra agradecida retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela “recebe a vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre e agradece, dando muito alimento” e trazendo “fatura”. Mas, se a terra trabalha, tal como o homem, ela fica “cansada”, e é preciso respeitar seu tempo de “descanso” (pousio), para que possa renovar suas forças.

Os camponeses aprendem, desde cedo, preservar as memórias das famílias, os saberes que são passados de geração em geração. Atualmente, esses saberes são muito importantes na preservação do meio ambiente e na produção de alimentos saudáveis, pois o modelo hegemônico baseado na monocultura e uso dos agrotóxicos tem prejudicando a saúde da população e destruindo a natureza, então essas práticas são formas de resistência. Como afirma Pidner (2010) “a preservação dessas memórias do passado não moderno emergiu como um movimento de resistência à destruição causada pela modernidade” (PIDNER, 2010, p.26).

Hoje, a modernidade capitalista-eurocêntrica está a serviço do mercado, diferentemente das práticas tradicionais em que as pessoas aprendiam cultivar a terra

para plantar o seu próprio alimento e da sua família, por isso é importante desenvolver trabalhos de pesquisa nessas áreas de conhecimento popular, para que esses conhecimentos não desapareçam com o tempo. É de suma importância fazer com que estes conhecimentos sejam socializados, para que as práticas sustentáveis, diferentes do que estamos vivendo hoje, sejam valorizadas.

“No contexto do mercado, o conhecimento serve ao lucro e, assim, é um artigo de consumo. O próprio conhecimento é transformado em mercadoria e está acessível para quem puder pagar por ele”. (PIDNER, 2010, p. 44).

Esse conhecimento popular se aprende, na prática, com dedicação, geralmente é passado de gerações, as crianças já crescem vendo os familiares fazerem, e vão praticando. Esse conhecimento demanda tempo, de acordo com Matta (2016), é preciso estar junto para aprender, precisa conviver e estar presente, não apenas realizar uma determinada atividade. Não é algo que aprendemos partindo da teoria, mas sim, das práticas concretas desenvolvidas pelos sujeitos.

Os camponeses trabalham e cultivam a terra de acordo com o que aprenderam. Respeitam a terra e sabem que precisam cuidar com amor para que a terra devolva em alimentos saudáveis. Possuem autonomia em seu trabalho e sabem que, se não desenvolverem um bom trabalho com a terra, não vão conseguir o alimento da sua família. Para Woortmann (1983, p. 123), “camponeses são como gerentes da natureza pelo trabalho, o que me leva a outra dimensão da ética camponesa”.

Os camponeses do assentamento São Judas produzem para o consumo e para venda do excedente, segundo dados da pesquisa, 70% da renda dos produtores do Assentamento São Judas é proveniente da venda de leite. Além dessa produção principal, os camponeses cultivam pequenas lavouras e criam animais para o consumo e acabam vendendo o excedente. É notória a ligação que possuem com a terra, com a produção por meio da mão de obra familiar, o desejo de criar os filhos no campo e participar do modo de vida da agricultura camponesa. Vale ressaltar que o modelo de agricultura camponesa no Brasil se firmou a partir de importantes contribuições dos indígenas (HOFFMANN, 2017) e, como já foi discutido, de acordo com Carvalho e Costa (2012, p. 28), a agricultura camponesa é antagônica à agricultura capitalista.

As famílias que têm relações sociais de produção e de trabalho baseados no modelo agrário/agrícola do campesinato, residem e produzem nos lotes do assentamento São João. A produção é bem diversificada, mas o nosso objetivo é aprofundar na reflexão acerca dos saberes utilizados no cultivo e conservação de sementes crioulas, essas práticas

são bem anteriores, foram adquiridas de outras gerações, pois são tradições familiares que carregam histórias e saberes populares.

Na pesquisa realizada no assentamento São Judas com vinte famílias que residem e produzem no lote, encontrou-se oito famílias que preservam as práticas de guardiões de sementes, tradição que forma passadas pelas famílias. Durante o diálogo com as famílias, foi feito o levantamento de algumas variedades de sementes armazenadas, entre elas estão: milho, pipoca, feijão, amendoim, abóbora, melancia, pepino, e uma das famílias, cultivam alho.

As outras famílias que participaram da pesquisa não têm a prática de guardiões de sementes. Algumas famílias plantam algumas sementes crioulas que ganham de vizinhos, mas, não exercem a prática de guardiões.

Quando perguntado sobre a prática de guardiões de sementes, os camponeses relatam que foi um aprendizado passado pela família: “Isso veio de *lá* da minha mãe, aqueles mais velhos (família), naquele tempo (quando criança) *a gente* não comprava quase nada, guardava tudo, e plantava tudo! guardamos na garrafa pet, e *pra* plantar sempre olhamos em que fase *tá* a lua”.(VM, 2021).

As famílias também relatam que guardar a semente é uma forma de economizar, portanto, é um dos elementos que compõem a lógica da economia camponesa. Como relata a camponesa entrevistada:

“Eu sempre guardo semente de feijão, semente de amendoim, de melancia, milho, pipoca, isso eu aprendi com os meus pais, antes *a gente* até tinha mais tipos de sementes, mas perdemos, daí eu planto, colho e já seleciono *pra guardá*, compra tudo não dá né, e sem contar que se você compra um ano tem que comprar sempre, porque as *sementes compradas não dá pra* replantar porque não produz nada”.(N, 2021).

A família (Z), tem a prática de guardiões de sementes desde que casaram, há mais de 60 anos, e armazenam sempre em garrafas pet. Pode-se observar na figura 60 algumas sementes armazenadas pela família (Z).

Figura 60: Sementes conservadas na propriedade da família (Z).



Fonte: Autora (2019).

Essas práticas de conservação estão se perdendo ao longo do tempo, e o principal responsável por essa perda é o avanço do agronegócio. De acordo com Hoffmann (2017), a estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul está alicerçada na concentração de terras, com grandes latifúndios, e seus pacotes tecnológicos, como agrotóxicos, inseticidas, transgênicos etc., porém, mesmo com esse pacote de produtos externos que estão sendo introduzidas pelo pequeno produtor, “alguns destes agricultores mesmo em meio à pressão exercida pelo agronegócio continuam conservando suas variedades tradicionais de milho”. (HOFFMANN, 2017, p. 107).

Ainda segundo Hoffmann, “essa conservação está ligada ao percurso de vida dos agricultores que as conservam, apresentando para estes diferentes significados”. (HOFFMANN, 2017, p. 107)

Como percebe-se em nossa entrevista, os guardiões têm uma ligação com as sementes, que é algo mais profundo do que apenas conservar essas sementes, faz parte da sua história familiar.

As pesquisas realizadas nas comunidades de assentamentos e aldeias são de extrema importância para coleta de dados, existem vários trabalhos voltados ao resgate de variedades de milho, por exemplo, em diferentes biomas brasileiros, e apesar disso, existem muitas áreas com expressiva variabilidade genética, que depende de ações para o resgate, em particular para a amostragem de variedades crioulas (EMBRAPA, 2006).

Além da conservação de sementes crioulas, existe também a socialização de saberes tradicionais. Durante a entrevista, a família (Z) relatou sua forma de plantio que leva em consideração as fases da lua que, segundo eles, é fundamental para uma boa colheita. O milho e a pipoca devem ser plantados na fase da lua crescente para a cheia,

pois a seiva está distribuída na planta e nos frutos, assim os grãos ficam mais bonitos, com as espigas bem granadas. Na colheita, já perceberam que quando colhem o milho seco na lua minguante, ele fica mais resistente aos “carunchos”²⁷.

O plantio de milho maisena é realizado pela família duas vezes ao ano: setembro e janeiro, pois o milho demora quatro meses para produzir e não pode coincidir com o frio, pois não é resistente a geada. O milho pipoca também pode ser plantado duas vezes ao ano, porém a família planta em setembro ou novembro, o tempo de colheita é de quatro meses.

Com relação à adubação utilizada para o plantio de milho maisena e milho pipoca, varia, às vezes, utilizam cama de frango e, outras vezes, esterco de gado. De acordo com os camponeses (Z), para uma boa produção tem que levar em consideração a seleção das sementes, que são feitas logo após a colheita. Os grãos precisam estar bem secos, umidade baixa, eles selecionam os grãos das espigas mais bonitas e viçosas, descartando os grãos das extremidades e conservando os grãos do meio. Após a seleção, armazenam as sementes em litros de garrafa pet bem fechados para não ter ataque de “carunchos”.

As sementes têm um grande significado para as famílias conforme observou Hoffmann (2017, p.83), “durante a realização desta pesquisa percebe-se que os agricultores envolvidos compreendem a semente como o elemento que inicia e finaliza o ciclo da cultura do milho, referem-se a ela como o centro de todo processo”. Na época certa para o plantio, observam se está na fase da lua adequada (crescente para cheia) e já com a terra e a adubação preparada, realizam o plantio, importante lembrar que o adubo precisa estar bem curtido.

Se for plantar na mesma época o milho maisena e o milho pipoca tem que dar um intervalo de uns 15 a 20 dias para não “castigar” a semente, ou plantam longe um do outro, segundo eles “um de um lado do sítio e outro do outro lado”. Algumas dessas práticas são observadas na dissertação de Hoffmann (2017, p. 81):

O sistema de cultivo tradicional de milho, adotado por agricultores assentados da reforma agrária e agricultores indígenas apresenta como etapas de desenvolvimento: a presença do germoplasma, o preparo do solo, a semeadura, os tratamentos culturais, o controle fitossanitário, a seleção de material genético para reprodução, a colheita e o encerramento do ciclo com o armazenamento do germoplasma para as safras seguintes. No entanto, esse sistema de cultivo não pode ser descrito como apenas

²⁷Caruncho: é a designação comum a diversos insetos coleópteros pentâmeros que pertencem à família Bruchidae. Por serem fitófagos, alimentam-se, por exemplo, de cereais e feijão armazenados, reduzindo-os a pó, razão por que são considerados insetos daninhos. Disponível em: <https://oqueecaruncho.com.br>. Acesso em 01 jul.2019.

um conjunto de técnicas e práticas agrícolas visando obter melhor produtividade, mas se caracteriza como um conjunto de eventos carregados de significados de ordem ambiental, cultural, social e religiosa. Neste contexto, o ciclo de vida da cultura se mistura com a própria vida das pessoas que a cultivam, permitindo às comunidades camponesas e indígenas a construção de significados e da sua própria identidade.

Sempre de olho na plantação, depois da colheita, uma quantidade fica para a família usar, geralmente, no preparo de farinha de milho maisena que é muito usado para fazer a “chipa”²⁸. No caso da pipoca, é consumida pela família e vendida na feira de Rio Brilhante, e não pode-se esquecer que o processo de conservação se inicia novamente com a seleção das sementes para o próximo plantio. (Família Z), pode-se observar na figura 61 o milho e a pipoca colhida na propriedade da família (Z)

Figura 61: Milho e pipoca da propriedade



Fonte: Autora (2019).

Além da semente de milho e pipoca, o amendoim é cultivado pela família (Z) na propriedade. Para o amendoim, também é preciso selecionar as sementes, porém, nem sempre essa seleção é feita logo após o plantio, geralmente, só debulham o amendoim na época do plantio que pode ser em setembro ou novembro. Muito importante observar as fases da lua, que precisa estar na mingunte, pois a seiva se

²⁸Torta com massa salgada feita de milho e leite.

concentra nas raízes, por isso, segundo os assentados, tudo que produz em baixo da terra deve ser plantado na lua minguante.

Outra observação importante é sobre a adubação que não é utilizada no plantio, pois se adubar “viça” muito as folhas e não carrega o pé. As sementes são armazenadas em sacos na casca, e debulhadas para o plantio, o restante utilizam para consumo e vendem um pouco na feira de Rio Brilhante - MS. Na figura 62, a colheita de amendoim da família (Z)

Figura 62: Colheita de amendoim



Fonte: Autora (2019).

A prática de guardiões de sementes significa a constituição de saberes-fazeres próprios dos camponeses. É uma prática extremamente importante para os camponeses, pois garante a soberania alimentar, porém, sabemos que a disputa com o agronegócio prejudica muito a plantação e colheita de alimentos saudáveis, como afirma a camponesa (EF):

“Aqui em casa nós plantamos amendoim e abóbora, mas hoje *tá* difícil produzir sementes crioulas por causa dos venenos que acaba prejudicando a nossa plantação. Ano passado, o veneno prejudicou

muito a plantação de abóbora. Além dessas sementes nós conservamos outras práticas, como por exemplo, seguir determinadas fases da lua para o plantio e colheita, pois isso interfere muito na produção!” (2021).

A família (AE) relata que plantam e armazenam sementes de coentro, abóbora, quiabo e feijão. “são sementes que é fácil guardar, *a gente* aprendeu em casa (quando éramos solteiros), e guardamos sempre *pra* plantar, guardamos em garrafa pet ou na geladeira”.

A família (TR) relata que são guardiões de sementes, pois aprenderam com os pais, e pensam sempre a importância econômica desse procedimento: “Sim tem o feijão catador, melancia e melão, armazenamos as sementes em um litro descartável. Aprendemos com nossos pais a guardar as sementes. As sementes armazenadas crioulas são bem melhores, e tem o lado econômico que não precisa comprar tudo.” (2021).

Questionados sobre o motivo de conservar as sementes crioulas, a família(Z) diz que: “as sementes compradas são muito diferentes, não dá *pra* guardar de um ano pra outro, pois não nasce, e essas sementes crioulas dão menos pragas”. Ela diz que isso foi o que aprenderam com a família, e depois no tempo que residiram no Paraguai conseguiram algumas sementes com os indígenas e aprenderam muito com eles.

Antes, eles guardavam as sementes em garrafão de vinho de vidro, aprenderam com os pais quando ainda eram solteiros, agora guardam em litros descartáveis bem tampados porque nos litros não caruncha, segundo elas “os indígenas gostam de pendurar na fumaça, que também protege dos carunchos, mas daí precisa espaço em cima do fogão, preferimos guardar nos litros mesmo”.

O Sr. (Z) diz que “se *a gente* vai comprar tudo não dá *pra* sobreviver, precisamos plantar e guardar as sementes para o próximo ano” e, além disso, quando guardam e plantam suas sementes, “sabem o que estão comendo, porque hoje é tudo modificado e nada saudável”.

A camponesa (M) relata que aprendeu essa prática de guardiões de sementes nas feirinhas e nos encontros de mulheres camponesas que faz parte, e então começou plantar sementes de feijão, urucum, milho, etc.

“Eu ia nos encontros e via essas sementes crioulas, daí eu ficava interessada, então comecei a aprender, e hoje eu planto umas variedades de feijão, milho, colorau (urucum), algumas verduras, eu planto, colho e guardo *nas garrafa* pet, na geladeira, e já ensinei também *pro* meu vizinho, hoje *a gente* planta e colhe *junto*, até alho eu planto, assim eu sei que *tô* comento alimentos saudáveis” (M, 2021).

Durante a visita na casa da camponesa (M), ela relatou que tinha um pouco de feijão que colheu naquela semana. Pode-se observar na figura 63 o feijão colhido pela camponesa, e na figura 64, o alho sendo preparado para a plantação:

Figura 63: Feijão colhido pela família (M)



Fonte: Autora, 2021.

Figura 64: Preparação para plantio de alho da família (M)



Fonte: Autora 2021.

O camponês (E) relata que está aprendendo agora essa prática de guardião de sementes com sua vizinha. “Quando eu era novo eu via o pai e a mãe guardando as sementes, mas nunca prestei muito atenção como era. Hoje, mais velho eu tenho a noção de como isso é importante, quero aprender muito mais! Meu feijão *tá* bonito, vamos olhar?” (E, 2021). Na figura 65, pode-se observar o plantio de feijão consorciado com mandioca, uma prática muito utilizada pelos camponeses:

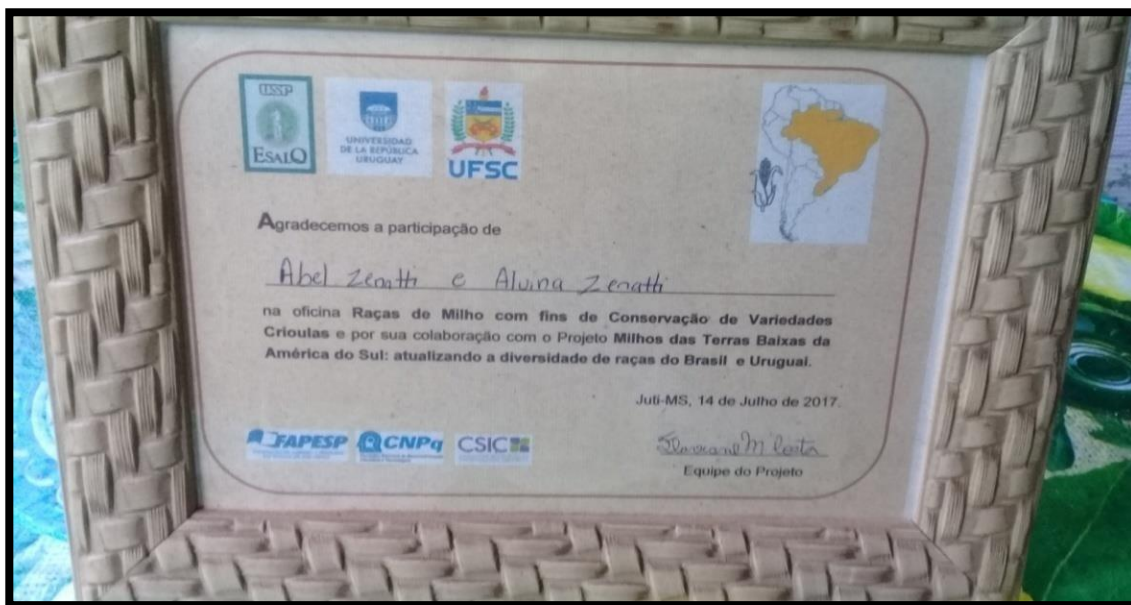
Figura 65: Plantio de feijão da família (E)



Fonte: Autora, 2021.

A família (Z) colaborou com uma pesquisa sobre manejo de variedades tradicionais de milho em comunidades de agricultores familiares no Mato Grosso do Sul, e foram convidados para participar da feira de sementes crioulas de Juti/MS e levar uma amostra de sementes, para participar da oficina de Raças de milho com fins de conservação de variedades crioulas (figura 66). Isso contribuiu bastante com as práticas de conservação da família. A Sr.^a (Z) disse: “fiquei muito feliz quando fomos convidados, *a gente* não fazia ideia de como era importante essas coisas que fazemos”.

Figura 66: Certificado de participação da oficina em Juti/MS



Fonte: Autora (2019).

Durante esse trabalho ficou evidente a importância do conhecimento tradicional/popular na prática de conservação de sementes e saberes. As sementes são conservadas não somente para o plantio e alimentação da família, mas faz parte de uma tradição familiar, que vem sendo passada de geração em geração. Além de conservar as sementes, a família “conserva” e socializa saberes muito importantes de como selecionar, armazenar e plantar e colher as sementes.

A família guarda essas sementes, pois sabem que são mais saudáveis, e tem menos ataques de pragas. A conservação, também, além de cultural, possui uma relação econômica, pois o camponês tem pretensão de produzir seus próprios alimentos, por isso, as sementes crioulas são um ótimo recurso para garantir a produção com baixos custos.

Todas as fases desse processo são importantes para um bom plantio. Tudo inicia e termina com a “semente”, que é a vida, o centro, mas, adiciona-se ao processo, o preparo do solo, adubação, observação das fases da lua, época e local de plantio e, por fim, o cuidado com a lavoura, todos esses componentes garantem uma boa colheita com alimentos saudáveis para a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de conhecer melhor a realidade das famílias camponesas do assentamento São Judas, a memória da conquista territorial, a produção, as relações de trabalho, os saberes-fazer e as práticas de resistências.

Entende-se que para falar da conquista do assentamento, a princípio, precisa-se entender a necessidade da luta dos movimentos socioterritoriais pela Reforma Agrária. A Reforma Agrária é um conjunto de medidas que garantem aos camponeses o acesso a terra, e, concomitantemente, os camponeses conquistam a produção de alimentos, geração de renda e diversidade de ecossistemas heterogêneos.

Para a conquista da Reforma Agrária é fundamental a participação dos movimentos socioterritoriais. Para formação do Assentamento São Judas não foi diferente, os movimentos socioterritoriais participaram ativamente nos processos de conscientização, na organização dos camponeses e nas reuniões feitas com os acampados para as tomadas de decisões coletiva, bem como na negociação com o INCRA da área destinada ao Assentamento.

Sem a luta e resistência dos camponeses acampados, a reforma agrária não teria acontecido. O Assentamento teve início quando um grupo de militantes do MST, formado pelas famílias do sul do estado, formaram o Acampamento 8 de Março, na Br.163, em Itaquiraí - MS, da onde vieram a maioria das famílias assentadas. Quando foi realizado o sorteio dos lotes, e não preencheram todas as vagas, vieram mais famílias excedentes de outros dois acampamentos, Ricardo Brandão, de Aquidauana, e Jaraguari, de Campo Grande. Assim foi formado o Território do Assentamento São Judas em Rio Brillante – MS. Área pré-negociada entre o INCRA e os antigos proprietários, por ser uma área improdutiva.

Compreendeu-se que o motivo para as famílias camponesas ainda permanecerem no assentamento é o desejo de ter um pedaço de terra para produzir o alimento mais saudável para a família. As famílias residem no lote e vivem da agricultura com trabalho familiar, produzindo para o consumo e vendendo o excedente, mesmo encontrando dificuldades continuam lutando pela permanência no lote.

No Assentamento São Judas existe várias formas de relações sociais de trabalhos não capitalistas, como: mutirão, ajuda mútua, parceria, trabalho acessório etc.,

porém, todas tem como elemento central, a força de trabalho familiar, em que todos os membros da família colaboram com as atividades laborativas, inclusive, as crianças.

Tanto com a mão de obra, exclusiva da família, quanto com ajuda mútua ou parceria, os camponeses trabalham na propriedade para sobrevivência da família, vendem o excedente para que consigam adquirir outras mercadorias para a sobrevivência e, quando precisam complementar a renda da família, utilizam-se do trabalho acessório.

A produção principal dos camponeses entrevistados que gera renda são, respectivamente, venda de leite, lavoura de cultivares alimentícios, criação de gado de corte e produção de doce de leite. Os lotes têm plantações diversificadas, como pomar, lavouras, horta e criação de animais.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, os agricultores assentados permanecem no lote porque possuem uma relação de identidade com a terra, pois a maioria dos entrevistados já foi agricultor e não quer deixar de viver e produzir no campo.

A produção camponesa se difere da produção do agronegócio, pois a centralidade da produção camponesa é o alimento para o consumo da família e a venda do excedente. Os camponeses produzem e reproduzem-se a partir da lógica da sociobiodiversidade da agricultura camponesa.

Por outro lado, a centralidade do agronegócio é a monocultura. O principal objetivo do agronegócio é garantir a maximização dos lucros, explorando o ser humano e a natureza, concentrando de terra e renda nas mãos de poucos. As propriedades capitalistas do agronegócio são produto/produtoras de relações de trabalho visando o lucro e o acúmulo de capital, já na propriedade camponesa, visa-se a sobrevivência da família, o bem-estar social e a preservação do meio ambiente.

Dessa maneira, as famílias camponesas conseguiram demonstrar em suas narrativas duas perspectivas importantes. A primeira, de que existe uma relação intrínseca entre a conservação das sementes crioulas e o modo de vida camponês, por isso, são considerados guardiões das sementes. A segunda, de que os saberes-fazeres populares/camponeses são formas de resistência ao modelo agrário/agrícola hegemônico do agronegócio, auxiliando na construção de práticas agrícolas sustentáveis social e ambientalmente.

Durante esse trabalho ficou evidente a importância do conhecimento popular na prática de conservação de sementes crioulas. As sementes são conservadas, não somente para cumprir a função material do plantio e alimentação da família, mas também porque fazem parte da imaterialidade da tradição familiar que vem sendo passada de geração em

geração. Além de conservar as sementes, as famílias conservam saberes-fazeres produzidos na experiência da vida cotidiana, que são muito importantes para compreender a melhor maneira de selecionar, armazenar, plantar e colher as sementes.

As famílias camponesas guardam essas sementes, pois sabem que são mais saudáveis, e tem menos ataques de pragas. Por isso, esta prática tradicional possui, intrinsecamente, uma relação econômica e cultural, pois o camponês não tem pretensão de comprar tudo o que consome, por isso, precisam produzir alimentos para o seu autoconsumo e vender o excedente para poder comprar tudo aquilo que não é produzido pela família, logo, as sementes crioulas são estratégicas para a manutenção desse equilíbrio entre produção e consumo familiar, possibilitando a permanência da família no campo.

Por tanto, finaliza-se esse trabalho acadêmico dessa camponesa assentada-mãe-professora, que desenvolveu a pesquisa na comunidade onde vive, esperando que essa escrita ultrapasse o espaço do assentamento e sirva de referência para outros/as camponês/as, e que de certa forma esse trabalho ecoe a realidade da nossa comunidade. Em forma de gratidão devolvo este trabalho concluído a todas as famílias que colaboraram com a pesquisa, direta e indiretamente possibilitando assim a construção coletiva. Gratidão!

REFERÊNCIAS

AGRICOLA, Acelo Melissa Josie; AGRICOLA, Alvim Persio Nestor. Trabalho, lazer e o modo de vida no campo: reflexões sobre a sustentabilidade da cultura. *Bol. Goiano de Geografia* (online), Goiânia, v.34, n.1, p.153-167, jan./abr. 2014.

ALENTEJANO, Paulo, Terra. In: CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 743-745.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de O. O conceito de classe camponesa em questão. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n.21, p.73-88, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicações/index.php/terralivre/article/view/471/445>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re) criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire A de.; KUDLAVICZ, Mieceslau; SILVA, Tânia Paula da. Agropecuária e transformações territoriais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na última década: estudo comparativo dos dados censitários. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). *Dinâmicas do Rural Contemporâneo*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Transgênicos. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 761-766.

AVELINO JUNIOR, Francisco José. A Geografia dos conflitos pela terra no Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A questão agrária no Mato Grosso do Sul: uma questão interdisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América latina: aportes de La via campesina e da CLOC, *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.38, n.140, p. 705-724, jul./set., 2017.

BRAND, Antônio Jacó; FERREIRA, Eva Maria Luiz; AZAMBUJA, de Fernando. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território no Mato Grosso Do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A questão agrária no Mato Grosso do Sul: uma questão interdisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

BRASIL. INCRA. *Contrato de Concessão de Uso, Cláusulas e Condições*. (Não publicado).

BRASIL. INCRA. *DAP, é a declaração de Aptidão ao pronaaf*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/02/dap-facilita-acesso-de-agricultores-familiares-ao-credito-rural-html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. INCRA. Portaria do INCRA/SR- 16/Nº 083/98, de 09 de outubro de 1998.

BRASIL. INCRA. *Regularização de lotes*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 04 jul. 2018.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA*. Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, SuperIntendência Regional de Mato Grosso do Sul –SR(16).

BRASIL. PRONAF. *PRONAF e PRONAF A*. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp. Acesso em: 10 ago. 2018.

BUSCIOLI, Lara Dalperio, *Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brillhante (MS): o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do território indígena Laranjeira Ñanderu*, Dissertação (mestrado em Geografia) - FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, 2016.

CAMACHO, Simão Rodrigo. *O Ensino da Geografia e a Questão Agrária nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Simão Rodrigo. A barbárie moderna do agronegócio *versus* a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais. *GeoGraphos*. Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales, vol. 3, 2012.

CAMACHO, Simão Rodrigo. A insustentabilidade social e ambiental do agronegócio: a territorialização do complexo celulose-papel na região leste de Mato Grosso do Sul. *Fórum ambiental da Alta Paulista*, v. 8, n. 7, 2012, p. 29-45.

CAMACHO, Simão Rodrigo. Soberania Alimentar e Energética: a proposição camponesa para uma nova relação sociedade/natureza. *Revista Fórum Ambiental da Alta Paulista*, v. 9, n. 10, 2013, p.76-91.

CARVALHO, Horácio de Martins. COSTA, Francisco de Assis. Agricultura camponesa. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 26-40.

COELHO, Fabiano. Tensões da luta pela terra e a esperança do pedaço de chão: expressões de um pesquisador do tempo presente em um acampamento Sem Terra. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos Petistas (protagonistas de/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas V. II)*. Curitiba: CRV, 2018.p.193-224.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A questão agrária no Mato Grosso do Sul: uma questão interdisciplinar*. Campo Grande: UFMS, 2008.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimento sociais no campo. *Revista da Anpege: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia*, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FERNANDES, Bernardo Maçano. *O MST e as reformas agrárias do Brasil. Boletim DATALUTA*, Artigo do mês, dez. 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Acampamento. In: CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.21-27.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli S. *et al.* *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.746-750.

FERNANDES, Bernardo Maçano. *Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial*, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/ge/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%206a.pdf> Acesso em: 01 jul. 2019.

FERNANDES, Bernardo Maçano. *Agronegócio e Reforma Agrária*. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/agronegocioereformaagraria_bernardo.pdf Acesso em: 16 set. 2019.

HELD, Thaísa; BOTELHO Thiago. (Orgs.). *Lutas por direitos socioambientais em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Editora Liberars, 2021.

HISTÓRIA DO BRASIL. *História do descobrimento do Brasil resumida: os primeiros contatos entre portugueses e índios, o escambo, a exploração do pau-brasil*. Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/descobrimento>. Acesso em: 04 jul. 2018.

HOFFMANN, Marta, *Manejo de variedades tradicionais de milho em comunidades de agricultores familiares no Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Mestrado Profissional, do Departamento de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2017

MAICÁ, Dias Eitel, Sementes. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 699-706.

MATTA, Priscila. *Modos ameríndios de conhecer as florestas: produção de relações e percepções*. Brasília, UNB (Tese de Doutorado), 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-23032016-153311/pt-br.php>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MELO, Souza Danilo. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade, *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 20, n. 39, 2017.

MENEGAT, Alzira Salette. *Mulheres assentadas reconstruindo trajetórias*. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dRIjbPt86hA&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MONTEIRO, Denis, Agroecossistemas. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.67-73.

MORMONT, Marcos. As ruralidades nas políticas globais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 34, p.49-59, ago., 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/39940/26083>. Acesso em: 13 set. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Agricultura sob o modo capitalista de produção. In: *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marchado Campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Revista Estudos avançados*, vol.15, n.43, São Paulo, 2001, set./dez.

PEREIRA, Lorena Izá et al. Análise da questão agrária brasileira em 2017: criação de assentamentos rurais, ocupações de terras, manifestações do campo e estrangeirização da terra. *Boletim DATALUTA*, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, jan. 2019.

PEREIRA, Siqueira Cleivaldo; CAMACHO, Simão Rodrigo. A resistência camponesa e os impactos socioambientais provocados pelos agrotóxicos na monocultura de cana no assentamento Betel em comunidade estrelinha em Glória de Dourados- MS. In: HELD, Thaísa; BOTELHO Thiago (Orgs.). *Lutas por direitos socioambientais em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Editora: Liberars, 2021, p.243-268.

PIDNER, Flora Sousa. *Diálogos entre saberes locais: dificuldades perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. p. 01-145.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 08, n.7, jul./dez. 2005, p. 35-47.

PRATES, Clara Maria; AUGUSTO Leonardo. *Áreas destinadas à reforma agrária são vendidas de forma ilegal para virar sítios*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/02/12/interna_politica,277496/areas-destinadas-a-reforma-agraria-sao-vendidas-de-forma-ilegal-para-virar-sitios.shtml. Acesso em: 01 jul. 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria; ROSA, Islele Ferreira, Agrotóxicos. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.88-96.

ROLO, Marcio; RAMOS, Marise. Conhecimento. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 149-157.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.641-646.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Revista Sociedade e Agricultura*, p. 87-145, 15 out. 2000.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E.P., MENEZES, M. A., MARIN, R. S. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias - estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p.119 – 130. V. 2.

ZENATTI. Francieli Aparecida; CAMACHO, Rodrigo Simão. A Produção Camponesa no Assentamento de Reforma Agrário São Judas. In: Editora Poisson (Org.). *Agroecologia em foco*. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1- Quanto tempo a família reside no lote?
- 2- O que faziam antes de serem assentados?
- 3- Alguém da família participou da luta pela conquista do território do Assentamento São Judas?
- 4- Relate como foi a fase do acampamento (quanto tempo, nome do acampamento, dificuldades).
- 5- Relate o processo de chegada ao assentamento (principais dificuldades, lembranças boas que trazem na memória no processo de conquista do território).
- 6- Relate quais são as principais mudanças que ocorreram no assentamento desde a chegada da família.
- 7- Quantas pessoas residem no lote, atualmente? Quais são as idades?
- 8- Quantas pessoas trabalham no lote?
- 9- Relate como é o trabalho cotidiano da família no lote.
- 10- Quais são as formas de trabalho no lote: existe parceria ou troca de dias com outros camponeses-assentados? Contratam mão de obra em alguns períodos no ano?
- 11- Além do trabalho camponês exercido no lote, desenvolvem alguma atividade fora dele para complementar renda ou fazem troca de serviço com outros camponeses? Relate.
- 12- Quais são as produções que geram renda no lote?
- 13- Elas são suficientes para a manutenção da família?
- 14- Como é feita a produção e a comercialização?
- 15- Existem outros tipos de produção para consumo da família? Quais?
- 16- A família tem alguma prática tradicional de guardiões de sementes crioulas? Se sim, relate como é a prática e quais sementes são cultivadas, formas de plantio e armazenagem.
- 17- Relate quais as experiências de produção e comercialização que estão dando certo.
- 18- Encontram alguma dificuldade para permanecer no sítio? Quais?
- 19- Já participaram de alguma política pública (PRONAF, PAA, PNAE)? Por quê?

- 20- Já participaram de alguma cooperativa ou associação? Se não, diga por quê. Se sim, relate a experiência.
- 21- Quais são as mudanças que desejam que ocorra para melhorar a sua vida no assentamento?
- 22- Já pensaram em arrendar o sítio? Por quê?
- 23- Apesar das dificuldades, pensam em desistir de permanecer no assentamento? Por quê?
- 24- Como é ser camponês-assentado no assentamento São Judas? Relate o seu modo de vida, festas, lazer, relação com a comunidade, participação em espaços coletivos.
- 25- O território do assentamento São Judas está cercado de fazendas com monoculturas e intenso uso de agrotóxicos, explique como é viver nesse território de disputa. Que dificuldades são enfrentadas?